

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IURY MENDONÇA FREIRE DE FRANÇA

**REAÇÕES POLÍTICO-MILITARES CHINESAS ÀS OPERAÇÕES DE LIBERDADE
DE NAVEGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO MAR DO SUL DA CHINA ENTRE
2017-2020**

JOÃO PESSOA – PB

2020

IURY MENDONÇA FREIRE DE FRANÇA

**REAÇÕES POLÍTICO-MILITARES CHINESAS ÀS OPERAÇÕES DE LIBERDADE
DE NAVEGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Júnior

JOÃO PESSOA – PB

2020

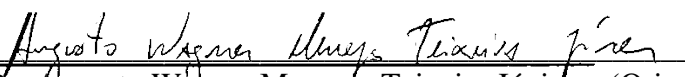
IURY MENDONCA FREIRE DE FRANÇA

**REAÇÕES POLÍTICO-MILITARES DA CHINA ÀS OPERAÇÕES DE
LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel(a) em Relações Internacionais.


Aprovado em: 30 de novembro de 2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Me. Letícia Simões
Unilassale - RJ

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F814r França, Iury Mendonca Freire de.

Reações político-militares chinesas às operações de liberdade de navegação dos Estados Unidos / Iury Mendonca Freire de França. - João Pessoa, 2020.
89f. : il.

Orientação: Profº Dr Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Disputas interestatais militarizadas. 2. Operações de Livre Navegação. 3. Mar do Sul da China. 4. China. 5. Estados Unidos. I. Teixeira Junior, Augusto Wagner Menezes. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa uma iniciativa minha tomada aos 14 anos. A percepção de que o mundo é mais do que minha vizinhança sempre me despertou interesse de buscar saber mais, desde criança me fazendo alguém conectado e sensível com o que acontece no exterior. Sem distinção de evento ou local, acontecimentos e fatos estranhos à minha vivência ainda é algo que move o internacionalista que me torno agora. Conteí com a feliz oportunidade, mas partiu de mim a vontade e a determinação de muito jovem escolher meu rumo profissional, e não poderia estar mais certo. Objetividade sempre foi meu forte. Em meio a tantos futuros advogados, engenheiros e médicos, mantive posição firme, mesmo em face dos desafios peculiares sobre o curso escolhido. Fora isso, sempre fui muito determinado em retribuir as chances que tive na vida de alguma forma a meus pais. Por isso, à minha versão adolescente, dedico o primeiro agradecimento.

Os mencionei e não poderia ficar sem detalhar o papel de meus pais no processo. Contratempos e divergências fazem parte do convívio familiar, mas nenhuma confusão tola é capaz de apagar o legado de apoio e atenção que recebi. Certo de que pais diferentes buscam o melhor para outras de maneiras diferentes, hoje tento levar o que ainda ouço como avisos e conselhos. Os sermões que ouvi foram interpretados da minha maneira, mas estejam certos, meus pais, que de alguma maneira fizeram efeito: estou correndo atrás de meus objetivos e me tornando “alguém na vida”.

A minhas avós, que logo sabendo da escolha do meu curso não tiveram a menor ideia do que se tratava mas se mostraram interessadas e dispostas a me apoiar, seja pela sensação imponente que o nome do curso transmite, seja pela vontade de ver o neto ganhando o mundo e aprendendo coisas alheias ao Brasil. Um agradecimento em especial para minha avó Irani, que mesmo com pouco conhecimento sobre minha área me determinou a terminar de escrever o trabalho para que ela lesse e se orgulhasse. A minhas avós, sintam o carinho e a gratidão de seu neto.

A professores e servidores do curso de Relações Internacionais, por terem me garantido uma experiência rica e gratificante, e terem proporcionado um curso excelente, melhor conceituado à cada avaliação. Profissionais como vocês nos ajudam a interpretar o mundo e traçar melhor nossos caminhos.

Em especial, um agradecimento ao meu orientador, Augusto, por ter aprofundado minha antiga paixão sobre estudos de segurança. Não apenas me proporcionou o GEESI, grupo de que hoje faço parte, como me garantiu experiências próximas a meus objetos de estudo e despertou o interesse em seguir pesquisando na área de geopolítica. O GEESI seguirá sendo inspiração e força para perseverar em meu rumo.

Não posso deixar de agradecer a meus colegas de curso, que tanto agregaram na minha vida de graduando, das mais diversas formas. Sendo natural de João Pessoa, tive influências de todos que vieram de fora. Desde as idas à praia pra jogar conversa fora, trocas de costumes e crenças estranhas, passando pelas visitas ao centro histórico (que me fizeram redescobrir minha cidade), momentos infelizes, despedidas, discussões políticas, e para os mais próximos: momentos de brincadeira e shows juntos. Momentos especiais foram as festas na minha casa (e que festas), os shows com Caio e Bia, as sessões de skate com Daniel, e a primeira patuscada. A todos, o meu obrigado, e boa sorte em suas jornadas.

Ainda sobre os colegas de curso, um agradecimento específico para João Paulo, que além de ter se tornado amigo próximo vem me ajudando a compreender e aplicar melhor as regras da ABNT em mais de um projeto, e certamente colaborou para o desenrolar da minha vida acadêmica.

E claro, como as pessoas de longa data e verdadeiras costumam permanecer juntas, preciso dedicar um parágrafo a meus amigos de infância e de escola. Vocês que sempre me tiravam do tédio (e às vezes das obrigações), que entraram na vida universitária e frequentaram festas comigo, que compartilharam histórias que por muitos anos serão comentadas, merecem espaço e agradecimentos aqui. Em especial, o grupo aleatório e o CPP, que ao longo dos anos me proporcionou situações divertidas, como as tão únicas festas nas casas de Daniel, Kako e Pedro Guerra. Sei que tenho muita sorte de ter pessoas tão estranhamente divertidas e diferentes comigo, e mais certo do que isso é que o futuro ainda nos reserva muitos encontros.

RESUMO

A presente pesquisa visa explicar, partindo de uma análise qualitativa e exploratória fundamentada em estudo de caso, as respostas chinesas frente à presença estadunidense no Mar do Sul da China, na intenção de garantir a consecução de seus objetivos na área. Mais precisamente, a monografia indaga quais são as reações político-militares da China às Operações de Liberdade de Navegação dos Estados Unidos no Mar do Sul da China entre 2017-2020. Em perspectiva mais delimitada, buscamos entender o contexto dos embates no Mar do Sul da China. Nos limitamos, no entanto, a focar em China e Estados Unidos. A partir das recorrentes atividades dos Estados Unidos próximo a navios e ilhas chinesas, é de notória importância identificar os movimentos chineses em resposta. As respostas político-militares da China em seu entorno surgem aproveitando um momento de vigoroso crescimento econômico e consequente acumulação de capacidades militares, conjugado com a derrocada da primazia militar dos Estados Unidos. A monografia trata do panorama histórico chinês, elucidado por autores como Arrighi, Kissinger e Visentini, para adentrar o debate sobre a ascensão pacífica chinesa, em que colaboram, dentre outros, Xuetong e Mearsheimer. De modo a realizar os objetivos propostos, trabalha-se com a dinâmica de zona contestada de Posen, o conceito de disputa interestatal militarizada de Gochman e Maoz, e demais contribuições teóricas orientais e ocidentais. Utiliza-se de pesquisa documental a partir de *think tanks*, documentos e posicionamentos políticos oficiais de China e Estados Unidos, bancos de dados e fontes da imprensa. Como objetivo geral, temos entender quais são as reações político-militares da China às FONOPs dos Estados Unidos no MSC entre 2017- 2020. Especificamente, buscamos entender, em ordem, a ascensão da China, a zona contestada, a rivalidade entre EUA e China no Mar do Sul da China, como a perda de primazia dos EUA pode favorecer a China, as FONOPs estadunidenses no MSC e como Pequim respondeu entre 2017-2020. A bibliografia especializada trabalha com três perspectivas de análise: embates mais gerais entre grandes potências, o estudo da geopolítica do Mar do Sul da China, e o entendimento da competição naval na área como disputas interestatais militarizadas.

Palavras-chave: Disputas Interestatais Militarizadas. Operações de Livre Navegação. Mar do Sul da China. China. Estados Unidos.

ABSTRACT

This research aims to explain, starting from a qualitative and exploratory analysis based on a case study, the Chinese responses to the north-American presence in the South China Sea, with the intention of ensuring the achievement of its objectives in the area. More precisely, the monograph asks what are the Chinese political-military reactions to the United States' Freedom of Navigation Operations in the South China Sea between 2017-2020. In a more delimited perspective, we pursue to understand the context of the clashes in the South China Sea. We only focus, however, on China and the United States. From the recurrent activities of the United States near Chinese ships and islands, it is of notorious importance to identify Chinese movements in response. China's political-military responses in its surroundings come taking advantage of a moment of vigorous economic growth and consequent accumulation of military capabilities, combined with the fall of the United States' military primacy. The monograph manages with the panorama of Chinese history, elucidated by authors such as Arrighi, Kissinger and Visentini, to enter the debate on the Chinese peaceful ascension, in which Xuetong and Mearsheimer collaborate, among others. In order to accomplish the proposed objectives, we work with Posen's contested zone dynamics, Gochman and Maoz's concept of militarized interstate dispute, and other Eastern and Western theoretical contributions. It uses documentary research from think tanks, documents and official political positions of China and the United States, databases and press sources. We seek to understand, in order, the rise of China, the contested zone, the rivalry between the U.S. and China in the South China Sea and how Beijing responded between 2017-2020. The specialized bibliography works with three perspectives of analysis: more general clashes between major powers, the study of the geopolitics of the South China Sea, and the understanding of naval competition in the area as militarized interstate disputes.

Keywords: Militarized Interstate Disputes. Operations of Freedom of Navigation. South China Sea. China. United States.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB chinês.....	25
Gráfico 2 – Variação anual do PIB chinês.....	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre recursos e possibilidade de projeção de poder.....	30
Figura 2 – Zona contestada e divisórias almeçadas pela China.....	33
Figura 3 – AoR do INDOPACOM.....	44
Figura 4 – Estrutura de defesa avançada dos Estados Unidos.....	47
Figura 5 – Linhas estratégicas de trânsito e comércio.....	58
Figura 6 – Cadeias defensivas chinesas.....	67
Figura 7 – Comparação entre capacidades de ilhas controladas pelos países da disputa.....	68
Figura 8 – Geografia de estreitos e bases próximas que favorecem anti-acesso.....	69
Figura 9 – Geografia de ilhas próximas no conjunto Paracel.....	69
Figura 10 – A2/AD a partir da perspectiva das ilhas Paracel e Spratly.....	72
Figura 11 – MID entre navios de China e EUA (2018)	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorização de disputas militarizadas interestatais MIDs.....	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ASBM – Míssil Balístico Anti-Navio

ASCM – Míssil de Cruzeiro Avançado Anti-Navio

A2/AD – Anti-access/area denial

BRI – Belt and Road Initiative

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CSIS – Center for Strategic and International Studies

DoD – Departamento de defesa dos Estados Unidos

FONOPs – Operações de livre navegação

ICBM – Míssil Balístico Intercontinental

IISS – International Institute for Strategic Studies

IRBMs – Míssil Balístico de Alcance Intermediário

MID – Disputa Interestatal Militarizada

MOOTW – Operações Militares que não a Guerra

PIB – Produto Interno Bruto

PLAAF – Força Aérea do Exército de Libertação

PLASAF – Segunda Força de Artilharia da Força Aérea do Exército de Libertação

SLOCs – Linhas Marítimas de Comunicação

STC – Comando Teatral do Sul

TPP – Acordo Transpacífico

UNCLOS – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRAJETÓRIA CHINESA: NOVA GEOESTRATÉGIA, NOVOS DESAFIOS	20
2.1 PERCEPÇÃO DE GRANDEZA E FORMULAÇÃO DE PILARES.....	20
2.2 A IMPORTÂNCIA DA ZONA CONTESTADA EM ANÁLISE.....	29
2.3 FONOPS COMO DESAFIOS PARA UM ASPIRANTE A HEGEMON REGIONAL...	33
3 ESFORÇOS ESTRATÉGICOS DOS EUA PARA A ÁSIA-PACÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS	37
3.1 A PERDA DA PRIMAZIA ESTADUNIDENSE E A VISÃO DOS EUA SOBRE A CHINA.....	37
3.2 O INDOPACOM, A ESTRUTURA DE DEFESA AVANÇADA E OS ESFORÇOS PARA PRESERVÁ-LA.....	43
3.3 OPERAÇÕES DE LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO (FONOPS) E DISPUTAS MILITARIZADAS INTERESTATAIS (MID).....	50
4 A ADEQUAÇÃO DAS CAPACIDADES CHINESAS AO CENÁRIO DE DISPUTA NO MAR DO SUL DA CHINA	56
4.1 O MAR DO SUL DA CHINA NA GEOESTRATÉGIA CHINESA.....	56
4.2 RESPOSTAS POLÍTICO-MILITARES CHINESAS ÀS FONOPS.....	63
4.3 EPISÓDIOS DE MID.....	73
5 CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

O Partido Comunista da China (PCC) percebeu, a partir da intensificação de suas atividades econômicas e militares no Mar do Sul da China (MSC) durante a era Xi Jinping, o crescimento de Operações de Liberdade de Navegação (FONOPs) dos Estados Unidos, sobretudo a partir da administração Trump. A presença marinha estadunidense não legitima a ocupação chinesa sobre territórios marítimos no MSC e navega próximo a estes, na interpretação de estar transitando por águas internacionais. Ciente de tal fenômeno, Pequim se incomoda, e a gestão Xi, impulsionada por progresso econômico e militar notórios, vem dedicando esforços para responder à altura.

A presente pesquisa surge, a nível geral, percebendo um cenário de enfrentamento entre grandes potências, com a emergência chinesa almejando novos objetivos, e os esforços estadunidenses para preservar seu *status* e conter o adversário. Em perspectiva mais delimitada, buscamos entender o contexto dos enfrentamentos no MSC, nos atentando à nova configuração de emergência chinesa e ler enfrentamentos como disputas militarizadas. Nos limitamos, no entanto, a focar em embates entre República Popular da China (RPC) e Estados Unidos. A partir das recorrentes atividades dos Estados Unidos operando próximos a navios e ilhas chinesas, buscamos responder o questionamento sobre como as FONOPs dos EUA impactam no projeto chinês para o MSC e quais são as reações político-militares de Pequim entre 2017-2020. Para adentrarmos e entendermos melhor a postura de Pequim perante desafios no MSC no marco temporal, fazemos uma contextualização histórica sobre sua dinâmica de desenvolvimento econômico e o papel do nacionalismo.

Os ideais da estratégia nacional¹ chinesa de hoje remontam à própria formação do Estado chinês (KISSINGER, 2011). O chamado “Império do Meio”² já destacava a importância da unidade e nacionalismo para preservação de seu território durante sua formação, de modo que o país deve sua resiliência milenar ao conjunto de valores nacionalistas propagados. Adiciona-se a esse quadro o confucionismo, filosofia pregadora de uma conduta social para os indivíduos, através de harmonia social e justiça, em busca da redenção do Estado. Segundo Kissinger (2011), a junção desse pensamento com a necessidade de definir melhor o território fez com que a China do século XIX focasse primeiramente em si.

¹ Também conhecida na literatura como grande estratégia, a qual orienta a posição de um país perante o mundo e molda seus objetivos. Para Buzan (2014), o conceito básico de grande estratégia é um conjunto de objetivos fundamentais, ou metas, definidoras do interesse nacional em termos de metas domésticas e relações com o mundo mais amplo, relacionando tais metas aos meios que Estado e sociedade têm disponíveis.

² País central, ou centro do mundo. A própria etimologia de “China” se refere a *Zhōngguó*, ou Reino do Meio. Ver: Kissinger (2011).

Nesse período de introspecção chinesa, verificou-se um desenvolvimento econômico único na Ásia oriental: a fusão do modelo capital-intensivo europeu com o trabalho-intensivo asiático (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007). A partir disso, expandiram-se atividades intensivas em mão-de-obra para a produção de maquinário tecnológico, alavancando a economia chinesa. Posteriormente, a industrialização oriental foi responsável pelo aumento da participação da Ásia oriental no PIB do globo (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007).

Sendo um país que seguiu o caminho para a maturidade econômica denominado trilho natural da opulência (SMITH, 1776 *apud* ARRIGHI, 2007) – focando primeiro em agricultura e manufatura para mais tarde se voltar ao comércio –, o crescimento interno foi indispensável para a fartura material. Entretanto, as Guerras do Ópio e as brutais invasões japonesas inverteram o cenário para um infortúnio conhecido como “Século da Humilhação”. Mais à frente, com a finalidade de desenvolver indústrias intensivas em conhecimento, mas sem abandonar as indústrias trabalho-intensivas, as reformas no sistema de educação durante os anos Mao Zedong prepararam o terreno para o que seria uma mudança de patamar em termos financeiros, políticos e de poder (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007), de modo a engajar a população para o *boom* econômico, ou ascensão, verificado nas últimas décadas. Entretanto, como apenas economia não garante perspectivas de sobrevivência para um Estado, a reaproximação diplomática com os Estados Unidos se mostrou importante para a segurança e continuidade do projeto de engrandecimento econômico. EUA e China perceberam que o isolamento era incompatível com seus tamanhos, influência, e sua dependência mútua (KISSINGER, 2011).

Constatando-se, a partir dos anos 1990, a ocupação crescente dos Estados Unidos em incidentes militares menos abrangentes que a Guerra Fria, monta-se palco favorável para que a China foque em uma atualização de suas estratégias e capacidades militares (ARRIGHI, 2007). Evidenciam tal asserção as exposições de armamento de ponta e o desenvolvimento de tecnologia de vigilância. Além disso, o Livro Branco de Defesa chinês enlaça um projeto militar intenso com a sobrevivência do Estado, quando legitima a construção de capacidades militares como fortalecedora da soberania nacional (CHINA, 2015). Mais, o projeto militar e de união nacional grifa e não deixa esquecer o Século da Humilhação; usa tal catástrofe como lembrete da importância do orgulho e unidade nacional (XI, 2017; ZEMIN, 1997 *apud* TEIXEIRA JÚNIOR e FERREIRA DA SILVA, 2020).

Em contexto cômodo, o MSC vem se mostrando um espaço de atuação viável para galgar autoridade regional. Contudo, na consecução do projeto, oportunidade não implica em facilidade. Xi Jinping, reconhecendo profundas mudanças no cenário de segurança nacional,

permanece comprometido com o fortalecimento das forças armadas e com a missão de até 2035 modernizar exército e defesa nacional, de acordo com o Sonho Chinês (CHINA DAILY, 2014)³. Certo de que o desafio no MSC se acirra e de que as ações chinesas demonstram interesse em reformar *status quo*, Xi assume que a necessidade de uma marinha forte é urgente.

A zona marítima reivindicada pela China no MSC engloba recursos naturais que possivelmente serão decisivos para o desenvolvimento econômico de seu(s) soberano(s). Um conjunto de recifes, ilhas, reservas de gás natural e petróleo, além da biodiversidade marinha mais abundante do mundo torna compreensível o fato de 6 países (BBC, 2020a) estarem disputando alguma parcela da zona. Ademais, as ilhas e bancos de areia detêm relevante valor estratégico, posto que favorece ancoragem e projeção de poder. A linha imaginária almejada pela China percorre distâncias de até 2000 km da costa chinesa, estando a algumas centenas de quilômetros de Filipinas, Vietnã e Malásia (ZHEN, 2016). Pequim reivindica cerca de 90% das águas disputadas e sustenta que tem soberania sobre todo o conteúdo dentro da linha divisória, sob a justificativa de “direitos marítimos históricos”.

De modo a explicitar as implicações da ascensão chinesa, é importante frisar a grande importância do tema da presente monografia: indubitavelmente a maior potência global, os EUA se interessam em evitar competição por poder. Esse grande adversário geopolítico da China esboça reações em um contexto de primazia militar ameaçada (MONTGOMERY, 2014). A China, por sua vez, chega ao século XXI com as capacidades militares de enfim realizar ambições internalizadas há séculos, e conseqüentemente, enfrentar o *status quo* geopolítico; e a nível do MSC o enfrentamento é materializado pelas respostas político-militares chinesas às FONOPs.

Dito isso, debruçar-se sobre os desentendimentos envolvendo o mar em questão abrange mais do que apenas um conflito local. Se trata de, no caso particular, uma contestação do comando do mar⁴ – já que, ao longo dos últimos 20 anos, a China vem adquirindo capacidade para moldar a seu favor uma área até então de domínio aeronaval norte-americano –, bem

³ Em 2012, o líder chinês Xi Jinping articulou uma visão que integra aspirações nacionais e pessoais, com dois objetivos: recuperar o orgulho nacional e alcançar o bem-estar pessoal. A visão foi denominada Sonho Chinês. Este defende o crescimento econômico sustentado, igualdade ampliada e uma infusão de valores culturais. O Sonho Chinês seria responsável por unir pessoas em torno de uma missão compartilhada, especialmente aquelas em cidades de nível inferior e áreas rurais, conforme experimentam maior riqueza e oportunidades. Além da melhoria do bem-estar de seu povo, com esse plano a China almeja garantir seu lugar como líder respeitado na comunidade internacional. Elevam-se, com isso, a percepção internacional sobre o país e a reputação de produtos e serviços de origem chinesa (CHINA DAILY, 2014).

⁴ Segundo Posen (2003), o comando do mar corresponde à maior utilização do mar que qualquer outro país. O país comandante pode ameaçar negar o mar a outros atores, com grandes chances de obter vitória em casos de tentativa adversária de negar o uso do mar àquele ator comandante.

como de, a nível macro, uma tentativa de reforma das instituições e organizações internacionais, nas quais Pequim assumiria papel mais ativo e amplo. Contudo, uma eventual reforma nesse sentido não seria harmonicamente bem-vinda, pelo contrário; episódios diplomaticamente delicados se desenhariam mais facilmente no horizonte. A História fortalece essa alegação ao ser evocada. Observando as 16 maiores disputas por hegemonia desde o século XVI, notamos uma incidência de 12 guerras como desfecho (ALLISON, 2017). A julgar pelo retrospecto, o litígio em questão – envolvendo interferência do ator mais poderoso nas relações internacionais – se apresenta como uma ameaça aos tempos de paz, e essa possibilidade, somada a complexas disputas no MSC, torna o tema deste trabalho altamente relevante.

Contudo, o trabalho examina algo maior do que a possibilidade de bipolarização das relações internacionais. Focamos em possíveis ocorrências de crises internacionais intensas, diante do fato de que uma China emergente buscará afirmar seu espaço a contragosto de um rival que vê sua primazia marítima ameaçada. Mais importante do que afirmar ou não, portanto, uma “nova Guerra Fria”, focamos nossos esforços em atestar o retorno de competição entre grandes potências, e em particular nos desdobramentos desse fato na configuração de poder da Ásia oriental. Independente de revisionismo ou aceitação ao *status quo* há mudança da polaridade global, podendo desencadear nova corrida armamentista.

A análise de panorama terá ênfase no campo político-estratégico, posteriormente afinando o nível de análise para o nível tático, utilizando a ferramenta de Disputas Interestatais Militarizadas (MIDs), com uma proposta descritiva. O ângulo analítico flui a partir de literatura sobre segurança internacional⁵, com o realismo ofensivo como lente. Posto isso, de modo a guiar a presente pesquisa, buscamos realizar os objetivos apresentados a seguir: entender a ascensão da China, a zona contestada e a disputa entre EUA e China através de MIDs; a análise, por meio da literatura especializada, de como os documentos de defesa de China e Estados Unidos entre 2015 e 2020 enxergam o litígio do MSC; a verificação, na região, de como a perda da dianteira militar dos EUA favorece a projeção de poder da China; a análise de como as FONOPs impactam no projeto chinês para o MSC e como o país responde entre 2017-2020. Para tanto, faz-se uma análise qualitativa fundamentada em estudo de caso⁶, delimitando o litígio às óticas de China e EUA. A pesquisa realizada tem cunho exploratório: a

⁵ O tema pode ser abordado sobre diferentes prismas: direito, economia política e segurança.

⁶ Estudo de caso possui diferentes definições. A aqui utilizada abrange um “exame detalhado de uma pequena amostra” (Tight, 2010, p. 337 apud COHEN; MANION; MORRISON, 2013). O estudo de caso pode ser individual; um conjunto de casos individuais; um estudo de grupo social; estudos de eventos, estudos de instituições e organizações, etc (ROBSON 2002 apud COHEN; MANION; MORRISON, 2013). Nossa amostra abrange incidentes demarcados no marco temporal 2017-2020.

partir da análise e interpretação dos documentos oficiais dos órgãos relacionados à estratégia, defesa e pesquisa de China e EUA, além de enfrentamentos militares, pretendemos observar como as FONOPs afetam o projeto chinês para o MSC no espaço temporal entre 2017 e 2020.

Na elaboração da presente pesquisa, foram fundamentais grandes obras e estudos de relevância realizados por analistas e pesquisadores. Assim, utilizamos de referencial teórico especializado para a elaboração do presente estudo. Fazemos uso, também, de diversas produções acadêmicas de *think-tanks*⁷ como o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) e o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS). Também utilizamos, na presente monografia, informações e documentos de órgãos governamentais dos Estados Unidos, como o Departamento de Defesa (DoD), e da China: líderes e escritórios do PCC. Ademais, são utilizados dados do Banco Mundial. Para entendimento jurídico acerca de imbrólios, auxilia a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).

Para apresentar de maneira concisa os argumentos que sustentam as análises e interpretações realizadas, a presente monografia se estrutura como exposto a seguir. Após a introdução, no capítulo 2, abordamos a emergência da China à posição de *global player*, o contexto da região e os obstáculos estratégicos do PCC. Nesse capítulo é explicado o contexto estratégico em que a China ascende, e a consequente determinação em aplicar sua autopercepção de grandeza. Na subseção 2.1, abordamos a trajetória econômica da China e os fatores que favoreceram seu desenvolvimento. Nessa seção, versa-se sobre a antiga concepção de grandeza do país, o caminho de desenvolvimento oriental e as oportunidades surgidas com a adoção do pragmatismo e o fim da Guerra Fria. Aborda-se as perspectivas de emergência pacífica da China. Entende-se que a ambição atual da China se limita a reformar as relações internacionais. Na subseção 2.2, colocamos em debate o que está em jogo, a saber: a nível micro, importantes recursos naturais e ilhas que favorecem projeção de poder; a nível macro, uma contestação do *status quo*. Para tanto, Pequim precisa primeiramente defender seu entorno de potenciais adversários. Nesse sentido, é útil a interpretação do Mar do Sul da China como zona contestada. No subcapítulo 2.3 será apresentada a perspectiva das FONOPs como obstáculo para a China domar a zona contestada a seu favor. Além de lidar, no seu cotidiano, com marinhas de Estados vizinhos, a marinha do exército popular de libertação da China (PLAN) relata operações dos EUA em áreas entendidas como chinesas. Encontros indesejados podem ocorrer, interpretados, na seção, como MIDs.

⁷ Associações ou grupos organizados para o estudo de determinado tema com intuito de fornecer informações ou ideias

No capítulo 3 o foco se voltará para o posicionamento dos EUA sobre o MSC. Discorreremos sobre documentos oficiais do Departamento de Defesa dos EUA e a importância da manutenção do comando do mar nesse conflito. Ressalta-se a tese sobre a perda de primazia estratégica dos EUA, e o espaço que este fenômeno dá à China. Posteriormente, será exposto que as FONOPs não são apenas reflexo de incômodo com o projeto chinês, como também uma tentativa de atrapalhar o cotidiano. Por fim, é feita uma relação de sintonia crescente entre FONOPs e MIDs. No capítulo 4 adentramos a política chinesa para o MSC. Na seção 1 verificamos seu entendimento sobre a área e objetivos. Na seção seguinte respondemos à pergunta de pesquisa “quais as reações político-militares da China às FONOPs?”. Verificamos que o país faz amplo uso de mecanismos políticos e militares para seu projeto no MSC, inclusive perante adversários. Na última seção, serão expostos os episódios de MID e explanado que a recorrência destes não influencia negativamente na produção ou na condução de atividades militares chinesas.

Apresentando-se esses pontos, concluímos a monografia, realizando uma síntese sobre os achados e análises da pesquisa. Observamos as modificações geopolíticas e de política militar criadas pelos desafios abordados, em especial as disputas interestatais militarizadas ocasionadas a partir de FONOPs. Na seção de conclusão, apresentamos as minhas análises sobre o que entendo como respostas político-militares chinesas às FONOPs dos Estados Unidos. Analisamos, também, a evolução das capacidades de anti-acesso/negação de área da China e sua resiliência na continuação do projeto para o MSC.

2 TRAJETÓRIA CHINESA: NOVA GEOESTRATÉGIA, NOVOS DESAFIOS

2.1 PERCEPÇÃO DE GRANDEZA E FORMULAÇÃO DE PILARES

A China passou a ter maiores ambições na arena regional devido à construção de capacidades fruto de seu processo único de desenvolvimento, como argumenta Arrighi (2007). O país chegou ao século XXI interessado em ser um *global player*, com interesses regionais bastante definidos e planejamentos de longo prazo.

Durante o século XIX, em pleno processo de consolidação das fronteiras do Estado chinês, já havia a percepção (da própria China) de centro do mundo. Segundo Kissinger (2011), por mais que a China soubesse da existência de diferentes sociedades em torno de suas fronteiras, tinha firme a compreensão da própria relevância. Conforme o autor, à ótica chinesa, acaso nações menores assimilassem a cultura chinesa e se sujeitassem à grandeza da China seria algo concebido como um arranjo social natural. Fronteiras entre a China e seus vizinhos representavam mais particularidades culturais do que delimitações políticas e territoriais. Tal nacionalismo, a partir dessa época, foi se intensificando, – interrompido por episódios de interferência militar estrangeira – sendo reaplicado pós-revolução de 1949, num resgate de sua soberania a partir de uma ótica socialista. O nacionalismo é verificado hoje como política de Estado, entretanto voltou a beber do confucionismo, ao contrário da era Mao Zedong.

Além da autenticidade de ter sido, desde sua formação, um país com autopercepção de ser destinado à grandeza, o caminho para o desenvolvimento chinês traçou caminho singular. Segundo Sugihara (ARRIGHI, 2007), o ressurgimento econômico da Ásia oriental se deveu à fusão do rumo europeu (capital-intensivo/grande consumo energético), com o caminho trabalho-intensivo e de poupança de energia asiático, essa fusão implicando fortemente no futuro da economia e sociedade mundial (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007).

(...) a ordenação institucional do leste asiático (...) proporcionou excelentes oportunidades para o desenvolvimento de tecnologias intensivas em mão-de-obra que deram uma contribuição inconfundível à melhoria das condições de vida, mantendo todos os membros da família totalmente empregados. A diferença entre esse tipo de desenvolvimento e o caminho ocidental ‘era que mobilizava recursos humanos, em vez de não humanos’ (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007, p.34, tradução própria).

Conforme citado por Arrighi (2007), o caminho de desenvolvimento pela “industrialização trabalho-intensiva”, para Sugihara (2003) utilizou mais do trabalho e precisou de maquinário e capital do que o caminho ocidental. A chamada Revolução Industrial oriental teria criado a possibilidade de alastramento dos benefícios produtivos para a grande maioria da

população mundial através de industrialização de mão-de-obra intensiva e economia de energia. (SUGIHARA 2003, *apud* ARRIGHI, 2007). O caminho de desenvolvimento asiático-oriental passou a dar frutos mais visíveis após 1950, quando a Ásia oriental obteve melhores números quanto ao *gap* de PIB per capita perante o mundo e avolumou sua parcela na participação do PIB mundial total.

Na leitura de Arrighi, para Smith, a China pareceu ter “provavelmente há muito” adquirido as riquezas que a natureza de seu solo, clima, e situação com respeito a outros países, lhe permitiu adquirir (SMITH, 1776 *apud* ARRIGHI, 2007). Um país nessa situação, para Smith, não há como liberar sua economia usando da mão invisível do mercado, apenas através das ações do governo. A China, ainda na época de Smith, é mencionada por ele como exemplo de país a atingir uma maturidade econômica, em que se utiliza do Estado para direcionar grande parte do capital, primeiramente, à agricultura, mais tarde às manufaturas, e por fim ao comércio estrangeiro. A preferência por realizar melhorias agrícolas, redistribuição e recuperação de terras, consolidação e expansão do mercado interno desde a dinastia Qing é, conforme Arrighi, precisamente o que Smith defendia em Riqueza das Nações, e nesse sentido a largada rumo ao êxito econômico. A ampliação e melhoria do cultivo geraram uma demanda de investimento em manufaturas, e a expansão da produção agrícola e industrial, por sua vez, gera um excedente de bens que podem ser trocados no exterior por bens de maior valor. Esse seria, para Smith, o “caminho natural das coisas”⁸ (SMITH, 1776 *apud* ARRIGHI, 2007).

Como já retratado, o forte nacionalismo chinês vem da origem do Estado e se intensificou ao longo dos anos. Fazer prevalecer o interesse nacional contra as ameaças internas tem, para Arrighi (2007), que estar presente na atuação internacional, e Smith, segundo ele, deixa nenhuma dúvida que poupar a sociedade de agressões e da ocupação de outras sociedades independentes é a primeira tarefa de um Estado, sendo mais importante do que a grandeza. Portanto, Smith se preocupa com o estabelecimento e preservação da aptidão do governo perseguir o interesse nacional. Essa precaução de Smith encontra fundamento ao voltarmos nossa atenção para a trajetória da China durante os séculos XIX e XX. Outras nações se aproveitaram do Estado chinês para ditar seus interesses no período conhecido como Século da Humilhação, compreendido como desde a primeira guerra do ópio (1840-1842) à proclamação da República Popular da China, em 1949 (SCOTT, 2008).

O desfecho das guerras do ópio subordinou o país a um punhado de nações. Ainda foi realizado um tratado com o Reino Unido, e em consequência deste não ter sido cumprido pela

⁸ A China, após a formação do mercado interno, negligenciou o comércio internacional, não havendo cumprido o conselho de Smith em sua totalidade (ARRIGHI, 2007).

China, o país perdeu ritmo econômico, foi retalhado e submetido a um aprofundamento da influência ocidental, por exemplo, portos e terras férteis foram compartilhados, e reparações foram pagas. Houve humilhação extrema (SHONAN, 1968 *apud* SCOTT, 2008). O momento era de degradação total, sendo a derrota para o Japão em 1895 o mais próximo que os chineses chegaram da ruína (CHRISTENSEN, 1997 *apud* SCOTT, 2008). Se podia ter havido barganha pelos interesses chineses durante o Século da Humilhação, o ocidente impediu as tentativas daquele país de usar cisões geopolíticas entre as potências ocidentais a seu favor. Sendo assim, o infeliz contexto veio sofrer inflexão apenas pós-Segunda Guerra.

O entendimento de um país semicolonial vítima de agressão se mostrou condutor das políticas de Mao Zedong (ZEDONG, 1955 *apud* WILLIAMS, 2016). Mao usou a história e memória de seu povo para influenciar sua grande estratégia⁹. O novo hino chinês exemplifica o forte caráter de resistência e unidade. Ademais, a ruptura com o passado foi objetivo perseguido durante todo o seu governo (MILARÉ e DIEGUES, 2012). A concentração do poder nas mãos do Partido Comunista Chinês deu os meios para realizar reforma agrária. Também foi dada a base para elaborar uma forte estratégia de industrialização, desse modo incorporando postura inédita de desenvolvimento econômico. Vale citar que a Revolução Cultural assentou o suporte rural da Revolução Chinesa e favoreceu o sucesso das posteriores reformas econômicas (ARRIGHI, 2007). Como incremento à produção, as reformas de Mao no sistema educacional amenizaram a discrepância entre os índices chineses e de países ocidentais desenvolvidos, dando ainda mais sustento às reformas econômicas (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007; MILARÉ e DIEGUES, 2012).

Segundo Visentini (2011), na modernização da nação chinesa, a partir de 1970, a ênfase se deu em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. Fazer reformas econômicas internas e abrir o país ao dinamismo da revolução tecnológica nascente, integrar a revoada dos gansos asiáticos e tirar proveitos econômicos e estratégicos de uma aliança com os EUA se mostraram meios para tal modernização. Facilitou para esse fim, também, a tendência competitiva entre EUA e União Soviética de usar recursos minerais em abundância como base para forjar complexos militares-industriais. Como resultante, a intensidade de recursos naturais e de capital do caminho de desenvolvimento ocidental se amplificou, o que gerou novas oportunidades em indústrias trabalho-intensivas e em setores poupadores de recurso de indústrias capital-intensivas. O nacionalismo incrementou o processo, de modo a dar condições

⁹ Enquanto nos anos de Mao o foco da grande estratégia era defensivo, a partir de Deng Xiaoping o país articulou uma grande estratégia baseada na ideia de ascensão e desenvolvimento pacíficos, em busca de recursos onde disponíveis, não importando os parceiros comerciais. Ver: Kaplan (2014).

para uma forte concorrência entre nações de baixos e elevados rendimentos (SUGIHARA, 2003 *apud* ARRIGHI, 2007).

O governo Deng Xiaoping (1978-1990) ficou conhecido pelo *slogan* “enriquecer é glorioso”, descrito pelo *New York Times* como “a troca do deus marxismo pelo Deus dinheiro” (ARRIGHI, 2007). Ao passo que se trouxe mais investimento para a China, com a abertura de mercado, a alta desigualdade veio à tona (QINGLIAN, 1997 *apud* ARRIGHI, 2007). De acordo com Arrighi (2007), para Qinglian ocorreu uma “transferência de poder estatal a *power-holders* e seus parasitas”. Adotou-se uma postura pragmática que em nada havia sido inspirada em Adam Smith.

(...) mais ou menos ao mesmo tempo em que os Estados Unidos buscaram uma aliança com a China na Guerra Fria com a URSS, o palco foi montado para um uso pragmático do mercado como instrumento de empoderamento do PCC nacionalmente, e da RPC internacionalmente (ARRIGHI, 2007, p. 373, tradução própria).

Assim, grandes oportunidades de crescimento vieram com a reintegração da China nos mercados regionais e globais na década de 1980. Destaque para a abertura da RPC ao comércio exterior e ao investimento, diretrizes de crescimento da economia seguidas a partir de então. Mantida a estrutura de poder socialista e com uma vasta população campesina, o setor capitalista da economia dispôs de mão de obra abundante a um custo muito baixo (VISENTINI, 2011). Entretanto, de acordo com Arrighi (2007), o principal atrativo para investimentos e produção em larga escala foi a alta qualidade das reservas de mão de obra, e não sua quantidade. O investimento estrangeiro direto impulsionou o desenvolvimento do comércio da China, de modo que explica o aumento das exportações. O *boom* das exportações chinesas foi um episódio tardio de sua ascensão, em que o capital estrangeiro (especialmente dos EUA) precisava muito mais da China do que esta precisava de capital estrangeiro. Com isso, temos que “a partir dos anos 80, o país passou a exportar alimentos e obteve crescimento econômico da ordem de mais de 10% ao ano, em contraste ao baixo crescimento ou mesmo estagnação no ocidente” (VISENTINI, 2011, p. 67).

Segundo Arrighi (2007), a extraordinária transformação econômica se deveu às seguintes condições e ações: gradualismo reformista em detrimento de terapias de choque; ligação íntima entre criação de empregos e reestruturação; e usufruto da intensificação da concorrência subordinada ao “interesse nacional”. Segue a mesma subordinação a entrada de capital estrangeiro.

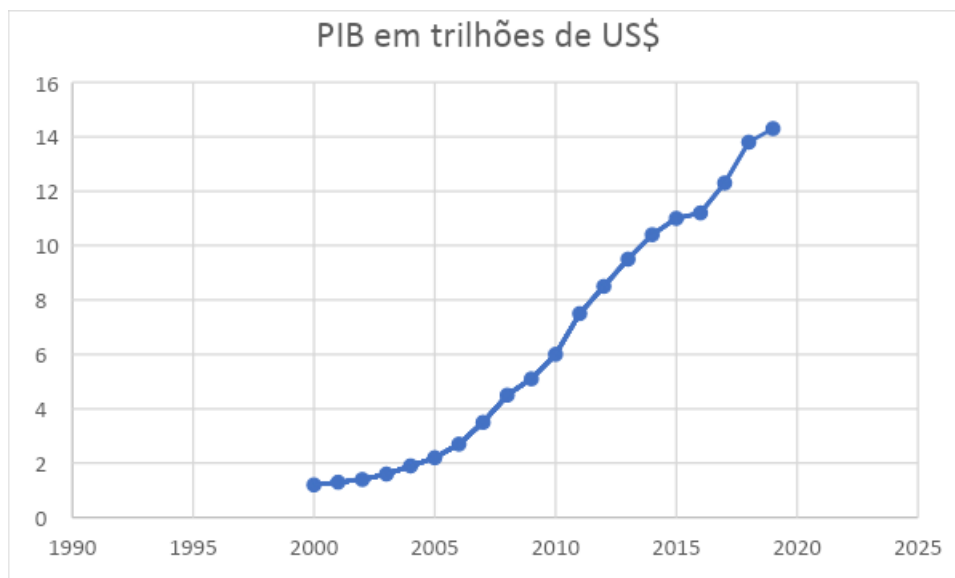
De forma mais geral, a desregulamentação e a privatização têm sido muito mais seletivas, e têm procedido em um ritmo muito mais lento do que em países que seguiram prescrições neoliberais. De fato, a reforma chave não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência entre si, com corporações estrangeiras e, sobretudo, com uma mistura de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas (ARRIGHI, 2007, p. 356, tradução própria).

No que tange à segurança, o incidente da Praça Tiananmen em 1989 provocou a definição e a adoção de um novo conceito, caracterizado por participação ativa, contenção de comportamentos beligerantes, a defesa de um livre mercado, a interdependência, a criação de interesses comuns e redução de conflitos, entendendo a tendência multipolar do sistema internacional, no qual a China deveria evitar protagonismo (ZHANG, 2005 *apud* CARRIÇO, 2013; NI, 2007 *apud* CARRIÇO, 2013). A reconfiguração de diretrizes econômicas na Ásia como um todo, e a recusa chinesa ao protagonismo montaram um cenário em que, combinando o PIB chinês com Japão, ASEAN, Coreia do sul, Taiwan e Hong Kong, a região é mais rica do que União Europeia e Rússia juntos (XUETONG, 2019). É com esse quadro que a RPC rascunha seus projetos de integração econômica para a Ásia.

É notória a relevância do cenário internacional do início do século XXI na modelagem dos planos chineses. Enquanto o mundo se acostumava aos impactos da globalização e via a predominância da agenda econômica e militar estadunidense nos assuntos internacionais, o sudeste asiático continuou a traçar seu caminho de desenvolvimento, sem maiores envolvimento em problemas ocidentais delicados. Até o começo da década de 2010, segundo Visentini (2011), a China ainda mantinha uma estratégia de ganhar tempo para construir suas capacidades econômica, tecnológica e militar.

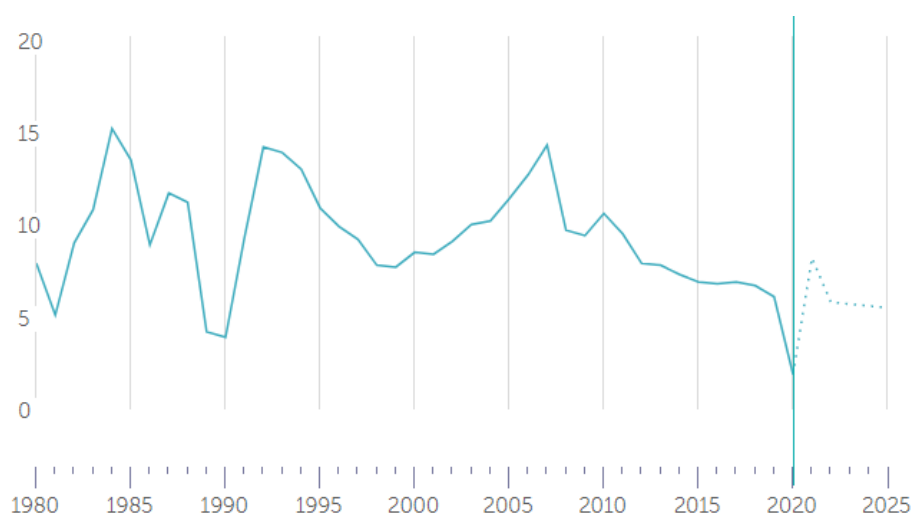
O foco chinês em desenvolver indústria para patrocinar a decolada do país vem dando resultados. A RPC tem substituído os EUA cada vez mais como a principal articuladora da expansão comercial e econômica no leste da Ásia e além (ARRIGHI, 2007). Já se aponta a China como o maior produtor de manufaturados e maior exportador (RACHMAN, 2017). Em 2014, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a China como maior economia mundial em termos de paridade de poder de compra. Mesmo diante da pandemia do novo coronavírus, o FMI projetou crescimento de 1,9% da economia chinesa para 2020. Podemos melhor mensurar o vigoroso progresso econômico chinês abaixo:

Gráfico 1 – Evolução do PIB chinês



Fonte: Banco de dados do Banco Mundial, 2019. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Variação anual do PIB chinês



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2020).

Graças ao crescimento econômico em bom ritmo, atualmente, a China passou a elaborar e executar uma série de planos regionais de integração. São suas propostas: uma alternativa ao falho Acordo Transpacífico (TPP); o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB); a iniciativa *Belt and Road* (BRI); o Fundo da Rota da Seda; e programas bilaterais com fins aparentes de atrair amizades asiáticas. Tais iniciativas sinocêntricas, no entanto, podem ser interpretadas como geradoras de dependência perante a China. Ademais, em um tempo de

incerteza acerca dos rumos da administração Trump, a imagem da RPC como grande potência se sobressai (FENBY, 2017). Para Fenby (2017) Xi Jinping tem mostrado pragmatismo em passos calculados, usando os recursos a seu alcance para fortalecer o mando do PCC, para fazer o Estado-empresa operar satisfatoriamente. Isso posto, constata-se que o pragmatismo dos tempos de Deng permanece como motor do desenvolvimento e da ambição de reposicionamento chineses.

O desenvolvimento de capacidades como armamento e dissuasão nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e missilística, atrelado à membresia permanente no Conselho de Segurança da ONU deram à China do novo milênio espaço no núcleo do poder mundial (VISENTINI, 2011). É importante destacar, nesse contexto, que a tentativa de reocupar seu espaço nas relações internacionais é tratada como pacífica por Pequim, que prega desfecho contrário ao de ascensões como de Alemanha nazista e Japão imperial (VAZ-PINTO, 2014). Segundo Visentini (2011), a RPC comporia, junto a outros países asiáticos, alternativa de construção de uma Nova Ordem Mundial multipolar não-hegemônica, caracterizada por nações com modelo próprio de desenvolvimento social e nacional, de segurança e governabilidade. Elucidam melhor esse posicionamento os objetivos internacionais da administração Xi:

(...) buscar o desenvolvimento mutuamente benéfico com abertura e cooperação, desenvolver a China garantindo um ambiente internacional pacífico e, ao mesmo tempo, defender e promover a paz mundial através do nosso próprio desenvolvimento. (XI, 2013 p.1 em XI, 2014, p. 272, tradução própria).

A doutrina de ascensão pacífica se fortaleceu após Hu Jintao anunciar os “quatro não” (à hegemonia, à força, aos blocos e à corrida armamentista) e os “quatro sims” (construção de confiança, redução de dificuldades, cooperar e evitar confrontos) (BULARD, 2005 *apud* ARRIGHI, 2007). Xi Jinping (2013) afirma que o desenvolvimento pacífico está de acordo com a cultura chinesa e é uma escolha natural feita pelo povo, devido à sua memória de humilhação. Promete também que o país nunca buscará hegemonia ou se expandirá, e que a China é e continuará sendo defensora da paz mundial. Ressalta ainda, a correlação de paz e desenvolvimento, ao afirmar que a China e o mundo não podem se desenvolver sem paz, ou desfrutar de a paz prolongada sem desenvolvimento. Essas colocações dialogam com a tese de que seria natural líderes políticos evitarem pressão durante a ascensão de seu Estado (XUETONG, 2019). Entretanto, a nível micro, uma questão põe esta assertiva e o posicionamento chinês em dúvida: enquanto busca o desenvolvimento pacífico, a nação nunca irá abdicar de “direitos e interesses legítimos” (XI, 2013, p. 2). Nenhum outro Estado, segundo

o presidente Xi, deve esperar a negociação dos principais interesses chineses relacionados à soberania, segurança ou desenvolvimento.

Vale salientar, mesmo com a aparente contradição, que as autoridades chinesas não enxergam, pois veem forças armadas mais capazes como parte integrante do desenvolvimento da China (ARRIGHI, 2007). Xuotong (2019), dá suporte teórico a essa ideia, ao dizer que a busca por respeito internacional, juntamente com a força econômica e militar, é crucial para alcançar a liderança entre as nações e assim se exercer “autoridade humana”, uma liderança benéfica para o globo. Para o autor, portanto, exercer liderança não significa simplesmente ser o primeiro entre iguais. O ponto chave para Xuotong é adotar uma política externa alinhada com a força atual da China, não substituir uma liderança global (SUGENO e TAKAHASHI 2020).

A nível macro, contudo, havendo ou não um compromisso genuíno com o equilíbrio entre desenvolvimento pacífico e interesse nacional, para a configuração do sistema internacional, talvez isso seja menos relevante. Segundo Mearsheimer (2001) a estrutura do sistema internacional força todos os Estados, mesmo aqueles interessados apenas em sua segurança, a competir e buscar mais poder, além de fornecer menores incentivos à cooperação, o que pode levar a maior propensão a conflitos. A anarquia internacional e o fato de países poderem ter capacidade militar influenciam fortemente nesse sentido. Desse arranjo temos que uma potência em ascensão estaria interessada e disposta a expandir sua influência.

A aderência chinesa à ordem econômica mundial pouco revela sobre suas intenções a longo prazo. Funcionar “dentro do sistema” não impede um país de lançar as bases – tais como BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai – para a construção de uma ordem mundial alternativa (LAYNE, 2012). Afinal, regras e instituições não existem no vácuo. Assim, se argumenta que o crescimento da centralidade da China no âmbito internacional asiático está ancorado em *realpolitik* (HUNG, 2018). Layne (2012) complementa e amplia a abrangência da posição chinesa, ao dizer que a RPC busca riqueza com objetivo de adquirir as capacidades militares necessárias para competir com os EUA pela hegemonia regional no leste da Ásia.

Esse arranjo significa que, conforme um país cresce, maior é a tendência de Estados vizinhos se sentirem inseguros. Por mais que a ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial ainda privilegie os interesses dos Estados Unidos, a emergência de instituições além de seu controle preocupa Washington. Atrelada a isso, a evolução econômica da China, a pôs em posição de *near-peer competitor*¹⁰, e assim não importaria a ênfase chinesa na ascensão

¹⁰ Os *near-peer competitors*, ou “Estados concorrentes quase-pares”, seriam os atores mais capazes de enfrentar e causar danos aos EUA no âmbito global; com capacidades e intenções de rivalizar o líder global a ponto de em

pacífica; a impossibilidade de mensurar intenções com precisão, a lógica da autoajuda e a competição entre grandes potências seriam norteadoras da geopolítica mundial (MEARSHEIMER, 2001). Mearsheimer frisa que se o crescimento econômico chinês se mantiver nas próximas décadas, os dois atores se envolverão em intensa competição de segurança (BRZEZINSKI; MEARSHEIMER, 2005). Brzezinski, por outro lado, argumenta que a China está assimilando o sistema internacional; tentar desalojar os EUA seria inútil, e o caminho mais frutífero seria a disseminação da influência chinesa.

Arrighi (2007) critica Mearsheimer, afirmando que este privilegia a teoria em vez da realidade política e sua teoria sentencia o movimento da China contra os EUA a repetir a expulsão que Washington fez com as grandes potências europeias no ocidente; e também sentencia que os EUA buscarão conter a China e impedi-la de dominar a Ásia. Brzezinski privilegia a realidade política, e afirma que a relação EUA-China é uma excepcionalidade à teoria. Arrighi (2007) parece concordar, quando afirma que todo o sistema de relações entre Estados da Ásia oriental tem sido caracterizado por uma dinâmica particular de longo prazo que em muito difere da dinâmica ocidental na qual a teoria de Mearsheimer se baseia. Essa própria dinâmica político-econômica teria gerado o ambiente favorável para o renascimento econômico da Ásia Oriental.

O grande rival estratégico da China, entretanto, segue a lógica do realismo ofensivo e com ela elabora sua estratégia perante a China (ZHU, 2019). O Departamento de Defesa dos EUA considera que a China explora benefícios enquanto mina o sistema internacional de dentro, corroendo princípios e valores da ordem internacional (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Na *National Security Strategy* (2017), o governo dos EUA retratou a China como um grande concorrente estratégico. Desde então, as relações EUA-China são de competição. Mearsheimer (2001) e Xuetong (SUGENO e TAKAHASHI, 2020) concordam no ponto que os EUA tomarão todas as medidas possíveis para evitar que a China se fortaleça. Uma das principais arenas da competição, o Indo-Pacífico, vivencia atividades marítimas dos EUA e tentativas chinesas de negá-las (SUGENO e TAKAHASHI, 2020).

A pandemia de COVID-19 acelerou a velocidade com que o hiato de poder entre China e EUA diminuía. Para Xuetong (SUGENO e TAKAHASHI, 2020), menor disparidade de poder significa maior intensidade em disputas. O autor aposta em um nível de competitividade futuramente mais intenso. Todavia, o teórico ainda vê a lacuna da tecnologia e a presença de armas nucleares como grandes impedidores de guerra entre as duas potências. Para ele, não se

confronto com este, o resultado final seria inconclusivo (SZAYNA; BANKES; MULLINS, 2001 *apud* DUARTE, 2019).

trata de China querer substituir os EUA como líder mundial, mas se Pequim tem a capacidade de fazê-lo, e atualmente, não tem. A presente competição ainda estaria no campo estratégico-digital.

Mesmo dada tal competição, pode-se pensar num acordo a ser proposto à China para acomodar sua ascensão, conferindo-lhe reconhecimento e posição dentro da ordem internacional a troco da aceitação de Pequim a respeito dos interesses de Washington (IKENBERRY, 2011, *apud* LAYNE, 2012). Entretanto, Layne (2012) argumenta que a permanência dos EUA como provedor de segurança dominante no leste da Ásia seria cláusula presente, o que não representaria vantagem para Pequim. Ademais, conforme o autor, não haveria razão para Pequim aceitar tal barganha, tendo em vista sua ascensão, seu natural interesse em hegemonia regional, e a desaceleração do domínio estadunidense. Para Glaser (SUGENO e TAKAHASHI, 2020), o caminho para convivência pacífica pode não ser impossível, mas é altamente improvável. Os EUA não cederão sua liderança tecnológica, e os chineses usarão todos os meios disponíveis para tentar obter vantagens e se tornar dominantes. Os dois Estados estariam em rota de colisão, portanto, a menos que os EUA acomodassem a emergência da China em seus termos.

Somando-se a competição entre grandes potências e o impasse envolvendo soberania em zonas disputadas por outros Estados, a situação geoestratégica oriental da RPC é a circunstância mais crítica enfrentada pela segurança do século 21 e é a principal frente que põe em risco a segurança chinesa (SHEN, 2001).

2.2 A IMPORTÂNCIA DA ZONA CONTESTADA EM ANÁLISE

Antes de explicar o embate entre China e EUA a nível micro, entende-se como primordial destacar a importância geopolítica e econômica do MSC e o que está em jogo.

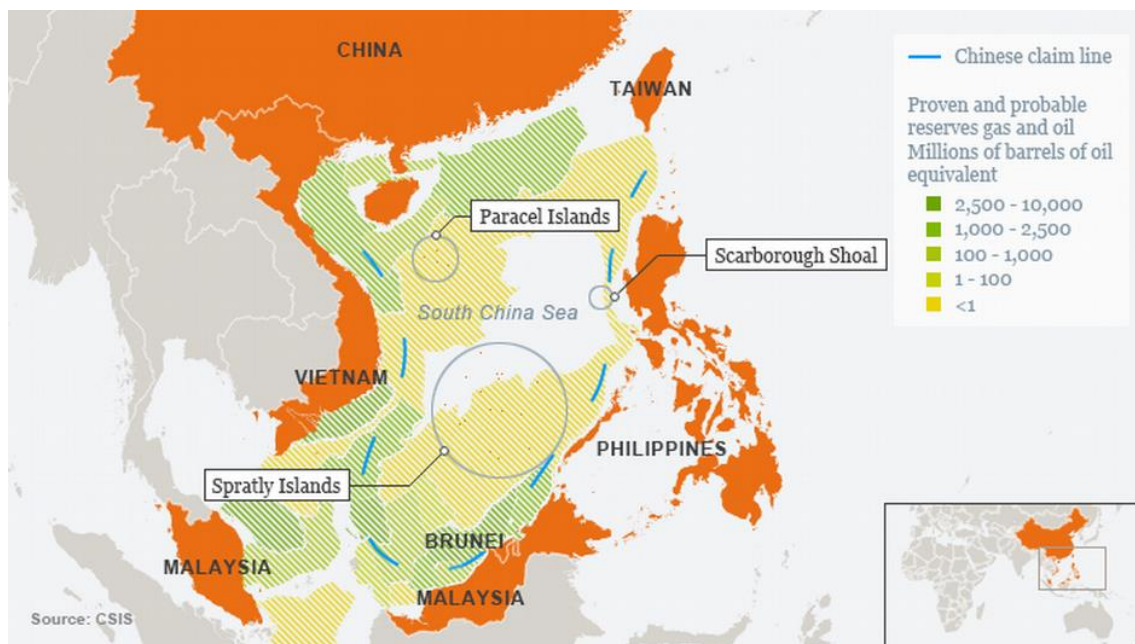
O Mar do Sul da China funciona como a garganta dos oceanos Pacífico Ocidental e Índico – a massa de tecido econômico conjuntivo onde as rotas marítimas globais se combinam. Aqui está o coração da orla navegável da Eurásia, pontuada pelo Estreito de Málaca, Sunda, Lombok e Makassar (KAPLAN, 2014, p. 25, tradução própria).

Em volta do MSC estão China, Brunei, Vietnã, Indonésia, Malásia e Filipinas. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) calcula que cerca de 80% do comércio global em volume e 70% por valor é conduzido pelo mar (UNCTAD, 2018). Desse volume, 60% do comércio marítimo passa pela Ásia, com o MSC responsável por um terço do transporte marítimo global. Em ordem decrescente, em 2016 tais foram os países

que mais dependeram do referido mar para fazer comércio: Vietnã (86%), Indonésia (85%), Tailândia (74%), Cingapura (66%) e Malásia (58%).

O mapa abaixo relaciona dois importantes aspectos para análise geopolítica das disputas marítimas: a disponibilidade de recursos naturais e a possibilidade de projeção de poder a partir de ilhas e bancos de areia.

Figura 1 – Relação entre recursos e possibilidade de projeção de poder



Fonte: RAHN (2017).

Nessas rotas circulam cerca de 80% do petróleo importado por Taiwan, Coreia do Sul e Japão (THANG e THAO, 2012). Além disso, aponta-se que estão localizados no MSC cerca de 213 bilhões de barris de petróleo inexplorados. As demandas dos países que estão localizados no MSC são geográficas, mas envolvem questões históricas, econômicas e por conseguinte, de segurança e defesa. As disputas territoriais se dão numa configuração geográfica que as permite, tendo em vista que países costeiros e vizinhos têm reivindicações que se sobrepõem. Sobre a China, sua segurança econômica, e conseqüentemente, o posto de segunda maior economia do mundo, são fatos visceralmente associados ao comércio viajando pelo mar. Se de fato há tanto petróleo no MSC para que seja conhecido como o novo Golfo Pérsico, então a China amenizará a dependência do Estreito de Málaca para atender necessidades energéticas (KAPLAN, 2014).

Sobre as demandas chinesas, estas vão além das normativas estabelecidas pela UNCLOS¹¹. Vietnã segue o mesmo rumo, incluindo as Ilhas Spratly e Paracel. Hanói, contudo, reivindica a área como Zona Econômica Especial (ZEE). Filipinas foca em expandir sua forte atividade pesqueira, e por isso demanda maior ZEE. A Malásia, por sua vez, exige as ilhas Spratly como parte integrante do país, aspecto não garantido pelo direito internacional. Por fim, Brunei e Indonésia também têm demandas, mas dentro da normativa da UNCLOS e exclusivamente para propósitos econômicos (GOLDENZIEL, 2015). Enquanto Brunei reivindica o atol Louisa, a Indonésia foca sua atenção na superposição da *Nine Dash Line* chinesa com os campos de gás das Ilhas Natuna, localizadas em parte de sua ZEE.

Definir o significado geoestratégico de zona contestada também se faz útil para posteriormente situar com maior precisão o planejamento militar chinês e os embates que Pequim enfrenta. Segundo Posen (2003), em arenas de combate convencional próximas à costa, adversários fracos¹² têm uma boa chance de fazer um dano real às forças de um inimigo muito poderoso¹³. Montgomery (2014) afirma que além de planejamento operacional e design de força, o equilíbrio militar entre duas nações é influenciado pela distância e pelo terreno. A combinação de aspectos políticos, físicos e tecnológicos cria uma zona contestada (POSEN, 2003). Em concordância com Posen (2003), Montgomery assinala que esses fatores criam um quadro mais complexo para o equilíbrio militar, sugerindo que a disparidade de poder entre China e EUA não seja muito grande levando em consideração um teatro favorável à RPC.

Como primeiro aspecto de uma zona contestada, temos que os países locais geralmente têm interesses políticos em uma guerra, podendo exceder o interesse de nações externas à zona. Sua vontade de sofrer é, portanto, muitas vezes maior. Evidenciamos tal característica em discursos e em práticas da China. Por exemplo, quando se é afirmado que alguns países:

(...) estão ocupados se intrometendo nos assuntos do Mar do Sul da China; alguns poucos mantêm vigilância aérea e marítima constante e reconhecimento contra a China. Trata-se, portanto, de uma tarefa de longa data para a China salvaguardar seus direitos e interesses marítimos. Certas disputas sobre território terrestre ainda estão ardendo (CHINA, 2015, p. 5, tradução própria).

¹¹ O artigo 3 da seção 2 da UNCLOS versa sobre o limite estabelecido de 12 milhas náuticas para mares territoriais. O artigo 121 define ilhas como formações naturais, o que não engloba ilhas artificiais chinesas. Também entende que rochas (ilhas sem se prestarem à vida econômica própria ou habitação humana) não geram ZEE nem plataforma continental. A China, ao contrário dos EUA, é signatária e viola a convenção. Ver UNCLOS (ONU, 1982).

¹² A partir da alegação de Posen (2003) de que um país fraco tem chance de fazer dano a forças inimigas próximas à costa, entendemos que uma potência como a China também pode.

¹³ Trocamos “Estados Unidos” pela expressão “muito poderoso” para generalizar a explicação, sem, contudo, alterar seu sentido.

Um segundo requisito que atende à formação de uma zona contestada no caso em análise é a quantidade de homens em idade de atuação militar mais abundante na China do que nos EUA¹⁴, principal competidor estratégico. Em terceiro lugar, os atores locais têm uma “vantagem *home-court*”: um profundo conhecimento do cenário e da meteorologia, podendo ter passado anos adaptando suas táticas militares a essas variáveis. Considerada em ocasiões defensivas, a referida vantagem é ampliada.

Em seguida, temos o estudo de como o adversário faz guerra como quarto fator. Considerando a forte presença estadunidense na região e seu interesse em frustrar os planos da China, os militares chineses preenchem tal requisito. O quinto fator é o único não verificado, uma vez que o armamento utilizado não é o corpo a corpo e a zona contestada em estudo está situada nos comuns¹⁵.

As vantagens da proximidade complicam severamente as tarefas militares de Washington e facilitam o planejamento de Pequim (HEGINBOTHAM *et al*, 2015 *apud* TANGREDI, 2019). Apesar da vantagem, a posse de Taiwan ainda se mostra fundamental, sobretudo quando se examina o trecho que percorre o mar amarelo e mar da China oriental, no qual a ilha se situa, conhecido como *first island chain* (YOSHIHARA, 2012). A posse desses mares ampliaria o perímetro de segurança e garantiria rotas marítimas importantes com os Oceanos Pacífico e Índico.

Taiwan se trata de um aspecto potencialmente facilitador da concentração militar no MSC, para mais à frente se galgar acesso ao Oceano Índico (KAPLAN, 2014). Ademais, por ora, a costa leste do mar da China oriental até o MSC continua sendo a principal rota estratégica chinesa (FRAVEL, 2005 *apud* SINGH, 2016). Por fim, desafiar reivindicações de vizinhos menores com a primeira linha de defesa segura é mais fácil. Taiwan se encontra no Comando do Teatro Sul (STC)¹⁶, que é responsável por proteger o MSC, respondendo a disputas territoriais e assegurando linhas marítimas de comunicação (SLOCs) vitais para as ambições globais da China (ESTADOS UNIDOS, 2019a). A seguir, as linhas de defesa que Pequim almeja ter. A zona contestada em análise está destacada à esquerda:

¹⁴ Ver The Military Balance 2020 (IISS, 2020).

¹⁵ De acordo com Posen (2003, p.8), o “o comando dos bens comuns é análogo ao comando do mar. Os ‘comuns’, no caso do mar e do espaço, são áreas que não pertencem a nenhum Estado e que proporcionam acesso à grande parte do globo”.

¹⁶ O PLA estabeleceu um sistema de comando de operações conjuntas composto por estabelecimentos de comando permanentes e especializados para operações em tempo de paz e de guerra. Organizam-se 5 Teatros de Comando: Eastern Theater Command (ETC), Southern Theater Command (STC), Western Theater Command (WTC), Northern Theater Command (NTC) e Central Theater Command (CTC). Assim, foi estabelecido o sistema de comando de operações CMC-TCs-Troops (CHINA, 2019).

Figura 2 – Zona contestada e divisórias almeçadas pela China



Fonte: The Economist (2018).

2.3 FONOPS COMO DESAFIOS PARA UM ASPIRANTE A HEGEMON REGIONAL

Oficialmente, o Estado chinês reconhece as forças de “independência de Taiwan” e suas ações a ameaça imediata mais grave para a paz e estabilidade no Estreito de Taiwan e a maior barreira que impede a reunificação pacífica do país (CHINA, 2019). De fato, a independência de Taiwan é sensível no que tange à segurança nacional. O projeto de rejuvenescimento nacional e seu ponto-chave da reunificação se chocam diretamente com a cisão entre governo e Taipei (TEIXEIRA JÚNIOR e FERREIRA DA SILVA, 2020).

Para Mearsheimer (2005), Taiwan é um fator importante numa possível união de forças contra a China, o que alimenta as tensões de segurança entre Pequim e Washington. Tendo em vista o histórico das relações de Taiwan, uma vez soberano, este provavelmente seria aliado e espaço de projeção de poder dos EUA para o MSC e região. O bom cenário geopolítico e econômico atual, evidenciado pelo Livro Branco de Defesa chinês (2019), põe como mais difícil a independência de Taiwan. Uma forte economia e uma marinha formidável vêm fazendo a preocupação chinesa se voltar para a defesa de mares abertos (CHINA, 2015). Pode-se, no processo, tentar negar o acesso da marinha dos EUA ao MSC.

O reconhecimento oficial do separatismo como maior imbróglio, contudo, não ameniza os desafios chineses nos mares se levarmos em conta que Taiwan é peça-chave para a estabilidade do MSC. Pela importância estratégica do MSC, grandes potências voltam sua

atenção para o que está acontecendo na região. Os recursos do MSC e o interesse que desperta nos países ao seu redor o tornam um caldeirão propício para o conflito (KAPLAN, 2014). Dado o fenômeno de ascensão da RPC, a consequente obtenção de material bélico e seus frequentes exercícios militares, os Estados litorâneos próximos à China estão mais ou menos organizados contra o país.

Nas palavras de Shen (2001), a fronteira marítima oriental da China continua altamente instável, e a presença estadunidense no Pacífico Ocidental persiste como ameaça à segurança chinesa. Para o autor, a costa oriental da China representa o cenário mais grave enfrentado pela segurança deste século e a principal linha de batalha que ameaça a segurança da China (SHEN, 2001). Em face da quantidade de atores envolvidos e da gravidade da situação, Kaplan (2014) considera mais provável que nenhum Estado domine o Mar do Sul da China. Biddle e Oelrich (2016) estendem o que chamam de “mar de ninguém” para a Primeira Cadeia das Ilhas, zona na qual nem China nem adversários gozariam de liberdade de movimento garantida.

Segundo Kaplan (2014), a China futuramente sendo o maior parceiro comercial de todos os países da região, significa que as outras nações precisam da presença da marinha e da força aérea dos EUA como uma força essencial de contenção à China. Ajuda a explicar este comportamento a tese de que se um Estado estuda seu ambiente para identificar ameaças, ele foca principalmente nas capacidades ofensivas de potenciais rivais (MEARSHEIMER, 2001). Posto esse cenário, nos anos 2017-2020 FONOPs e treinamentos militares no MSC foram frequentemente notificados, envolvendo um ator ou um conjunto de países. Washington faz planejamentos anuais sobre as navegações/treinamentos na região, e emite relatórios sobre. Entre 2017 e 30/09/2019, última data que o relatório anual cobriu (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, 2018, 2019), a gestão Trump realizou 19 FONOPs em águas disputadas no MSC. Posteriormente foram notificadas mais 8 Operações de Liberdade de Navegação, sendo 6 entre janeiro e julho de 2020 (O’ROURKE, 2020b). Importante notar que os documentos oficiais cobrem unicamente operações de “desafio a reivindicações excessivas”¹⁷: tentativas ilegais de Estados costeiros restringirem as liberdades de navegação, sobrevoo e outros usos legais do mar. Adicionalmente, em 2019, apenas, os EUA fizeram pelo menos 50 exercícios militares com diversos países (ZHOU, 2020).

Mesmo reconhecendo e defendendo a liberdade de navegação e sobrevoo para Estados pelo direito internacional, a nível local, invasão e ocupação ilegal são os termos utilizados pela

¹⁷ Reivindicações de Estados costeiros que são inconsistentes com o direito internacional. Sem contestação, direitos, liberdades e usos legais do mar e do espaço aéreo garantidos a todos os Estados sob o direito internacional são afetados. Ver: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (2017b).

RPC para se referir a atitudes de certos Estados em algumas ilhas e recifes das ilhas Spratly, que violariam os direitos e interesses em áreas marítimas sob a jurisdição da China (CHINA, 2016). Alguns de seus vizinhos além-mar estariam agindo de modo provocativo ao reforçarem presença militar nos recifes e ilhas chinesas (CHINA, 2015). O envolvimento dos EUA nas disputas do MSC as complica de duas maneiras: a elevação do tom das disputas e a transformação destas numa questão de rivalidade geopolítica no Pacífico Ocidental (XINBO 2016, *apud* FORNER e PECEQUILO, 2017). Certamente, atividades marítimas de outros países – e principalmente dos EUA – na zona contestada pela China incomodam Pequim (CHEN, 2018). A presença dos EUA também dá a Estados menores a oportunidade de jogar China e Estados Unidos um contra o outro nas suas negociações (HUNG, 2018).

Na interação de países no entorno da China, verificamos embates frequentes. Pequim já se envolveu em incidentes com Japão, Vietnã (THE MARITIME POST, 2020) e Filipinas (GOMEZ, 2019), por exemplo. O *destroyer* japonês JS Shimakaze colidiu com um barco pesqueiro chinês no Mar do Leste da China, em março de 2020 (BURKE e ICHIHASHI, 2020). A colisão não deixou feridos, mas abriu um buraco no *destroyer*. O evento é relevante pois, mesmo não constando no MSC, o Japão é aliado histórico dos EUA e pode se engajar em atividades nesse mar, causando mais incidentes do gênero.

Acontecimentos do gênero podem ser interpretados como disputas interestatais militarizadas, ou MIDs. MIDs são um conjunto de incidentes envolvendo ameaça, exibição ou uso da força sancionada e dirigida pelo governo entre dois ou mais Estados do sistema internacional (GOCHMAN e MAOZ, 1984). Na mesma linha, Bremer (1993), define MIDs como situações em que Estados se ameaçam ou usam da força um contra o(s) outro(s), respeitando uma convenção na qual incidentes de 0 até 1000 baixas em 12 meses configuram MID. Atos precisam ser explícitos, evidentes e não-acidentais para serem assim classificados. Avisos vagos sobre “sérias consequências” não configuram MIDs (GOCHMAN e MAOZ, 1984). Dentro das categorias de MID constam 14 tipos de ações militares, como consta abaixo:

Quadro 1 – categorização de Disputas Militarizadas Interestatais (MIDs)

		Ato						
Categoria	Ameaça do uso da força	Ameaça de disparo contra força ou território de outro Estado	Ameaça de bloqueio (naval ou com tropas)	Ameaça de ocupação territorial	Ameaça de declaração de guerra	-	-	-
	Exibição de força	Alerta: aumento da preparação militar visando outro Estado	Mobilização: acionamento de forças armadas inativas	Demonstração de força sem envolvimento em operações de combate	-	-	-	-
	Uso da força	Confisco: captura de material ou pessoal de outro Estado por pelo menos 24h	Bloqueio (naval ou com tropas)	Ocupação territorial: ocupação de outro Estado por pelo menos 24h	Outro: uso de forças armadas para disparar contra indivíduos ou território alheio por menos de 24h	Conflito: hostilidades entre forças armadas por menos de 24h sem autor inicial claro	Declaração de guerra	Guerra: hostilidades entre forças armadas resultando em 1000 ou mais fatalidades

Fonte: Adaptado de Gochman e Maoz (1984).

No contexto de disputa entre um aspirante a *hegemon* regional e a potência dominante do sistema internacional, conforme sugere o realismo ofensivo, a potência dominante fará o possível para constranger os planos do país ascendente. Essa explicação sugere que MIDs também ocorrem entre EUA e China, e de fato ocorrem. Entretanto, tais incidentes serão melhor explicados no próximo capítulo, quando tratarmos do conceito de FONOP. A categorização acima será melhor trabalhada ao final do quarto capítulo.

3 ESFORÇOS ESTRATÉGICOS DOS EUA PARA A ÁSIA-PACÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS

3.1 A PERDA DA PRIMAZIA ESTADUNIDENSE E A VISÃO DOS EUA SOBRE A CHINA

Ao passo que Mearsheimer (2010) considera praticamente impossível um Estado ser a única grande potência capaz de dominar as demais – um *hegemon* –, Zhu (2019) e Layne (2012) consideram os EUA como *hegemon*. O vasto poder econômico e militar do país sempre foi seu sustentáculo, e com isso foi mantido o período da *Pax Americana*, que durou 6 décadas (LAYNE, 2012). Isso posto, preservar o poder dos EUA tem sido o grande objetivo estratégico de todas as gestões pós-Guerra Fria (LAYNE, 2012). Com o entendimento de unipolaridade pós-Guerra Fria, as estratégias desde George W. Bush vêm sendo orientadas a preservar a vantagem militar dos EUA. Essa abordagem é entendida como “primazia” (POSEN, 2003).

A primazia estadunidense conta com o comando dos bens comuns globais, principal facilitador da política externa que os Estados Unidos têm buscado desde o fim da Guerra Fria (POSEN, 2003). A primazia e os comuns são primordiais para a presente estratégia dos EUA. A superioridade em recursos econômicos, sistemas tecnológicos e militares capacitados dão suporte para os três pontos definidores do comando: fazer muito mais uso militar do mar, do espaço e do ar do que outros atores; possuir meios evidentes de ameaçar ou negar seu uso; e ganhar enfrentamentos militares em caso de outro Estado negar os comuns ao dominante, preservando, restaurando e firmando seu domínio após um conflito¹⁸ (POSEN, 2003).

Além disso, chefiar os comuns facilita o enfraquecimento de adversários e impede que estes dominem áreas estratégicas e economicamente importantes (MONTGOMERY, 2014). É a pedra angular da posição de poder global dos EUA, pois permite explorar o poder econômico e militar do país e de seus aliados, e combinar essas capacidades para criar uma superioridade material maciça (POSEN, 2003). Assim, a estratégia estadunidense tem suporte e potencial militar sem precedentes na história das potências marítimas e “se os grandes estrategistas desejam perseguir uma política externa global ativista, então eles devem preservar o comando dos comuns” (POSEN, 2003, p.19).

O comando do mar permite manter forças em áreas politicamente sensíveis e reforçá-las rapidamente, a depender de boas relações políticas com a parte ameaçada. A combinação do comando do espaço e do ar facilita o estudo e adaptação às capacidades adversárias para eventualmente engajar em combate que desgaste as forças restantes do adversário (POSEN,

¹⁸ Assim como Posen (2003), nessas competições não tratamos a questão da proliferação de armas de destruição em massa.

2003). Comandar o espaço, ademais, dá meios para realizar operações militares em todo o mundo. Para manter essa estrutura, os EUA investem grandes quantidades de recursos em satélites de comunicação, reconhecimento e navegação (POSEN, 2003).

Os Estados Unidos compreendem a região desde a costa oeste da Índia até as costas ocidentais dos Estados Unidos como Indo-Pacífico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). Mais importante, o país inclui o Indo-Pacífico como sua área de atuação, ao se entender como uma potência duradoura da região (SCOTT, 2018). Além disso, oficialmente declara que a presença militar dos EUA contribui para a segurança e estabilidade na região da Ásia-Pacífico há mais de 6 décadas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Disso parte que é central para Washington a preservação de um Indo-Pacífico livre e aberto (DAVIDSON, 2018). Este arranjo de percepções dá margem para inferir que a presença estadunidense será constante enquanto o país ponderá-la como possível de ser efetivada.

A visão sobre o Indo-Pacífico é derivada de princípios comuns que regem a ordem internacional, como a preservação de soberanias, resolução pacífica de disputas e aderência ao direito internacional¹⁹ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Liberdade e abertura para o governo Trump consiste em Estados democráticos, livres de coerção por outros e desfrutando de acesso irrestrito aos mares e vias aéreas (DAVIDSON, 2018). Na promoção dessa visão, cooperar em segurança seria fundamental. Segundo o almirante Philip Davidson, cooperar significa prevenir e lutar em guerras, apresentando um impedimento crível aos adversários.

O almirante atribui a paz no Indo-Pacífico ao compromisso das nações livres com a ordem internacional, e à credibilidade do poder de combate do Comando Indo-Pacífico²⁰ dos EUA. Apesar desse arranjo, segundo ele, ter alçado a China ao posto de segunda maior economia do mundo, a RPC estaria agora tentando mudar as regras pelas quais se beneficiou. Ao nível do MSC, os EUA entendem que disputas territoriais e marítimas envolvem três questões primárias: reivindicações territoriais, reivindicações marítimas e reivindicações marítimas excessivas²¹ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). A China estaria fazendo

¹⁹ Se por um lado os Estados Unidos afirmam defender o direito internacional, por outro, não são signatários da UNCLOS, o que minimamente nos põe a questionar sua moral. Ver UNCLOS (ONU, 1982).

²⁰ O Comando Indo-Pacífico é um dos seis comandos de combate geográficos definidos pelo Plano de Comando Unificado (UCP) do Departamento de Defesa estadunidense. É responsável por usar e integrar as forças do exército, marinha, força aérea e corpo de fuzileiros navais dos Estados Unidos dentro da área de responsabilidade da designada para alcançar os objetivos de segurança nacional dos EUA, protegendo os interesses nacionais (USINDOPACOM, 2020).

²¹ Reivindicações territoriais versam sobre superfícies de terra acima do nível do mar, reivindicações marítimas tratam de zonas marítimas delimitadas a partir de superfícies de terra acima do nível do mar, e o que os EUA chamam de reivindicações excessivas inclui linhas de delimitações não condizentes com a UNCLOS, restrições ao direito de realizar passagem inocente pelos mares territoriais de outros Estados, e à liberdade de realizar

reivindicações excessivas e apresentando projetos que põem em risco a soberania de muitos Estados no Indo-Pacífico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). A ambição chinesa seria de moldar a ordem, subjugando o direito internacional ao poder nacional num sistema onde grandes poderes fazem o que bem entendem e os fracos obedecem (DAVIDSON, 2018). Como agravante, o reordenamento do Indo-Pacífico atingiria não só os vizinhos da China, como também os Estados Unidos. A Estratégia de Segurança Nacional de 2017 entende que “a China busca deslocar os Estados Unidos na região do Indo-Pacífico, expandir o alcance de seu modelo econômico orientado pelo Estado e reordenar a região a seu favor” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a, p. 25).

A militarização do MSC pesa sobre essa concepção de deslocamento dos EUA da região. A modernização militar chinesa teria sido projetada para limitar o acesso de outros países à área (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). Seria uma tentativa de constranger os EUA em operações de voo e navegação (DAVIDSON, 2018). Assim, a construção e militarização de postos avançados no MSC é lida sobretudo como um risco à estabilidade regional. O Indo-Pacífico, portanto, é uma região onde se deve competir (DAVIDSON, 2018). O ímpeto dos EUA nessa competição vem sendo uma uniformidade no governo Trump. No começo de 2017, o secretário de Estado Rex Tillerson julgou necessário enviar à China um sinal claro de que a construção de ilhas deveria parar e seu acesso a ilhas não seria permitido (SOUTH CHINA MORNING POST, 2017). Tentar bloquear as ilhas artificiais da China seria um passo que Washington nunca havia considerado. Apesar disso não ter ocorrido, Tillerson seguiu crítico à China (LO, 2018). Semelhantemente, o posterior secretário, Mike Pompeo, deixa claro que considera as reivindicações *offshore* de Pequim na maior parte do MSC completamente ilegais, assim como a campanha do “domínio unilateral” chinês (POMPEO, 2020). Como seu antecessor, convida aliados a não permitir que Pequim trate o MSC como seu império marítimo.

A teoria da estabilidade hegemônica ajuda a explicar o empenho dos EUA em constranger Pequim. Para realizar tarefas militares críticas seria essencial manter-se o único poder hegemônico (POSEN, 2003). A hegemonia seria responsável pela estabilização das regiões-chave e pela guarda dos comuns globais. Esse controle formidável estaria em erosão desde então; imediatamente pós-Guerra Fria se argumentou que a unipolaridade teria curta duração e seria transitória, pois esta estimularia o surgimento de novas grandes potências para contrabalancear a hegemonia dos EUA (LAYNE 1993; WALTZ 1993 *apud* LAYNE, 2012).

atividades militares dentro das Zonas Econômicas Exclusivas de outros Estados (ESTADOS UNIDOS, 2015). Para melhor compreensão sobre reivindicações marítimas, consultar a UNCLOS (ONU, 1982).

De fato, o próprio Departamento de Defesa (DoD) estadunidense reconhece que a vantagem militar em relação à China e à Rússia está erodindo e, dependendo da resposta dos EUA, pode-se comprometer o poder de dissuadir coerção e agressão (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Entende-se que um revés no equilíbrio regional de forças não é interessante, pois abre espaço para Estados desafiarem e subverterem a ordem internacional.

Verificando registro histórico, Layne e Waltz (1993 *apud* LAYNE, 2012) atestam que a derrocada seria o destino das hegemônias. Os EUA optarem por preservar seu domínio unipolar não seria sábio. Dois aspectos, segundo Layne (2012) seriam motores do declínio estadunidense; no campo doméstico, o declínio relativo do poder econômico, inclusive sobre o domínio do dólar a longo prazo; e no exterior, o surgimento de novas grandes potências e a mudança do centro de poder econômico para a Ásia. Segundo o autor, a ascensão da China é a evidência mais tangível da erosão do poder dos Estados Unidos, um exemplo de como grandes poderes em potencial têm se posicionado para desafiar os EUA desde 1991, sinalizando o fim da unipolaridade. A crise de 2008, para ele, ampliou o impacto do declínio unipolar (LAYNE, 2012). Atualmente, uma estratégia de superação de uma potência em ascensão é insustentável a longo prazo: o declínio econômico relativo seria mais rápido (BIDDLE e OELRICH, 2016).

Sem o poder “duro” (militar e econômico) sobre o qual foi construída, a *Pax Americana* está condenada a enfraquecer no início do século XXI. De fato, devido ao surgimento do grande poder chinês e às próprias fraquezas econômicas domésticas dos Estados Unidos, ela já está enfraquecendo (LAYNE, 2012, p. 205, tradução própria).

Arrighi (2007), por outro lado, ao falar de crise de hegemonia – arranjo em que o *hegemon* não tem os meios ou a vontade de continuar a liderar o sistema de Estados em uma direção para expandir seu poder e o poder de grupos dominantes – argumenta que as crises não resultam necessariamente no fim das hegemônias. Os EUA, assim, poderiam continuar dominantes mesmo após a sua derrocada.

Os Estados Unidos têm mérito no controle sobre os Oceanos Pacífico e Índico e sorte por até hoje globalmente ter encontrado adversários com apenas uma dessas três capacidades: ar, terra ou mar (POSEN, 2003). Nenhum dos inimigos, assim, foi capaz de ameaçar as forças aéreas, navais ou bases avançadas dos EUA (MONTGOMERY, 2014). Se tratando do Indo-Pacífico, entretanto, o cenário põe a RPC como principal rival dos EUA. Washington estima que a potência nuclear poderia em 5 anos dobrar o arsenal nuclear com capacidade de atingir os EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020). A RPC também possui exército

formidável, reconhecido pelos EUA como tal²². Enquanto as forças chinesas se desenvolviam, as forças conjuntas dos EUA passaram quase uma década com a aquisição severamente limitada de novos sistemas de armas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (2017) reconhece ainda que a crença na tecnologia como compensadora de capacidade reduzida se mostrou incorreta. Como consta Duarte (2019), responder à China empregando tecnologia e apostando em sua evolução não traz certezas, a alta imprevisibilidade tecnológica força atores a trabalharem com possibilidades.

Uma quebra do processo orçamentário federal anual também agravou a erosão do domínio militar estadunidense em tempos recentes (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). O declínio de poder econômico e cortes orçamentários constroem possibilidades de emprego tecnológico, ao limitar desenvolvimento e projeção de poder mais sofisticados, e assim o poder militar enfraquece, o que para Layne (2012) culminaria na redução da capacidade de comandar os comuns.

Segundo Layne (2012), os desafios de Washington fundamentam um pessimismo unipolar, mais forte pós-crise de 2008. Tempos recentes deixam ansiosa a comunidade estratégica dos EUA quanto ao desafio que a China representa (ZHU, 2019). Dada tal ansiedade, é provável que a comunidade já esteja sentindo a primeira dificuldade de primazia no comando dos comuns imaginada por Posen (2003): um crescente desafio em sustentar, melhorar e expandir a estrutura que os EUA desfrutavam globalmente. Isso se daria porque o comando dos comuns não seria, para o autor, adequado para uma política de primazia, mas sim para o engajamento seletivo. Segundo ele, o esforço militar dos EUA não criou onipotência militar, e provavelmente não criará. A nível operacional, projetar poder em grandes distâncias seria o maior desafio, especialmente através de enormes corpos d'água como é o caso do Indo-Pacífico (MEARSHEIMER, 2010).

Nessa linha, manter a política de primazia significa, portanto, enfrentar desafios profundos que requerem robustez das forças militares. A RPC seria fator-chave nessa conjuntura, por estar ameaçando os interesses econômicos e de segurança dos EUA, profundamente vinculado com o desenvolvimento do Pacífico ocidental e leste da Ásia. Esses interesses trouxeram “desafios cada vez mais sérios” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012). Dois desafios claros a enfrentar neste século são a construção de forças armadas chinesas mais capazes e melhor financiadas, depois das estadunidenses, e o crescente e diversificado

²² Apesar dos EUA entenderem foco do papel do PLA em fronteiras, reconhecem este como um dos maiores exércitos do mundo, lentamente adaptando-se às tendências da guerra moderna (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020).

arsenal nuclear chinês (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a). Desafios dessa magnitude estariam minando a primazia militar estadunidense e evidenciando um rumo à multipolaridade, cenário que para Layne (2012) seria agora impossível negar. O autor depreende que já na década de 2020 ou na posterior o domínio militar dos EUA será desafiado (LAYNE, 2012).

Por outro lado, para otimistas sobre a unipolaridade, os EUA vão contrariar a tendência histórica de fracasso hegemônico por duas razões: sua magnitude de poder e sua hegemonia “benevolente”. Tal corrente postula que os Estados Unidos ainda podem arcar com os custos da hegemonia (MONTGOMERY, 2014). Sustenta isso a constatação de que os EUA ainda detêm estrutura financeira mais forte e são mais inovadores em tecnologia militar do que a China, e assim as vantagens “persistirão bem até este século” (BECKLEY, 2012 *apud* MONTGOMERY, 2014). Também é argumentado que não há novas potências militares agressivas que possam provocar o colapso do sistema mundial centrado nos EUA; a resistência dos EUA ao ajuste e acomodação a novos atores seria o causador de quebras no sistema (ARRIGHI, 2007; SILVER, 1999 *apud* ARRIGHI 2007).

Montgomery (2014) sugere que a primazia militar perdurará mesmo que a força econômica estadunidense decline, afirmando, dentre outros fatores, que outras nações podem realizar grandes operações militares apenas em suas proximidades. Posen (2003) concorda, mas afirma que a primazia, e, portanto, a unipolaridade se manterá até médio prazo, e caso o devido planejamento seja bem feito. Caso não, a projeção de poder global pode se voltar como a ameaça real ao domínio militar dos EUA (MONTGOMERY, 2014).

Seja como for, apesar de otimistas e pessimistas confiarem na contínua primazia militar dos Estados Unidos, ambos os lados estariam subestimando as consequências da ascensão militar chinesa (MONTGOMERY, 2014). Ressalte-se que as administrações Obama e Trump sentiram, como Posen (2003) já assinalava, o desafio de manter a estrutura do comando dos comuns. Seria por conta disso e da ascensão chinesa ameaçar a primazia que os governos Obama e Trump apresentaram os mesmos objetivos estratégicos (ZHU, 2019). O governo Trump teria herdado a estratégia “Reequilíbrio para Ásia-Pacífico” e a desenvolvido.

Como afirmam Lemke e Tammem (2001 *apud* SCOTT, 2018), atualmente somente a China se mostra como potencial desafiante para os Estados Unidos. A estratégia para o Indo-Pacífico reflete que a ascensão da China apresenta um desafio de “transição de poder” para os EUA, que respondem buscando “equilíbrio” (SCOTT, 2018). Tal balanceamento pode ser evidenciado desde, conforme Zhu (2019), a identificação da concorrência estratégica entre os países como prioridade da segurança nacional estadunidense, à necessidade de aprimoramento

militar, busca de aliados e parceiros através do Indo-Pacífico. Equilibrar uma ameaça chinesa seria útil para os EUA, Japão, Austrália e Índia (SCOTT, 2018). Esse pensamento é praticado através do INDOPACOM, e para tornar a contenção à China aplicável, consideramos fundamental a estrutura desse comando, detalhado a seguir.

3.2 O INDOPACOM, A ESTRUTURA DE DEFESA AVANÇADA E OS ESFORÇOS PARA PRESERVÁ-LA

A estrutura da Guerra Fria e as bases estadunidenses deixaram um legado: o Plano de Comando Unificado, através do qual os militares dos EUA instituíram áreas regionais de vigilância, ou Comandos de Combate Unificado (UCCs) (POSEN, 2003). As bases e posses territoriais consolidaram o *status* dos EUA como poder residente do Indo-Pacífico (SCOTT, 2018). Desde a queda da União Soviética, contudo, os EUA alteraram substancialmente sua postura militar perante o globo, diminuindo presença no exterior e reorientando unidades para irem onde fosse necessário (MONTGOMERY, 2014).

Como a Estratégia de Segurança Marítima Ásia-Pacífico (2015) destaca, os EUA interpretam como vital sua presença militar na região e seu principal meio de promovê-la é através do Comando Indo-Pacífico (INDOPACOM). Anteriormente denominada PACOM, a instituição comanda e supervisiona, do Havaí, as forças dos EUA no Pacífico (POSEN, 2003). O INDOPACOM integra as forças do exército, marinha, força aérea e corpo de fuzileiros navais dos EUA para alcançar os objetivos de segurança nacional dentro da área de responsabilidade (AOR), a maior em extensão das UCCs. Abaixo a AOR em questão:

Figura 3 – AOR do INDOPACOM



Fonte: USINDOPACOM (2020).

Os EUA alegam operar de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e também que trabalham para garantir o Estado de Direito nos mares asiáticos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). O PACOM teria sido a materialização dessa ideia, realizando operações em mar e ar e encorajando engajamento de outros Estados para navegar e responder a ações coercitivas de competidores regionais, contrárias ao direito internacional (ESTADOS UNIDOS, 2016). Conforme Zhu (2019), interessados em manter sua hegemonia e disseminar o conceito “Indo-Pacífico”, os EUA agregaram os oceanos Índico e Pacífico numa unidade estratégica. De uma sigla para outra, assim, os grandes objetivos permaneceram. Porém, a visão *Free and Open Indo-Pacific* do governo Trump, quando postula que nação alguma pode ou deve dominar o Indo-Pacífico, parece entender o argumento de Brzezinski (1998) sobre a necessidade incontestável de não haver um poder eurasiático dominante que possa vir a desafiar os EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Somando-se esse fator com o teor anti-China do governo Trump, pode-se entender que um adicional da estratégia “Indo-Pacífico” é constranger as atividades marítimas chinesas (ZHU, 2019). Huang (2010) complementa: para ele, a estratégia de contenção da Guerra Fria foi incorporada nos

tempos atuais, lançando um “cerco em forma de C” na Eurásia. Mesmo não inteiramente voltado para a China, o cerco tem a intenção de restringi-la e contê-la. É possível inferir que o INDOPACOM é estrutura imersa nesse cerco.

O Comando para o Indo-Pacífico conta com 200 navios e submarinos; mais de 2.000 aeronaves; e mais de 370.000 soldados, marinheiros, fuzileiros navais, aviadores, civis do DoD e técnicos qualificados em sua área de responsabilidade (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Segundo o relatório do DoD (2019a), tais forças estão centradas no Japão e na República da Coreia. Guam também possui contingente considerável e serve como um centro de suporte e logística para operações de todas as forças do Comando. Aliados e parceiros que abrigam forças dos EUA em menor escala incluem Austrália, Cingapura, Reino Unido e Filipinas, sendo neste último onde mais ocorrem exercícios bilaterais na AOR do INDOPACOM.

Massivamente presente no Mar do Sul da China, o INDOPACOM realiza desde treinamentos e exercícios com aliados e parceiros até operações de liberdade de navegação e atividades rotineiras (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Para sustentar essas atividades, o DoD se empenha em garantir postura de força tal que permita conduzir missões variadas de cooperação em segurança, contra ameaças transnacionais, entre outros (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Contar com aliados como suporte para preservar acesso e uso dos comuns globais é fundamental. Em primeiro lugar, aliados ajudam em questões sobre comando dos comuns e zonas contestadas duradouras. Fornecem as bases formais e informais que são pilares para o trânsito do poder estadunidense pelo globo (POSEN, 2003). Japão, Índia e Austrália – com que os EUA formam o QUAD, instituição que trata de assuntos militares para a Ásia – difundiram o conceito dos EUA de “Indo-Pacífico” e expuseram propostas estratégicas a respeito (ZHU, 2019). Aliados também asseguram normas internacionais e mantêm capacidades militares relevantes e interoperáveis (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2012).

Mais atores ao lado dos EUA, assim, reforçam a estabilidade na região Ásia-Pacífico, seja incentivando desenvolvimento pacífico, respondendo a incidentes, fazendo dissuasão ou efetivamente em combate. É possível inferir, portanto, que aliados são integrantes virtuais e base substancial do INDOPACOM. Uma estrutura de presença e prontidão militar combinada com parcerias lança um dilema a adversários, que, na visão dos EUA constriam avanços rápidos, a baixo custo ou fáceis através da força militar (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a).

Conforme Zhu (2019), a principal intenção de segurança dos EUA para a Ásia-Pacífico é selecionar três áreas estratégicas, centradas em Índia, Japão e Austrália para compensar, em

três direções, a crescente influência regional da RPC. A estratégia de alianças está baseada em percepções de ameaça em toda a região em relação à China (SCOTT, 2018). Negociam-se acordos bilaterais de segurança com países que têm poucos acordos entre si, para formar uma espécie de aliança militar do Pacífico (KAPLAN, 2005). Esse arranjo constitui um substituto “funcional” para o sistema de alianças da segunda metade do século XX, fazendo interoperabilidade com militares asiáticos e movendo tropas estadunidense entre bases (ARRIGHI, 2007).

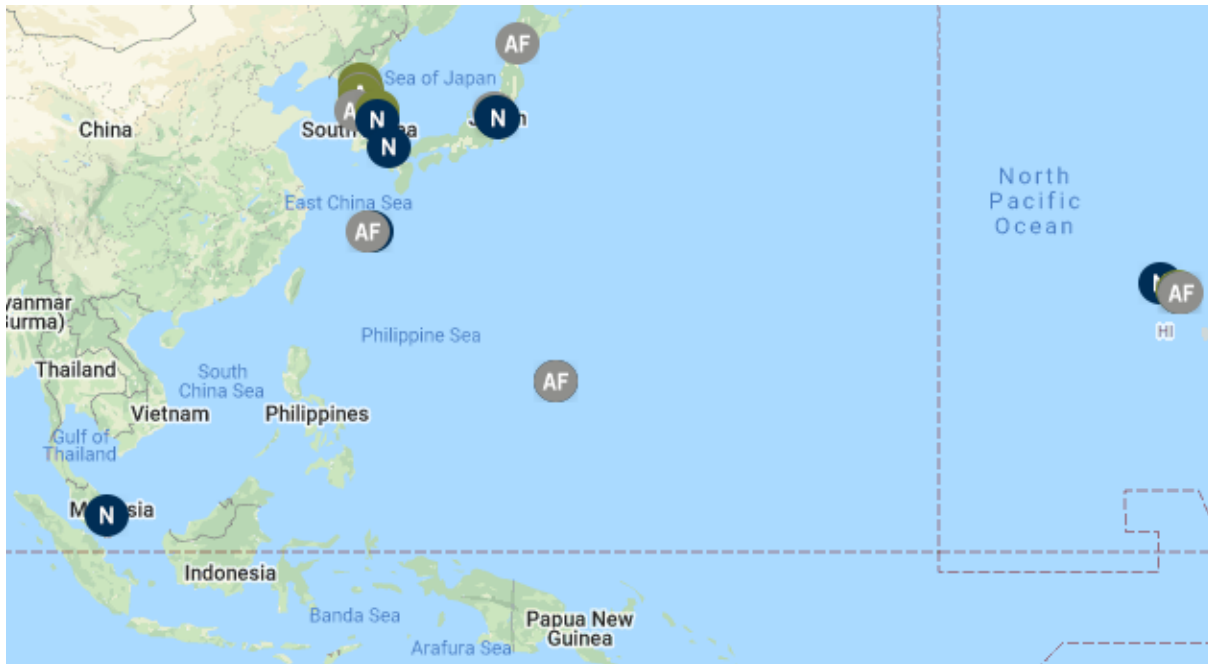
Delineada a estrutura de segurança, entendemos que os esforços dos EUA no Indo-Pacífico e, em especial, contra a China, se encaixam na explicação de Mearsheimer:

Balanceamento e *buck-passing* são as típicas estratégias que grandes potências usam para manter a distribuição de poder quando enfrentam um rival perigoso. No balanceamento, o Estado ameaçado aceita o fardo de deter seu adversário e dedica recursos substanciais para atingir tal objetivo (MEARSHEIMER, 2001, p. 145, tradução própria).

Dentro da lógica de balanceamento, o INDOPACOM obedece e está comprometido com uma estrutura de defesa avançada. Esta serve para deter coerção, conflitos regionais e responder com rapidez às crises marítimas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). O país dimensionou, moldou e implantou suas forças armadas de modo a combater quando e onde ameaças aparecerem (MONTGOMERY, 2014). Para Mearsheimer (2001), agir dessa forma é fundamental pois, a China se tornando hostil, uma abordagem oposta pode comprometer a capacidade e a vontade de vizinhos constrangerem Pequim. Recuar pode deixar os Estados Unidos em situação estratégica desfavorável (MONTGOMERY, 2014). Ademais, o país interpreta como do interesse de todas as nações do globo a detenção e prevenção de conflitos no Indo-Pacífico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015).

Isso posto, abaixo consta um pouco da estrutura de defesa avançada dos EUA próximo ao MSC:

Figura 4 – Estrutura de defesa avançada dos Estados Unidos



Fonte: Today's Military (2020). Onde constam círculos com legenda, os Estados Unidos possuem forças do exército (A), força aérea (AF), ou marinha (N).

A escolha das Filipinas como local de maior ocorrência de exercícios militares tem propósito evidente, já que o país, apesar de em certos momentos ter relações estreitas com Pequim, é um adversário da China na disputa por ilhas e se localiza bastante próximo à zona marítima reclamada por Pequim. Para além disso, o DoD, desde 2015, enxerga diálogo entre sua política de reequilíbrio para a Ásia-Pacífico e a política “*Act East*” da Índia e busca promover a Índia ao posto de provedor de segurança além do Oceano Índico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Em 2017, Rex Tillerson frizou que o Indo-Pacífico precisa de parceria forte entre EUA e Índia (TILLERSON, 2020). Nota-se que uma eventual ascensão indiana serviria aos interesses de Washington, pois forneceria um contrapeso cada vez mais importante à China (SCOTT, 2018). Em Cingapura, o uso rotacional de navios de combate litorâneos permite que a marinha dos EUA tenha a possibilidade de operar em litorais desafiadores com um ativo flexível e ágil (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015).

Apesar desses importantes parceiros, os EUA ainda entendem que a pedra fundamental da segurança e diplomacia na região do Indo-Pacífico são as fortes alianças bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b). De uma série de bases aéreas através do Pacífico, possui algumas no Japão, nas proximidades do Estreito de Taiwan, provável ponto de inflamação para um conflito regional (MONTGOMERY, 2014).

Ao passo que fornece proximidade ao MSC, segundo Zhu (2019), Japão e demais aliados ainda dependem muito da proteção dos EUA, e por isso a estratégia para o Indo-Pacífico

deitaria, primeiramente, dos esforos dos EUA para aumentar a capacidade indiana de equilibrar a ascensao chinesa. Em segundo lugar, os planos para a regio estariam submetidos a condicao de benefcios estratergicos trazidos pela quase-alianca EUA-India serem maiores do que o custo da India obter vantagens de EUA e China (ZHU, 2019). Apesar de problemas como esses, em geral, naoes que lucram mais com a globalizacao parecem entender os benefcios da presenca militar dos EUA (POSEN, 2003). E muito provavel que esse fator e a necessidade de balanceamento de poder expliquem os esforos de EUA e aliados para garantir *status quo* nos comuns. Especificamente sobre os Estados Unidos, constam a seguir alguns dos principais esforos no campo militar.

Washington mira garantir com sucesso a ausencia de coercao adversaria e a dissuasao de conflitos, respondendo decisivamente quando necessario. Para isso, se utiliza primeiramente da diplomacia militar para reducao de risco de erros de calculo ou conflito, fortalecimento de instituicoes de seguranga regional e de uma arquitetura de seguranga regional aberta e eficaz (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2015). Mas os EUA tambem veem a necessidade de reforcar e aumentar sua capacidade militar para projetar poder no mar, no ar e sob a agua (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2015). Segundo a *Asia-Pacific Maritime Security Strategy* (2015), o envio do *USS America*, mais novo navio de ataque anfio orientado para operacoes aereas para a regio ate 2020, a insercao de mais dois *destroyers* e uso de outros tres da classe DDG-1000 sao alguns exemplos relevantes na area naval.

As forcas armadas estadunidenses estao cientes do esforo de modernizacao naval chinês, e para balancea-lo a marinha dos EUA envia maiores porcentagens e seu melhor pessoal para o Pacifico, alem de pretender aumenta-la; atribuiu navios e aeronaves novos e mais capazes para o Pacifico; mantem ou aumenta operacoes de presenca geral, treinamentos e cooperacao com aliados; iniciou, acelerou ou desenvolveu programas para promocao de novas tecnologias militares e aquisicao de novos navios, aeronaves, veiculos nao tripulados e armas; e sinalizou que nos proximos anos mudara para uma arquitetura de frota com uma porcao menor de maiores navios, mais navios menores e maior uso de veiculos nao tripulados (O'ROURKE, 2020a).

Os Estados Unidos reconhecem avancos de anti-acesso e negacao de area (A2/AD) proliferando no mar asiatico e alem (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2015). Manter presenca militar num ambiente de seguranga maritima em evolucao e considerado desafiador. Mesmo assim, o Estado se dedica em manter capacidade de projetar poder em areas com desafios de acesso e operacao (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2012). No entorno do MSC, as forcas estadunidenses focam em adentrar uma rede A2/AD chinesa projetada para estender a capacidade do PLA de contestar o controle maritimo e aereo dos EUA (TANGREDI,

2019). Nessa missão, segundo o autor, Washington opera ofensivamente. Abdicar da defesa avançada parece fora dos planos:

Não deve haver dúvida de que os Estados Unidos manterão a presença militar e as capacidades necessárias para proteger nossos interesses e os de nossos aliados e parceiros contra potenciais ameaças no domínio marítimo (ESTADOS UNIDOS, 2015, p. 2, tradução própria).

Montgomery (2014) assinala que os EUA precisarão enfatizar plataformas de vigilância e ataque mais eficazes, melhorar bases avançadas e mitigar deficiências no espaço e no ciberespaço para manter o *status quo* em caso de ameaças surgirem. Em última análise, os EUA precisam adaptar suas forças em resposta à ascensão da China, não importando se para preservar a defesa avançada ou viabilizar um engajamento mais seletivo (MONTGOMERY, 2014).

Além de ações, as políticas militares evoluem no rumo da melhoria de capacidades para manter a defesa avançada. Primeiro, o DoD iniciou o desenvolvimento de novos conceitos operacionais para marinha e corpo de fuzileiros navais melhor enfrentarem as forças marítimas chinesas A2/AD (O'ROURKE, 2020a). Um exemplo é o conceito emergente de Operações de Base Avançada Expedicionária (Expeditionary Advanced Base Operations). Os objetivos são controlar áreas-chave e negar a liberdade de ação adversária, assim como apoiar a força conjunta em um ritmo que complique o direcionamento adversário (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a).

Em tecnologia, para compensar os avanços de A2/AD e preservar liberdade de acesso às forças dos Estados Unidos, o DoD está empenhado na criação de sistemas e tecnologias de ponta (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Teriam responsabilidade de responder a ameaças A2/AD, em áreas contestadas, uma maior e melhor defesa anti-mísseis (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b). A defesa antimísseis serve também de apoio crítico para dissuadir ataques e preservar aliados e parceiros (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b). Integração ofensiva e interoperabilidade mais rigorosas sustentarão as capacidades operacionais em ambientes A2/AD, onde adversários podem usar mísseis balísticos e de cruzeiro contra os EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b).

A modernização de armas continua sendo pauta bastante trabalhada. O DoD está investindo em planos para novos mísseis terrestres, marítimos e lançados pelo ar. Também trabalha para prover munições avançadas de precisão para ataque em maiores distâncias, incluindo mísseis de cruzeiro anti-navio de longo alcance, com fins de melhorar a capacidade de aeronaves enfrentarem combatentes de superfície no espaço aéreo defendido (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Por fim, é de suma importância sublinhar que o DoD trabalha

para a longo prazo ter um conjunto de ideias e capacidades inovadoras – conhecidas como terceira *offset strategy* – para o avanço do domínio militar dos EUA e garantia de detenção adversária, prevalecendo em conflitos, inclusive no mar asiático (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015).

Apesar da posta dedicação do *hegemon* na preservação do comando dos comuns, isso não impede os demais Estados de usarem os comuns em tempo de paz (POSEN, 2003). Também não significa que outros não possam adquirir equipamento para locomoção ou mesmo explorar os comuns em caso de não-impedimento. Além disso, levando-se em conta que a estratégia militar de defesa avançada, segundo Montgomery (2014), fica cada vez mais difícil de sustentar no leste da Ásia; que a zona de atuação dos EUA no MSC se trata de uma zona contestada; e ainda, que a China amplia cada vez mais orçamento e esforços para modernização e operações militares, disso temos que os EUA se sentem incomodados com o uso chinês dos comuns, sobretudo para militarização do MSC, sendo uma resposta da atual gestão estadunidense as FONOPs na zona contestada.

3.3 OPERAÇÕES DE LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO (FONOPS) E DISPUTAS MILITARIZADAS INTERESTATAIS (MID)

O Programa de Liberdade de Navegação dos EUA (FON Program) se trata de uma estratégia para preservar a mobilidade global de poder e o comércio sem obstáculos (ESTADOS UNIDOS, 2017b). Dentro desse programa, a marinha, a força aérea e a guarda costeira dos EUA realizam FONOPs. Sua finalidade é proteger direitos, liberdades e usos legais do mar e do espaço aéreo de todas as nações (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Washington considera que países da Ásia-Pacífico fazem reivindicações marítimas excessivas e se estas não forem contestadas podem constranger a capacidade dos Estados Unidos e de outros países de fazer ações ou exercícios militares de rotina (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Assim, as FONOPs são instrumento para garantir liberdade dos mares e, como veremos em nosso caso, para desafiar reivindicações marítimas excessivas afirmadas por Estados costeiros.

Geograficamente isolados e com compromissos hegemônicos diversos, os EUA apenas podem dedicar uma parte de suas forças disponíveis a uma região alvo (MONTGOMERY, 2014). Além disso, segundo o autor, realizar grandes operações militares em espaço grande e distante como o Pacífico ocidental oferece significativos obstáculos logísticos. Mesmo com constrangimentos, os EUA se dedicam a manter as forças avançadas no Pacífico ocidental, das quais mais de 60% são para fins de operações no MSC (BO, 2019). Considerando-se que a

militarização do MSC está em andamento avançado (MANGOSIN, 2018) e que para Mearsheimer (2001) grandes potências antecipam o perigo, é lógico inferir, dentro da ótica realista, não apenas que FONOPs são uma forma de defesa avançada, como também que a maioria dessas operações no MSC abrange a China, em consonância com o que assinala Bo (2019). Outrossim, a vigilância dos EUA sobre a PLAN é uma necessidade estratégica para compensar o aumento da projeção de poder chinesa de longo alcance (YOU, 2016).

Para os defensores da defesa avançada, recuar favorece o surgimento de regimes não-liberais, maiores dilemas de segurança e tentativas de revisão de *status quo* territorial (MONTGOMERY, 2014). Mas não apenas no campo teórico há o reconhecimento de que recuar restringe as opções dos EUA em futuras crises. Se posto em evidência que FONOPs no MSC têm ocorrido com uma frequência aproximada de uma vez a cada dois meses desde maio de 2017 (PANDA, 2018), e que o *Asia Reassurance Initiative Act* de 2018 visa fortalecer FONOPs e treinamento militar marítimo conjunto, temos fortes indícios de que a gestão Trump valoriza o sistema de defesa avançada. Após a aprovação do plano anual para o Mar do Sul da China, o INDOPACOM ficou mais livre para operar, por sua vez aumentando riscos e perigos²³ (BO, 2019).

Se na prática a intensificação de FONOPs aumenta riscos, na lei internacional, as atividades dos EUA tornam a situação ainda mais problemática. A UNCLOS prevê apenas “passagem inocente”²⁴, mas os EUA, ao realizá-las, são provocativos. Com a finalidade de não mostrar reconhecimento sobre mar territorial em ilhas do MSC, os EUA violam o regime de passagem inocente e adentram mar territorial sem consulta (VALENCIA, 2016). Ao enviar um navio de guerra para violar a passagem inocente em recursos reivindicados e ocupados pela China, os EUA sinalizam que o recurso não está sujeito a reivindicações de soberania chinesa.

Nesse cenário, a China se sente provocada. De fato, a RPC pode muito bem ver FONOPs em torno de seu território como desafio à sua soberania, “interesse central” chinês (VALENCIA, 2016). Um porta-voz do Comando do Teatro Sul da China considera que os EUA violam seriamente os interesses da soberania e segurança chinesa, bem como aumentaram riscos de segurança regional e podem facilmente culminar em incidentes inesperados (CHAN,

²³ Segundo Bo (2019) há um debate sobre a eficácia das FONOPs. Acredita-se que estas não são adequadas para impedir as operações da China no MSC.

²⁴ De acordo com o artigo 19 da UNCLOS, a passagem é inocente desde que não seja prejudicial à paz, boa ordem ou segurança do Estado costeiro. Os EUA se vêem obrigados a usar de meios navais perto das ilhas, assim como radares, helicópteros, além de conduzir manobras, que podem incomodar a China (VALENCIA, 2016). Washington compromete alguns itens do segundo parágrafo do art. 19. Todavia, em casos de ilhas artificiais, como a UNCLOS não as reconhece como geradoras de mar territorial, a marinha dos EUA não estaria infringindo o direito internacional. Ver: ONU (1982).

2020a). O vice-ministro das relações exteriores chinesas Luo Zhaohui afirma que a interferência dos Estados Unidos tem sido uma fonte de risco no MSC (ZHUO, 2020a). Para ele, os EUA fazem “repetidas provocações”, pois “a liberdade de navegação nunca foi um problema nessas águas. É apenas uma desculpa criada por aqueles que queriam interferir e criar problemas”. O ministro das relações exteriores, Wang Yi, vai além: para ele, “os EUA estão se tornando o maior motor da militarização do Mar do Sul da China e o fator mais perigoso que prejudica a paz na área” (XINHUA, 2020).

Apesar da desaprovação chinesa, os EUA parecem focados em continuar navegando e operando no MSC, como fazem em todo o mundo. O DoD tem se esforçado para aumentar presença, levar melhores capacidades, pessoas e ativos para a Ásia-Pacífico (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). Segundo Posen (2003), em vez de provocar ou atacar forças imóveis, seria satisfatório para os EUA sondar as defesas rivais para obter informações. Uma política de engajamento seletivo faria o poder militar dos EUA parecer mais tolerável e menos ameaçador (POSEN, 2003). O autor sublinha que a própria dinâmica entre EUA, comando dos comuns e zonas contestadas sugere que o país não pode perseguir uma política de supremacia, mas de engajamento seletivo.

No caso em estudo, a realização de FONOPs que não adentrassem mar territorial seria suficiente. Washington, entretanto, vem endurecendo seu posicionamento, fazendo exhibições de força e adentrando zona marítima chinesa. Inclusive, a Estratégia de Segurança Marítima Ásia-Pacífico (2015) não considera FONOPs uma fonte de instabilidade na região, coloca disputas territoriais e marítimas e a rápida modernização militar como causadoras de um ambiente mais contestado e arriscado. No relatório sobre desenvolvimentos militares e de segurança envolvendo a República Popular da China (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020), passa-se a informação de que a China usa táticas desligadas de conflito armado para perseguir seus objetivos, calculando suas ações coercitivas para manter um limiar abaixo da provocação de conflitos armados com os Estados Unidos. Tendo-se em mente que este último continua realizando FONOPs e estas provocam a China, essas circunstâncias desestabilizam o referido limiar.

Baseando-se nesse posicionamento dos EUA, entendemos melhor as seguintes ações. Em 2018, a frequência e intensidade de FONOPs aumentou (BO, 2019). Segundo o autor, dentro das 12 milhas náuticas das Ilhas Spratly foram realizadas manobras de alta velocidade, treinamentos e outras atividades provocativas. Ainda segundo Bo (2019), o DoD não considera FONOPs as entradas nas 12 milhas náuticas chinesas. Como os Estados Unidos não entendem a China como titular dos recursos, não são compelidos a observar exigências de um mar

territorial teórico (O'ROURKE, 2018 *apud* BO, 2019). Nesse sentido, as ações dos EUA nessa situação específica são mais provocativas por serem patrulhas militares normais.

Presença e atividades dos EUA no MSC continuaram a intensificar em 2019 (ZHOU, 2020). Além de 9 FONOPs em águas disputadas (LARTER, 2020), as forças estadunidenses realizaram pelo menos 50 exercícios conjuntos com países da Ásia-Pacífico. O *USS Ronald Reagan* esteve em dois desses exercícios, incluindo um exercício conjunto perto do disputado recife Scarborough (ZHOU, 2020). Já de janeiro a agosto de 2020, os EUA realizaram 7 FONOPs no MSC (ZHUO, 2020b) e enviaram aviões de guerra mais de 2000 vezes para a região, em apoio a porta-aviões (O'CONNOR e JAMALI, 2020). O *USS Barry* percorreu o entorno das Ilhas Paracel, o que fez o Comando do Teatro Sul da China emitir aviso severo contra a “intrusão” (CHAN, 2020b).

Também foram relatadas atividades de ambos os países separadas por um curto espaço de tempo. O *USS Barry* navegou pelo estreito de Taiwan apenas um dia depois do porta-aviões chinês *Liaoning* passar pelo local (CHAN, 2020a). Em março de 2020, no mesmo dia em que marinha e força aérea chinesas realizavam exercício conjunto no MSC para simular encontros com aeronaves e navios de guerra estrangeiros, o *USS McCampbell* estava conduzindo uma FONOP perto das Ilhas Paracel. Mesmo em face de presença chinesa, as navegações do INDOPACOM mantêm regularidade (CHAN, 2020a). Infere-se dessas atividades que os EUA têm feito muito além do suficiente, e isso pode ser o principal problema de sua parte (COOPER e POLING, 2019; ZHOU, 2020). Não se faz autocrítica sobre as ações no MSC.

Mudando a perspectiva de análise para a China, dois eventos significativos merecem destaque. Em 2018, imagens de satélite mostraram pelo menos 40 navios e submarinos protegendo os flancos do porta-aviões *Liaoning* (BO, 2018). A flotilha foi liderada por submarinos, com aeronaves acima, em uma grande demonstração de força no MSC. A marinha chinesa descreveu o evento como parte de exercícios anuais rotineiros. Já em 2020, aeronaves chinesas realizaram um exercício antissubmarino, aparentemente em resposta a patrulhas de navios dos EUA (PEARSON e TORODE, 2018). Segundo o autor da notícia, o site estatal chinês *Global Times* informou que o treinamento de preparação para guerras não será interrompido nem mesmo no meio da pandemia de COVID-19. As ações chinesas também não se sujeitam a autocrítica.

O panorama oferecido pelas notícias corrobora com o parecer de que EUA e China creem ter o direito de dominar o MSC (VALENCIA, 2017). A presente exibição de força entre as duas potências no MSC parece ser sintomática de um jogo de “gato e rato” (YOU, 2016). Em termos amplos, ambos se veem no direito e destino de moldar a ordem internacional a seu

favor (VALENCIA, 2017). É possível que a utilização contínua de normas internacionais para promoção de interesses particulares atrelada aos frequentes exercícios militares seja fator decisivo para encontros indesejados. Apesar de, segundo You (2016), acordos²⁵ terem sido assinados para lidar com encontros indesejados e evitar que o pior aconteça, eles não são a saída definitiva; também possuem falhas práticas (TON, 2017). Ademais, o jogo de “gato e rato” não possui resolução fácil dada a natureza de ser um conflito estrutural de soma-zero (YOU, 2016).

Enquanto o Pentágono mirar a China como um potencial adversário em seus cenários de guerra, sua vigilância de rotina no MSC e na ZEE chinesa aumentará. Similarmente, as interceptações do PLA se intensificarão em conformidade para combater as FONOPs e sobrevoos dos EUA (YOU, 2016, p.4, tradução própria).

Assim, a rivalidade marítima sino-estadunidense caminha gradualmente a situações de interceptações navais (GOMPERT, 2016 *apud* YOU, 2016). Adicionalmente, com a emergência e interesse de países locais na zona em estudo, o encontro entre navios de guerra de nações diferentes se tornou rotina, criando, segundo Kaplan (2010), risco de conflitos armados, eventos aqui interpretados como MIDs.

A demonstração de força naval pode ser usada para fins diplomáticos ou de intimidação de observadores estrangeiros (O'ROURKE, 2020a). Atentemos, entretanto, que essa abordagem apresenta uma dinâmica própria no MSC. Considerando-se o MSC uma zona contestada, quanto mais próximas do território adversário estiverem as forças militares de um país, mais competitivo tal adversário será (POSEN, 2003). Em complemento, o crescente poder militar de Pequim pode comprometer a prevenção a conflitos locais, proteção de aliados e preservação do comando dos comuns. Assim, a dinâmica da defesa avançada pode provocar mudanças na postura e capacidades dos EUA (MONTGOMERY, 2014). Por vezes, mesmo um engajamento seletivo em operações pode exigir compromissos ofensivos, incluindo combate (POSEN, 2003). Como agravante, a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (2017) considera hoje a dissuasão bem mais complexa de alcançar do que durante a Guerra Fria, mesmo em situações alheias a zonas contestadas. Isso não muda a postura do DoD de militarizar sua política e aumentar continuamente operações no MSC, entretanto (BO, 2019). Considere-se a complexidade de realizar dissuasão e que, segundo You (2016), perspectivas de colisões em ar ou mar são inerentes às disputas do MSC e estará montado um arranjo propenso a MIDs.

Como já exposto no segundo capítulo, MIDs caracterizam situações entre dois ou mais Estados que envolvem desde a exibição ao uso da força.

²⁵ Para mais detalhes, ver: Code for Unplanned Encounters at Sea and its practical limitations in the East and South China Seas (TON, 2017).

Em uma atmosfera de preparação de guerra e demonstração de dureza, os militares dos EUA continuarão intensificando as operações militares no Mar do Sul da China, constantemente explorando as zonas cinzentas entre paz e conflitos, e sondando as linhas inferiores da China, o que inevitavelmente empurrará o limiar de guerras e conflitos armados em pequena escala (BO, 2019, p.6, tradução própria).

Washington já reportou aumento de incidentes aéreos e marítimos nos últimos anos, mas colocando aeronaves e embarcações militares suas como alvos de condutas perigosas e não profissionais (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015). A interpretação expansiva da China para o MSC é entendida como causadora de atrito com as forças dos EUA que transitam por águas internacionais e espaço aéreo na região. O documento conclui que crises inadvertidas podem surgir mais facilmente.

Tendo-se o exposto, aqui corrobora-se com Bo (2019) sobre a perspectiva de ações mais provocativas do que FONOPs estarem em iminência. Reforça esse entendimento o argumento de que em situação conflituosa, por mais que porta-aviões chineses estejam vulneráveis a ataques dos EUA, recorrer ao ataque preventivo ou à retaliação pode desviar forças estadunidenses do curso de outras missões (O'ROURKE, 2020a).

4 A ADEQUAÇÃO DAS CAPACIDADES CHINESAS AO CENÁRIO DE DISPUTA NO MAR DO SUL DA CHINA

4.1 O MAR DO SUL DA CHINA NA GEOESTRATÉGIA CHINESA

Passemos, agora, a examinar a compreensão do MSC pelo Estado chinês, aplicada às diretrizes das forças armadas. A RPC tem uma fronteira terrestre de mais de 22.000 km e um litoral de mais de 18.000 km, superando a maioria dos países no número de países vizinhos, no comprimento de suas fronteiras e no desafio de fazer segurança marítima. Assim, é encargo espantoso para a China garantir sua soberania territorial, unidade nacional, direitos e interesses marítimos (CHINA, 2019). Mesmo reconhecendo tamanha complexidade, o país insiste na legitimidade e planejamento a respeito de suas reivindicações. Afirma que suas ilhas do mar da China meridional são: Dongsha (Pratas), Xisha (conjunto Paracel), Zhongsha (Macau) e Nansha (conjunto Spratly) (THE SOUTH CHINA SEA ISSUE, 2016).

A China salvaguarda resolutamente sua soberania nacional e integridade territorial. As Ilhas do Mar do Sul da China e Ilhas Diaoyu são partes inalienáveis do território chinês. A China exerce sua soberania nacional para construir infraestrutura e implantar capacidades defensivas necessárias nas ilhas e recifes no Mar do Sul da China, e para realizar patrulhas nas águas das Ilhas Diaoyu no mar da China oriental (CHINA, 2019, p. 7, tradução própria).

O país evoca a posição firme dos governos chineses desde 1949 na defesa de suas reivindicações²⁶. Dentre os direitos que advoga ter constam zonas contíguas, mares territoriais, zonas econômicas exclusivas e plataformas continentais. No entendimento da RPC, o país nunca buscou uma posição dominante na região, tem sido inclusivo e mantido uma política de boa vizinhança e amizade benéfica com os países da Ásia-Pacífico (HANZHAO e TIANKAI, 2012). Porém, fatores desestabilizadores e incertezas na segurança internacional ainda existem.

A competição estratégica internacional está em escalada e ainda não se entende o mundo como tranquilo (CHINA, 2019). O Estado ressalta que, a busca pela paz, estabilidade e desenvolvimento tornou-se desejo universal da comunidade internacional. Por mais que a China não enxergue chance de guerra num futuro previsível e espere que a situação internacional permaneça pacífica, afirma haver novas ameaças hegemônicas, da política de poder, do unilateralismo e do neointervencionismo (CHINA, 2015; CHINA, 2019). Atesta, também, que a competição internacional pela redistribuição de poder, direitos e interesses é tendência crescente (CHINA, 2015; CHINA, 2019). Mas, segundo Visentini (2011), ao mesmo tempo em

²⁶ Apesar do pulso firme, a China se diz favorável a resolver disputas por meio de negociações com os Estados envolvidos, desde que com base no respeito aos “fatos históricos” (CHINA, 2019).

que reprova interferência e presença dos EUA na Ásia-Pacífico, estas diminuem os custos na questão da segurança asiática e ainda justifica uma aproximação entre os asiáticos para conter o “hegemonismo”, sendo uma contradição útil. Similarmente:

a alegação de que a China quer expulsar os EUA da Ásia exagera não só as intenções da China, mas também suas capacidades práticas. Por um lado, a presença dos EUA na região Ásia-Pacífico é forte e estável, e sua exclusão está muito além das capacidades atuais e futuras da China. Por outro lado, as atitudes de outros Estados asiáticos em relação à ascensão da China são mistas (LIU, 2020, p. 14-15, tradução própria).

Para além disso, os chineses apostam que ações hegemônicas e unilaterais estariam destinadas ao fracasso, pois olhando para o passado, países agressores ou que buscaram expansão à força falharam; isso seria uma lei da história (XI, 2013).

Com o crescimento dos interesses nacionais da China, sua segurança nacional ficou mais sensível a tumultos internacionais e regionais, desastres naturais graves e epidemias, bem como intrincou-se o desafio de proteger SLOCs e interesses envolvendo energia e recursos (CORDESMAN e KENDALL, 2017). Em contrapartida, proporcional à sua posição e interesses globais, o poder militar aumenta incessantemente (KANIA e WOOD, 2019). Fruto disso, desde 2012, o papel chinês na ordem Ásia-Pacífico e seus comportamentos estratégicos sofreram mudanças radicais (LIU, 2020). Hoje, a gestão Xi Jinping se interessa em usar capacidades recém-acumuladas para remodelar a ordem regional (XINBO, 2018 *apud* LIU, 2020). Os desafios chineses para esse século, contudo, são expressivos mesmo a RPC tendo aumentado suas capacidades. Conforme Carriço,

é necessária a defesa da paz a três níveis para que o país possa vir a assumir-se a longo prazo como uma verdadeira potência global: ao nível do sistema internacional, ao nível do Estado chinês, e na interação deste com os outros atores do sistema internacional (CARRIÇO, 2013, p. 25).

Para a RPC, mares e oceanos favorecem a paz e estabilidade duradouras e o desenvolvimento sustentável do país (CHINA, 2019). Atribui, assim, grande importância à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos. É levando em consideração, por exemplo, a proteção de linhas estratégicas como a Rota Marítima da Seda que a China pensa sua estratégia no século XXI. As duas linhas estratégicas mais importantes para Pequim estão situadas abaixo:

Figura 5 – Linhas estratégicas de trânsito e comércio



Fonte: DESIERTO (2017).

Para a melhor gestão dos mares do entorno chinês,

As forças armadas da China defendem importantes águas, ilhas e recifes no Mar da China Oriental, no Mar do Sul da China e no mar amarelo, adquirem plena consciência da situação das águas adjacentes, realizam operações conjuntas de proteção de direitos e operações de aplicação da lei, lidam adequadamente com situações marítimas e aéreas e respondem resolutamente a ameaças de segurança, violações e provocações no mar. Desde 2012, as forças armadas da China implantaram embarcações em mais de 4.600 patrulhas de segurança marítima e 72.000 operações de proteção e aplicação da lei, e salvaguardaram a paz, estabilidade e ordem marítimas (CHINA, 2019, tradução própria).

Também se desenvolvem técnicas e aparatos militares com intuito de lidar com os cenários mais complexos e difíceis, de modo a garantir respostas adequadas com facilidade a qualquer momento e em qualquer circunstância (CHINA, 2015). Para fazer frente ao que entende como expansão ilegal de outros Estados, Pequim julga necessário o desenvolvimento de novo arranjo de força militar marítima ajustada aos seus interesses de segurança nacional e crescimento, para a defesa de sua soberania, direitos e interesses marítimos, segurança de SLOCs e participação da cooperação marítima internacional, de forma a fornecer apoio estratégico para sua edificação como potência marítima (CHINA, 2015). Nessa missão é fundamental o Comando Teatral do Sul (STC), orientado para o MSC, para segurança nas fronteiras, disputas territoriais e marítimas.

A noção estratégica de defesa ativa é a essência do pensamento estratégico militar chinês. Bebendo da prática das guerras revolucionárias, o PLA desenvolveu um conjunto de

definições estratégicas de defesa ativa, envolvendo tópicos como: adesão à unidade da defesa estratégica, ao ataque operacional e tático; autodefesa e adesão à posição de que a China não atacará a menos que seja atacada, com a certeza de que o contra-ataque será realizado (CHINA, 2015). Para concretizar a diretriz estratégica de defesa ativa, as forças armadas da China defenderão os seguintes princípios: subordinação ao objetivo estratégico nacional; prevenção de crises; detenção/êxito em guerras; adesão à política de defesa naturalmente defensiva; promoção de postura estratégica favorável ao desenvolvimento pacífico; equilíbrio entre proteção de direitos e manutenção da estabilidade; proteção da soberania territorial nacional e dos direitos e interesses marítimos; suporte à segurança e à estabilidade ao longo da periferia da China; oportunidades para acelerar a construção militar, a reforma e o desenvolvimento (CHINA, 2015).

O PCC demonstra grande preocupação com a evolução da guerra. Afirma que a guerra informatizada é nova tendência, e a guerra inteligente, realizada através do ciberespaço, está no horizonte. Progressos significativos foram feitos na Revolução dos Assuntos Militares²⁷ (RMA) chinês. No entanto, o PLA ainda não completou a tarefa de mecanização. Riscos na área tecnológica ameaçam a segurança militar da China, que lida com crescente lacuna de geração tecnológica. É preciso investir na modernização militar para atender às demandas de segurança nacional. O PLA ainda está muito aquém das principais potências militares globais (CHINA, 2019).

Para além dos domínios em pauta na disputa do MSC (terra, ar e mar) é preciso discorrer sobre o espaço sideral. Este é considerado importante patamar na competição estratégica internacional (CHINA, 2015). Os países preocupados com isso estão desenvolvendo seus equipamentos e forças espaciais, com os primeiros sinais de armamento do espaço já em realização (O GLOBO, 2019). A RPC defende o uso pacífico do espaço, além de se opor à corrida armamentista e mencionar seu papel ativo na cooperação espacial internacional. Garante, ainda, o interesse em se manter atualizada nesse domínio, para lidar com ameaças e desafios de segurança. Ademais, como faz em outros domínios, a China busca participar de atividades espaciais para servir seu desenvolvimento econômico e social.

Um pilar estratégico fundamental para salvaguardar a soberania nacional e a segurança é a capacidade nuclear. A China afirma cumprir a política de não usar armas nucleares antes de eventuais adversários e diz seguir uma estratégia nuclear auto-defensiva, sempre mantendo suas

²⁷ As mudanças nas tecnologias militares e na forma de guerra não só tiveram um impacto significativo nas paisagens políticas e militares internacionais, mas também representaram novos e severos desafios à segurança militar da China (CHINA, 2015).

capacidades nucleares no nível mínimo necessário para manter sua segurança nacional. Pequim diz estar comprometida com uma política de não usar armas nucleares antes de ser atacada em qualquer momento e sob qualquer circunstância. Defende, também, a proibição e a destruição completa de armas nucleares. Ameaças e uso de armas nucleares são recursos completamente negados contra Estados não-nucleares ou zonas livres de armas nucleares (CHINA, 2015). Também, a RPC se compromete a nunca entrar em uma corrida armamentista nuclear com qualquer outro país. Não se envolve em nenhuma corrida armamentista nuclear com qualquer outro país e mantém suas capacidades nucleares no nível mínimo necessário para a segurança nacional. Semelhante ao que faz com seu armamento convencional, as diretrizes nacionais versam a favor de otimizar a estrutura de força nuclear, melhorar o aviso estratégico antecipado; sistema de comando e controle; a penetração de mísseis; a contra-reação; e a proteção do território chinês. Finalmente, atesta manter o uso da dissuasão a outros países (CHINA, 2015).

Em se tratando do litígio do MSC, apesar de contratemplos e incidentes militares com outros países, a situação é classificada como estável e estaria melhorando à medida que os atores regionais gerenciam riscos e diferenças (CHINA, 2019). Na visão chinesa, uma arquitetura de segurança asiática equilibrada, estável, aberta e inclusiva estaria, assim, esboçando-se. Disso é possível inferir que a China enxerga suas atitudes como, além de legítimas, não prejudiciais à balança de poder mundial. O Estado usa de sua história como discurso oficial para indicar que nunca infligiria sofrimentos a nenhum outro país. Nunca haver iniciado guerra ou conflito seria reflexo de compromisso com a promoção da paz mundial (CHINA, 2019). O Estado parece negligenciar o contencioso com o Vietnã em 1979, entretanto.

O sistema socialista da China, a decisão estratégica de seguir o caminho do desenvolvimento pacífico, a política externa independente da paz e o melhor das tradições culturais – considerando a paz e a harmonia como fundamentos – determinam que a China buscará uma política de defesa nacional de natureza defensiva (CHINA, 2019, p. 6, tradução própria).

Ademais, baseando-se nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, a RPC afirma estar envolvida com a cooperação internacional, respeitando os direitos de todos os povos de escolher seu próprio caminho de desenvolvimento; defendendo a resolução de disputas internacionais por meio do diálogo; se opondo à interferência internacional em assuntos particulares e à submissão pelo poder (CHINA, 2019).

Como dito, os Livros Brancos de Defesa (2015 e 2019) valorizam o papel do diálogo, seja bilateral ou multilateral. Porém, se por um lado o Livro Branco (2019) afirma que instituições como a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) fazem parcerias construtivas

de não-aliança e não-confronto – ampliando a cooperação de segurança e defesa e criando um novo modelo de cooperação em segurança regional – por outro, ações unilaterais chinesas reforçam desconfiança (McCARTHY, 2019; ALJAZEERA, 2020) e agem em contradição ao discurso oficial. Por exemplo, a Parceria Econômica Regional Abrangente é vista como uma ação chinesa de expansão de influência (BBC, 2020b). Mearsheimer (2001) já afirmava que a China se tornando economia potente, quase decerto converteria isso em poder militar e tentaria dominar sua vizinhança.

Desde a Revolução, a RPC fortalece suas forças armadas e defesa nacional para prover segurança; agora afirma ajustá-las para atender ao seu desenvolvimento pacífico (CHINA, 2019). Hoje há uma mudança de paradigma de desenvolvimento pacífico para Sonho Chinês, e com isso projetos militares estão atendendo a novos objetivos. Contudo, a autodefesa segue sendo sua estratégia, com o objetivo de manter a segurança nacional, impedindo outros países de ameaçar ou usar armas nucleares contra a China (CHINA, 2019). Pequim entende, não obstante, que um país forte é a mira do Sonho Chinês. Sem um exército forte, não há país seguro ou forte (CHINA, 2015).

Sobre alianças, verificamos o uso da *realpolitik*: enquanto o Livro Branco (2019) defende parcerias em vez de alianças, discursos e práticas chinesas trabalham para fragmentar as relações diplomático-militares entre seus concorrentes, e assim abrir caminho para a continuidade de seu projeto. Agrega-se a isso a rejeição do Estado à aderência em qualquer bloco militar. Sem maiores compromissos multilaterais assinados, opondo-se à agressão, expansão e ao uso arbitrário ou à ameaça de armas, a China esculpe posição que atribui a terceiros as razões de conflitos.

Também afirma que “um forte exército da China é uma força firme para a paz mundial, estabilidade e a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade” (CHINA, 2015, p. 14). Ao entrelaçar o futuro da economia ao armamentismo²⁸ e tendo em vista que este influencia fortemente no litígio do MSC, o Estado chinês compromete a balança de poder, pois, nesse contexto, a busca de seus vizinhos por parcerias externas em segurança é natural. Adicionalmente, o anseio do Livro Branco (2019) de transformar totalmente as forças armadas do povo chinês em forças de classe mundial até 2049 pode levar confrontos a maiores dimensões no mar, ar ou terra. Tendo em vista a estrutura anárquica internacional, mantendo esses planos, a república chinesa se mostra ofensiva para vizinhos. Mais, consideremos o intento de projetar poder além do mar em questão e, utilizando-se de

²⁸ Política evidenciada com o aumento do orçamento de defesa entre 2017-2020. Ver: IISS – “The Military Balance” (2018; 2019; 2020).

Mearsheimer (2001), as ações chinesas revelarão busca por hegemonia. Mais provável do que a história provar que a China não seguirá o caminho de grandes potências na busca por hegemonia é a nação gradualmente revelar semelhanças com projetos anteriores.

De forma resumida, as metas estratégicas da RPC para a Ásia parecem ser alimentadas por objetivos como: redução de perigos inerentes ao potencial cerco geográfico da China; ter posição cômoda na comunidade do leste asiático; contrabalancear Paquistão e Índia; solucionar a questão de Taiwan vantajosamente, conforme a diretriz “uma China, dois sistemas” e fortalecer acesso marítimo ao Oceano Índico através do estreito de Málaca (BRZEZINSKI, 2012).

Do ponto de vista de um poder em ascensão, buscar uma vantagem sobre rivais próximos e contrabalançar um *hegemon* distante requer capacidades semelhantes (MONTGOMERY, 2014). Segundo o autor, mesmo que a China não deseje ser um *peer competitor* dos EUA e foque em uma vantagem coercitiva sobre seus vizinhos, o sucesso de sua estratégia depende da capacidade de constrangimento aos norte-americanos. Assim, o interesse em expandir-se pelo MSC faz dos Estados Unidos o principal impedimento para a RPC no reordenamento internacional na elevação de seu próprio *status*. Posto isso, é compreensível a interpretação doutrinária chinesa apontar a adoção de políticas unilaterais por parte dos EUA como provocadoras e intensificadoras de concorrência entre grandes nações (CHINA, 2019). Frequentes operações de reconhecimento por via aérea e marítima, e a entrada “ilegal” nas águas territoriais da China e espaço aéreo perto das ilhas e recifes chineses minam a segurança nacional (CHINA, 2019).

Alianças militares e presença na região seriam reflexos da mudança do centro de gravidade econômico e estratégico mundial para a região Ásia-Pacífico (CHINA, 2015). O emprego e reforço a operações na região são entendidos como agravantes à segurança regional, e o fortalecimento de alianças preocupa (CHINA, 2019). A Estratégia Indo-Pacífico e o QUAD fundamentam essa posição. Do ponto de vista chinês, a Estratégia Indo-Pacífico busca construir um grupo regional exclusivo para combater a China (COLOMBAGE e SHICUN, 2019). Segundo Lake (2017), nesse contexto, a RPC conviverá com o dilema de usar ou não da coerção, o que pode escalar conflitos, visto que alianças de balanceamento à China seriam a reação natural. A busca estadunidense por inovação tecnológica e institucional para se ter superioridade militar absoluta completa o cenário (CHINA, 2019).

A despeito de identificar conflitos e insuficiências sobre suas capacidades, a RPC compreende o ambiente externo como favorável e reconhece o período atual como estrategicamente oportuno para o seu desenvolvimento. A força nacional e a capacidade de

resistência ao risco estão notavelmente aumentando, o que lhe dá posição internacional e influência crescentes (CHINA, 2015).

4.2 RESPOSTAS POLÍTICO-MILITARES CHINESAS ÀS FONOPS

Expomos o arranjo do INDOPACOM, a expansão de sua AOR e as frequentes atividades marítimas no entorno da China. Foi também colocado que Pequim entende como provocativas as navegações próximas a territórios chineses. Nesse contexto, e tendo em vista a insatisfação perante ações do gênero, em que consiste as respostas de Pequim?

O foco maior da China é em contra-intervenção, reforçada por retórica política, programas de desenvolvimento de armas e reivindicações territoriais (JAMISON, 2020). Primeiro consideremos as reações à Estratégia Indo-Pacífico de modo mais abrangente. Tal programa contraria os interesses econômicos, militares e estratégicos chineses, em particular a iniciativa *Belt and Road*, causando contramedidas (COLOMBAGE e SHICUN, 2019). Visto que, conforme Liu (2020), a China já está insistindo na adoção de um sistema asiático de segurança em vários fóruns internacionais, é possível que esta seja uma abordagem política mais abrangente à presença dos EUA na Ásia-Pacífico. A China entende que o QUAD suporta a Estratégia Indo-Pacífico e também tenta interromper as alianças e parcerias dos EUA na região, com táticas coercitivas ou benéficas a países específicos (ZHANG, 2018 *apud* LIU, 2020).

A China de hoje, segundo Zhang (2019), está mais tranquila, pois acredita que obteve uma nova alavancagem estratégica, melhores recursos para administrar iniciativas regionais e ainda tem espaço estratégico para manobrar o MSC a seu favor, apesar de pressões do governo Trump. Na ótica do autor, esse arranjo permite que hoje Pequim tema menos a estratégia asiática de Trump em relação ao governo Obama. A Comissão Militar Central (CMC) – que exerce operações militares e desenvolve capacidades – é fator decisivo para a confiança chinesa. A CMC prepara, treina e projeta poder para “zonas de direito marítimo chinesas” (CHINA, 2019).

Em resposta à “Estratégia Indo-Pacífico” do governo Trump em geral, e às suas políticas em mudança em relação à China, em particular, podemos identificar algumas mudanças importantes nas políticas regionais da China. Em geral, Pequim começou recentemente a moderar suas políticas assertivas, a fim de sustentar sua ascensão e aliviar as pressões externas impostas pela Estratégia Indo-Pacífico. Deve-se notar que a sutil mudança de política da China desde 2017 tem sido motivada não apenas pelos esforços dos EUA para promover essa estratégia, mas mais substancialmente pela política global do governo Trump na China (LIU, 2020, p. 20-21, tradução própria).

O registro de ações políticas chinesas entre 2017-2020, entretanto, ainda parece bastante contundente e, como veremos, suas ações militares no teatro do MSC, assertivas. Em 2019, Xi Jinping pediu que o PLA se preparasse melhor para o combate, em meio às tensões sobre Taiwan e o MSC (BODEEN, 2019). Afirmou que é necessário aumentar a preparação para a guerra e combate com fins de garantir respostas eficientes durante emergências. A partir de então, Xi tem colocado ênfase cada vez maior em afirmar as reivindicações do MSC. Tal ênfase engloba tanto uma campanha de rejeição a FONOPs no entorno dos conjuntos Paracel e Spratly, como práticas no espaço de atuação.

Em resposta às FONOPs, a China repete declarações oficiais e condena as atividades dos EUA (JAMISON, 2020). Em 2017, militares chineses emitiram 10 avisos seguidos para que o *destroyer USS John S. McCain* saísse da ZEE do recife Mischief; o navio estava a 6 milhas náuticas do recife (THE GUARDIAN, 2017). Sobre a ocasião, o ministério das relações exteriores afirmou: “as ações do *destroyer* dos EUA violaram as leis chinesas e internacionais, bem como prejudicaram severamente a soberania e a segurança da China”.

Antes de partir para as reações militares chinesas, é necessário pontuar que a postura oficial inspirada em Sun Tzu, como consta Brzezinski (2012), de contenção, deixar o oponente cometer erros fatais e só depois ir de encontro a ele, já não é uma realidade. Hoje, Pequim está mais disposta a lutar por seus objetivos, ao mesmo tempo em que mantém planos de longo prazo. Possivelmente a transformação de postura se deve, dentre outros fatores, a uma modernização naval de 30 anos – detalhada mais à frente – que transformou a marinha chinesa em uma força muito mais moderna e capaz (O’ROURKE, 2020a).

Referente à aplicação das exigências estratégicas sobre defesa de águas *offshore* e proteção de mares abertos, a PLAN faz patrulha de reconhecimento, realiza operações conjuntas de proteção de direitos e aplicação da lei e responde a ameaças de segurança, violações e provocações no mar (CHINA, 2019). A Força de Suporte Estratégico (SSF), de 2015, hoje ajuda na centralização das capacidades de guerra espacial, cibernética, eletrônica e psicológica do PLA (COSTELLO e MCREYNOLDS, 2018). Responsável pelo suporte de informações e operações de informação, a SSF permite adaptação mais rápida de dependência de capacidades assimétricas para enfrentamento de adversários em termos mais simétricos como um *near-peer competitor* (COSTELLO e MCREYNOLDS, 2018).

As unidades de aviação naval do Comando de Teatro Sul do PLA também fazem intensos exercícios de rotina no MSC para melhorar técnicas de combate dos pilotos e capacidade geral de combate (ZHIHAO, 2020). Quando sabendo da presença dos EUA em seu

entorno, o país envia navios e aeronaves, com o objetivo declarado de verificar e alertar os navios estrangeiros (JAMISON, 2020).

A melhoria da rotina de prontidão de combate, a manutenção de postura de alto alerta, as patrulhas de fronteira, costa, de defesa aérea e deveres de guarda continuarão na pauta das forças armadas (CHINA, 2019). A RPC se compromete com a organização de estrutura multifuncional e eficiente para combate marinho, além de projetar engrandecimento de suas capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque, manobras marítimas, operações conjuntas no mar, defesa e apoio abrangente (CHINA, 2015). Nas últimas três décadas, a China investiu em sensores, armas e gerenciamento de batalha. Materializam o investimento satélites para cobrir áreas marítimas, radares de *backscatter*²⁹, bombardeiros, aeronaves de ataque, minas navais avançadas e submarinos de ataque (KREPINEVICH JR., WATTS e WORK, 2007 *apud* TANGREDI, 2019). No ambiente de atuação constam, por exemplo: vários lançadores de mísseis implantados na base naval Yulin na Ilha Hainan (TRI, 2017), para melhorar capacidades de negação de área; a construção do quarto porta-aviões chinês (CHAN, 2019); um novo porta-aviões já conduzindo operações no mar (WERNER, 2020); e a disposição de porta-aviões da PLAN para participar de exercícios de prontidão de combate próximo a ilhas controladas por Taiwan (CHAN, 2020b). Existe um debate relacionado à verdadeira intenção chinesa em ter mais porta-aviões³⁰.

Em geral, os Estados se preocupam mais com ameaças próximas do que com ameaças distantes (POSEN, 2003). Em virtude da disputa de poder entre *hegemon* e potência em ascensão, observada por Mearsheimer (2001), e das atividades marítimas dos EUA serem oficialmente interpretadas como provocativas numa zona contestada pela China, argumenta-se, aqui, que medidas de anti-acesso/negação de área realizadas por Pequim são endereçadas a vizinhos e aos Estados Unidos.

A2/AD é uma tentativa de negar a liberdade de movimento de um adversário no campo de batalha (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018). O método A2/AD é empregado no Mar do Sul da China para possibilitar interromper a liberdade de navegação dos EUA e de outros países que possam desafiar Pequim (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018). A A2/AD da China está concentrada em torno de Taiwan e MSC, com foco estendido aos Estados Unidos se

²⁹ Radares de abertura sintética medem a forma e textura da superfície emitindo um sinal de rádio (radar) e, em seguida, registrando a força do reflexo (*backscatter*) e o tempo que leva para o *backscatter* alcançar o sensor novamente (EARTH OBSERVATORY NASA, 2020)

³⁰ Para McGrath e Cropsey (2014), o alvo estratégico da PLAN na construção de uma força de porta-aviões não é a marinha dos EUA, mas sua rede de alianças. Entretanto, os autores reconhecem essa construção de capacidades como ameaça aos EUA no longo prazo.

relacionado à defesa de Taiwan (FRAVEL, 2015). A captura efetiva de Taiwan permitirá aos planejadores navais chineses a capacidade de finalmente concentrar suas energias no MSC (KAPLAN, 2014).

Uma nação tem fortes incentivos para usar de A2/AD e elevar os custos de um conflito em face de uma superpotência como os EUA (MONTGOMERY, 2014). Ao perceber a superioridade estratégica do oponente, a estratégia anti-acesso é adotada como defesa primária (TANGREDI, 2019). Justamente a não-paridade com os EUA incentivou Pequim a buscar abordagens assimétricas para combates e dissuasão (MONTGOMERY, 2014). O conceito de A2/AD atende ao objetivo da China de ser capaz de vencer uma guerra local “informatizada” e sob condições de alta tecnologia (FRAVEL, 2015).

Especificamente, um poder crescente como a China pode se equilibrar contra um concorrente distante como os Estados Unidos, perseguindo a capacidade de realizar operações militares em larga escala fora de sua região ou estendendo progressivamente seu perímetro defensivo dentro de sua região (MONTGOMERY, 2014, p.124-125, tradução própria).

O referido equilíbrio pode permitir que a China detenha intervenção externa em sua região e ainda maximizar liberdade de ação a sua volta. Segundo Tangredi (2019), os cinco elementos fundamentais do anti-acesso são um oponente estrategicamente superior; geografia influente; conflito marítimo; informações decisivas; e eventos extrínsecos.

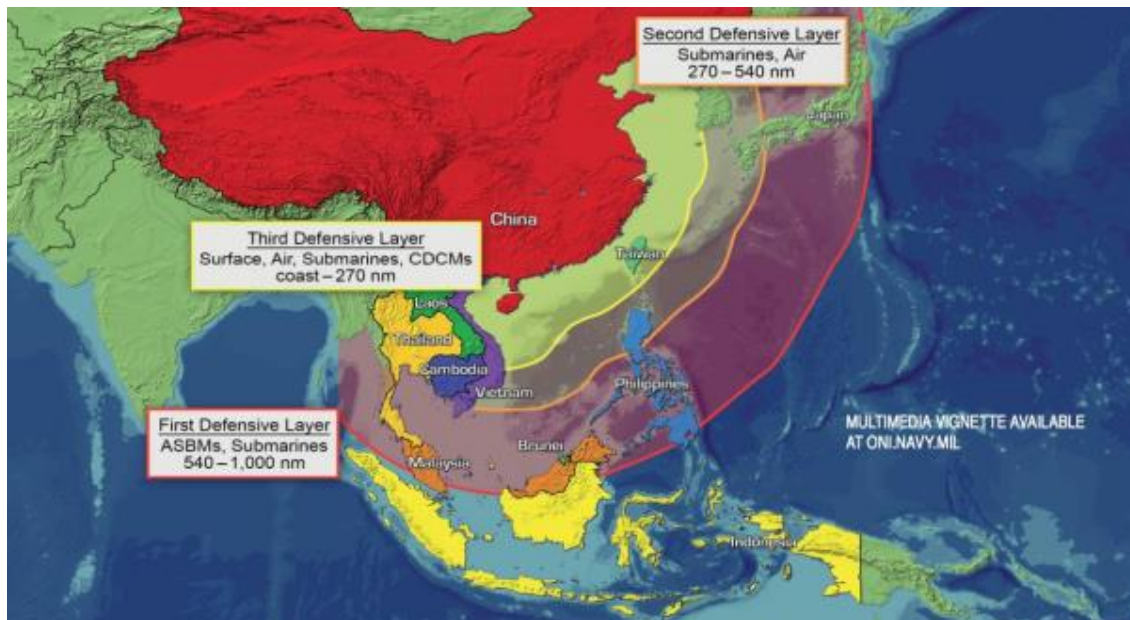
Como estratégia, a campanha anti-acesso se concentra em tirar um poder distante da região e otimizar as forças (e atividades diplomáticas e econômicas) para manter o poder distante fora. Assim, uma estratégia anti-acesso envolve tanto uma campanha militar multidomínio quanto um esforço de todo o meio de poder para criar um *fait accompli* (TANGREDI, 2019, p. 8, tradução própria).

Os líderes chineses estudaram cuidadosamente as operações militares estadunidenses e formularam uma contra-intervenção especificamente para impedir a projeção de poder dos EUA, para depois deteriorar a capacidade de reação adversária, com fins de facilitar a realização do objetivo específico chinês. A ampla compreensão adversária sobre o espaço de atuação é algo que a China busca dificultar (JAMISON, 2020). São opções para tal interferências em canais de dados e sistemas de posicionamento global, utilizando o espectro eletromagnético e armas antissatélite (ASATs) de maneira limitada. Acredita-se que ASATs sejam empregadas pela China para manter a A2/AD na Ásia-Pacífico (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018)

À medida que o plano de negar liberdade de movimento a potências hostis no ar e nas águas costeiras amadureceu, a capacidade da China constranger acesso hostil melhorou, e seu

alcance militar se expandiu (BIDDLE e OELRICH, 2016). Abaixo, o alcance defensivo da China utilizando de sistemas A2/AD.

Figura 6 – Cadeias defensivas chinesas



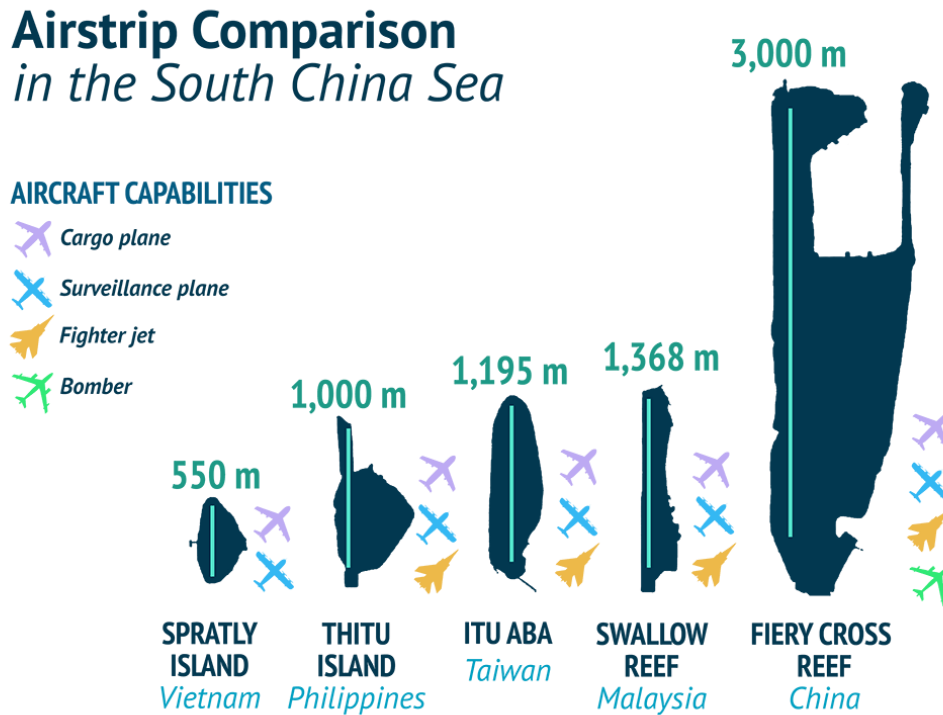
Fonte: MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018.

O arsenal de mísseis balísticos e de cruzeiro da força de foguetes chinesa é capaz de atingir ativos terrestres e marítimos em toda a primeira cadeia insular e limitadamente na segunda cadeia de ilhas. Os lançadores DF-26³¹ e DF-21, presentes na primeira camada defensiva, mostrada na figura acima, podem ser destinados a combater navios ou atingir as bases militares dos Estados Unidos no Japão e em Guam (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018). Em 2018, a China pôs mísseis de cruzeiro anti-navio e mísseis terra-ar de longo alcance nas Ilhas Spratly, violando uma promessa de 2015 de Xi Jinping sobre a não militarização das Ilhas Spratly (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Em 2019, a China afirmou poder atingir navios em movimento com o míssil DF-26 e o lançou em seu deserto depois que um *destroyer* da marinha dos EUA navegou perto de ilhas reivindicadas pela China no MSC (XUANZUN, 2020). Ressalte-se, por fim, que a China é líder no desenvolvimento e teste de mísseis hipersônicos e lançou o novo modelo Dongfeng-17 durante o desfile de 70 anos da Revolução (LENDON, 2019). Na figura 7 a seguir, é ilustrado que Pequim se aproveita da geografia, ocupa ilhas e militariza arquipélagos. Washington acredita que a China maneja as

³¹ O DF-21 abrange a primeira cadeia de ilhas, enquanto acredita-se que o DF-26 seja capaz de atingir alvos de até 5.471 quilômetros de distância com ogivas nucleares ou convencionais, abrangendo a segunda cadeia de ilhas (DEUTSCHE WELLE, 2017).

ilhas e usa presença militar nelas para impedir acesso a rotas estratégicas (JIAYAO, 2019). Segundo Tangredi (2019), a própria geografia de ilhas e estreitos isolando o MSC permite que a China adote uma estratégia anti-acesso contra respostas militares e influência política geral dos Estados Unidos, como demonstrado nas figuras 8 e 9 abaixo.

Figura 7 – Comparação entre capacidades de ilhas controladas pelos países da disputa



Fonte: Asia Maritime Transparency Initiative (2015).

Figura 8 – Geografia de estreitos e bases próximas que favorecem anti-acesso

“Big Three” airbases

Images released by AMTI* show China has largely completed three major bases in the South China Sea

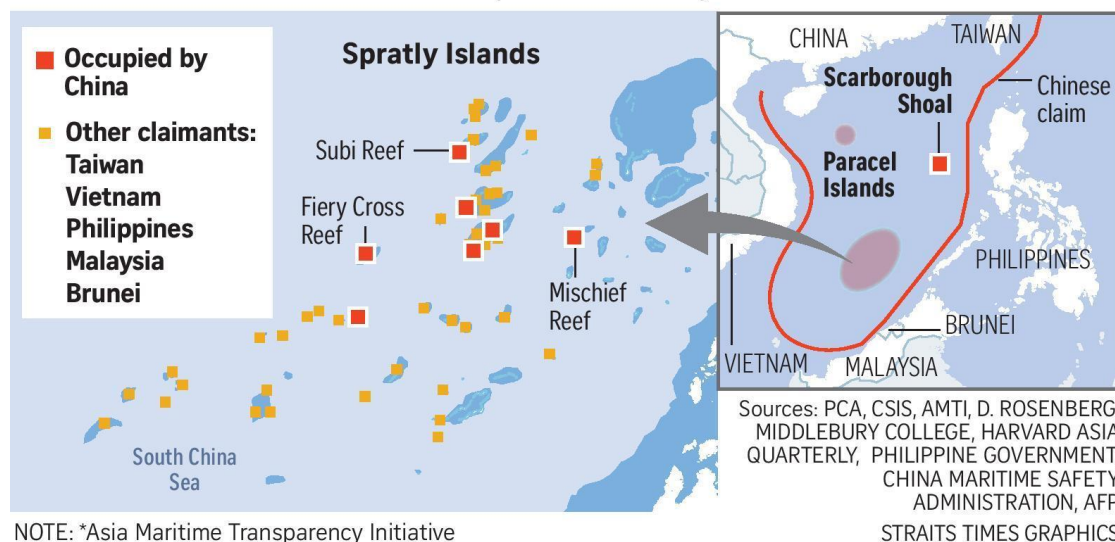
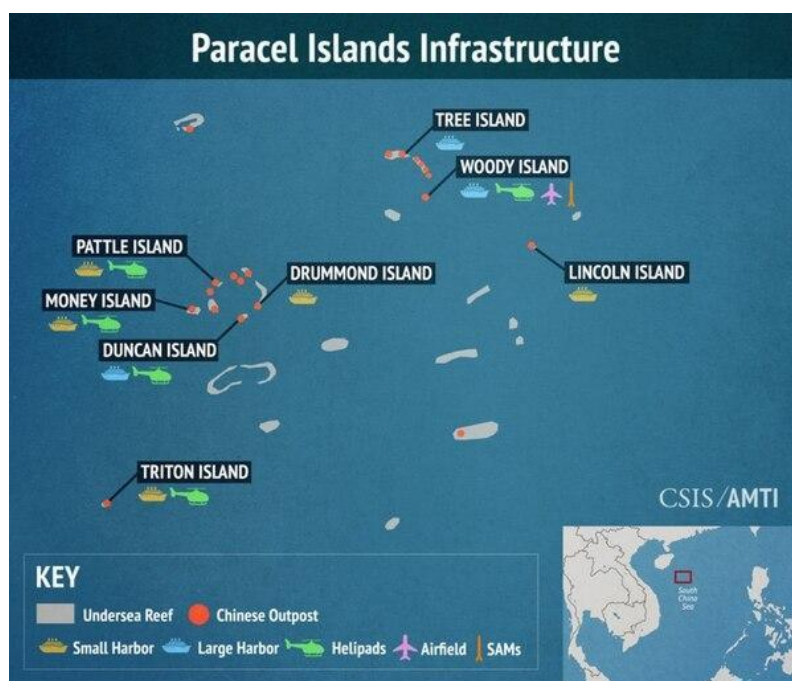


Figura 9 – Geografia de ilhas e bases próximas no conjunto Paracel



Fonte: YEO (2017).

Como evidenciado na figura 7, as ocupações militares estão em fase avançada, já permitindo o pouso, decolagens e acomodação de bombardeiros de vários tipos, como foi o caso da Ilha Woody, no conjunto Paracel (YEO, 2018). Não apenas reivindicações e ocupações territoriais são aspectos facilitadores do anti-acesso, como também o é o desenvolvimento

contínuo de capacidades. Dada a finalidade de destaque na Ásia, parece natural que gradativamente a capacidade ofensiva chinesa se expanda. O comprometimento (ou não) com o *status quo* seria revelado nessa nova condição (MEARSHEIMER, 2010). A RPC adquire e cria uma variedade material potencialmente desafiadora ao poder militar dos EUA no entorno chinês e nos comuns globais (MONTGOMERY, 2014). Segundo o relatório dos EUA sobre desenvolvimentos militares e de segurança envolvendo a República Popular da China (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020), a China já superou os EUA em três meios: mísseis balísticos e de cruzeiro convencionais terrestres, sistemas integrados de defesa aérea e o tamanho da marinha.

As vigorosas capacidades A2/AD combinam mísseis balísticos e de cruzeiro avançados com sistemas de defesa marítima e aérea para deter operações militares dos EUA no entorno chinês (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018). Por exemplo, o PLA adquiriu sistemas de armas ausentes nas forças conjuntas dos EUA – mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBMs) e mísseis balísticos anti-navio (ASBMs), ASATs e mísseis de cruzeiro SS-N-27 russos (TANGREDI, 2019). Assim, mesmo se no momento a China não busca paridade de poder, caminha para ter capacidade de derrotar o *hegemon*, como também de engajar numa guerra de atrito que deixe o rival seriamente enfraquecido, mesmo se este ganhar tal guerra (MEARSHEIMER, 2001). Por enquanto, contudo, a maioria dos analistas ainda vê os EUA como superiores em meios naval e aéreo no Pacífico, exceto pelo litoral chinês e às vezes o espaço aéreo de Taiwan (BIDDLE e OELRICH, 2016). Com isso, há indícios de que majoritariamente as atividades chinesas ainda sejam defensivas.

Se o objetivo de um poder em ascensão é alterar o equilíbrio militar em sua vizinhança (...) ele não precisa buscar paridade. Em vez disso, só precisa aumentar os custos de projeção de poder, que é um objetivo muito menos exigente. Na verdade, durante um confronto perto de casa, uma nação como a China desfrutaria de uma série de vantagens sobre um concorrente mais forte, mas remoto (MONTGOMERY, 2014, p. 125, tradução própria).

O relatório anual do Pentágono sobre a força militar chinesa (2020) ressalta que a PLAN permanece com um vigoroso projeto de construção naval, produzindo novos cruzadores de mísseis guiados, corvetas e *destroyers* de mísseis guiados (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020). Esforços do gênero melhorarão significativamente as capacidades de defesa aérea, defesa anti-navio e defesa antissubmarino (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020).

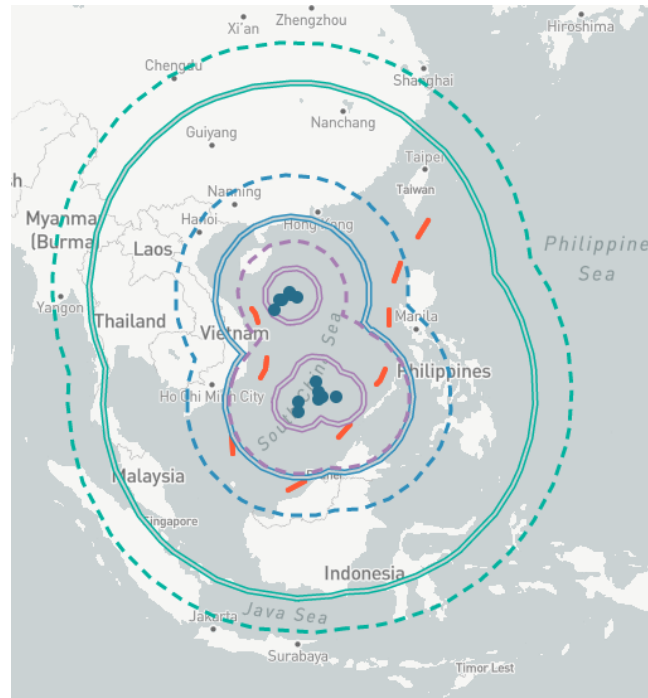
A respeito da força aérea do exército de libertação (PLAAF), seu papel na segurança nacional e na estratégia militar é tido como crucial (CHINA, 2019). Aviões de combate e uma rede de plataformas de defesa aérea fazem negação de espaço aéreo aos EUA, integrando

sistemas defensivos chineses e o S-300 russo (MISSILE DEFENSE ADVOCACY, 2018). Em geral, a PLAAF faz defesa aérea, reconhecimento e alerta, monitora o espaço aéreo territorial e periférico da China, executa patrulhas de alerta, além de responder a emergências e ameaças para manter a ordem e a segurança no ar. Lida não só com aviação, mas com mísseis terra-ar, radar, contramedidas eletrônicas e comunicação. Sobre sua capacidade atual, a PLAAF possui uma das maiores forças de sistemas torres de mísseis terra-ar (SAM) de longo alcance no mundo, contando com batalhões SA-20 (S-300 PMU1/2) de origem russa e batalhões CSA-9 produzidos internamente (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b). Ainda de acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, a PLAAF possui também um pequeno número de mísseis táticos ar-superfície (ASM), e munições de precisão. ASMs menores e bombas guiadas para uso em Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) armados estão se desenvolvendo ou sendo adaptados (ESTADOS UNIDOS, 2019b).

A PLAAF está acelerando a transição de suas tarefas operacionais tanto ofensiva quanto defensivamente; busca melhorar suas capacidades para alerta estratégico antecipado, ataques aéreos, defesa aérea, projeção estratégica, contramedidas de informação e suporte aéreo (CHINA, 2019). A segunda força de artilharia da força aérea do exército de libertação (PLASAF) se encarrega de segurança e vigilância em tempos de paz e também está à disposição em tempos de guerra (CHINA, 2015). Com fins de cumprir responsabilidades e melhorar as capacidades operacionais, também são realizadas preparações para operações militares que não a guerra (MOOTWs). Tais MOOTWs são acionadas em emergências e socorro a desastres, contra-terrorismo, resguardo de direitos e interesses, dever de guarda, manutenção internacional da paz e cooperação humanitária internacional (CHINA, 2015).

Agregados, reivindicações territoriais, expansão da força de foguetes e desenvolvimento dos sistemas de armas da força aérea e da marinha transmitem estratégia gerada para evitar intervenções externas. Efetivado, o plano possibilita à China ameaçar bases dos EUA e desafiar como os EUA usam o poder marítimo (JAMISON, 2020). Abaixo, o sistema de A2/AD chinês na perspectiva das ilhas controladas por Pequim.

Figura 10 – A2/AD a partir da perspectiva das ilhas Paracel e Spratly



Fonte: Asia Maritime Transparency Initiative (2020). De fora para dentro: linhas verdes: alcance de bombardeiro e alcance de aviões de combate; linhas azuis: radares até 7,6 km de altitude e radares a nível do mar; linhas violeta: alcance de mísseis de cruzeiro anti-navio e torres SAM.

Um outro esforço para negar acesso a forças que projetam o poder na região é a otimização de sistemas de comando e controle (KREPINEVICH JR., WATTS e WORK, 2003; CLIFF *et al*, 2007 *apud* TANGREDI, 2019). Esses aspectos estão ligados a um projeto maior: a modernização militar da China. A modernização casa com a transição de defesa das águas costeiras para missões de proteção dos mares abertos (CHINA, 2015). Objetivos da modernização incluem lidar melhor com a situação de Taiwan; controlar ou dominar o entorno marítimo da China; reforçar o “direito” de regular atividades militares estrangeiras em sua zona econômica exclusiva (ZEE); defender SLOCs; deslocar a influência dos EUA no Pacífico Ocidental; e afirmar a China como principal potência regional e mundial (O’ROURKE, 2020a). Visa-se, ainda, modernizar forças nucleares e realizar operações cada vez mais complexas no espaço e ciberespaço (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). No estágio atual de modernização militar, a presidência chinesa estipula 2020 como prazo para alcance do primeiro objetivo da recente documentação militar chinesa: mecanização (IISS, 2020). Embora o PLA não tenha definido claramente o conceito em público, segundo o IISS (2020), mecanização resume melhores capacidades de introduzir e explorar plataformas, sensores e armas para suportar melhores e mais integrados sistemas de comando e controle, próximos ou não da costa.

Como as atividades político-militares chinesas sugerem, o país está mais confiante, e disposto a aceitar atritos para concretizar interesses políticos, econômicos e de segurança (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Mas ainda há um aspecto que precisa ser adicionado na análise: a assertividade chinesa. Segundo Fravel (2015), o Partido Comunista concentra seus planos militares em vencer guerras efêmeras, de alta intensidade e circunscritas geograficamente. A China mescla relações pacíficas e hostilidades sempre se mantendo abaixo do limiar do conflito armado (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a). Nesse método, o país se submete a campanhas de coerção de baixo nível para prevalecer em zonas contestadas no domínio marítimo, em atividades que incluem o uso de A2/AD.

A vantagem militar dos EUA no mar, no ar, e no espaço será muito difícil de desafiar e ainda mais superar (POSEN, 2003). Para Biddle e Oelrich (2016) até 2040 a China não será *hegemon* militar do Pacífico ocidental. As vantagens de A2/AD são limitadas a distâncias próximas à costa chinesa.

O alcance de A2/AD variará ao longo do tempo, mas será especialmente difícil para a China ou para os Estados Unidos estender o alcance de A2/AD para além de cerca de 400-600 quilômetros de uma costa amigável, um limite definido pela curvatura da Terra e o horizonte físico que isso estabelece para radares aéreos operando sobre protetores terrestres sobreviventes. Alcance nesta escala, no entanto, fica muito aquém do que qualquer um dos lados precisaria para dominar um teatro do tamanho do Pacífico Ocidental (BIDDLE e OELRICH, 2016, p.13, tradução própria).

4.3 EPISÓDIOS DE MID

A partir do histórico entre 2017-2020, vimos que FONOPs na zona contestada geram respostas contundentes de Pequim, política ou militarmente. O país tem perseverado seus planos de construção naval visando se tornar uma força de projeção global até 2049. No momento, contudo, a China ainda parece estar numa incipiente transição entre defesa de seu litoral imediato e defesa de águas mais distantes. Nesse processo, como fruto de uma disputa abrangente por poder, as FONOPs e a defesa dos objetivos chineses no MSC por vezes foram verificadas operando simultaneamente na mesma área. Não apenas isso ocorreu, como também China e EUA aproximaram-se o suficiente para os eventos serem, minimamente, entendidos como demonstração de força. Mesmo que a China enfrente as FONOPs com abordagens assertivas, colisões ou mesmo um conflito menor, é improvável que as FONOPs cessem. E mesmo a concordância entre os dois países sobre evitar incidentes e conflitos no ar e no mar não expressa ausência de preparo para conflitos de pequena escala (XIAOBO, 2019).

Com exceção da Guerra Fria, o Mar do Sul da China prevê uma forma de conflito muito diferente das que nos acostumamos desde a Primeira Guerra Mundial até o Iraque e a Síria. (...) no futuro, poderíamos ver uma forma mais pura de conflito (pelo menos no leste da Ásia), limitada ao reino naval, como a luta entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas sem a perspectiva de guerra terrestre (KAPLAN, 2014, p. 34, tradução própria).

Posto, anteriormente, que o aumento da quantidade de FONOPs em um teatro tão peculiar como o MSC pode gerar disputas interestatais militarizadas, pode-se entender que, EUA e China permanecendo com alta atividade marítima, há perigo de recorrência de MIDs. A competição pelo Indo-Pacífico apenas começou (LIU, 2020). A seguir, constam incidentes veiculados pela mídia internacional entre 2017-2020 envolvendo EUA e China no MSC.

Em outubro de 2017, o *destroyer USS Chafee* contestou reivindicações marítimas excessivas no conjunto Paracel (PANDA, 2017). Em resposta à operação, a China destinou dois caças, um helicóptero e navios para escoltar o *USS Chafee* para fora de águas reivindicadas por Pequim. Dentro da categorização de MID no capítulo um, o incidente se trata de uma exibição de força e o ato uma demonstração de força sem envolvimento em operações de combate.

Em 2018, em águas do conjunto Spratly, ocorreu um dos incidentes mais graves. Um *destroyer* chinês desafiou o *destroyer Decatur* dos EUA, que estava conduzindo uma FONOP a 12 milhas náuticas dos recifes Gaven e Johnson, reivindicados pela China (WERNER, 2018). O navio chinês chegou a 41 metros da proa do Decatur, forçando este a manobrar para evitar uma colisão (MYERS, 2018). Dentro da categorização de MID no capítulo um, o incidente se trata de uma exibição de força e o ato uma demonstração de força sem envolvimento em operações de combate.

Figura 11– MID entre navios de China e EUA (2018)



Fonte: WONG (2018).

Em setembro de 2019, navios e aeronaves chineses foram enviados na tentativa de expulsar o *destroyer USS Wayne E. Meyer* que realizava FONOP no entorno das ilhas Paracel sem permissão de Pequim (JOHNSON, 2019). Foram emitidas mensagens para que as forças estadunidenses saíssem da área. Dentro da categorização de MID no capítulo um, o incidente se trata de uma exibição de força e o ato uma demonstração de força sem envolvimento em operações de combate.

Na primeira FONOP de 2020, em janeiro, o *USS Montgomery* navegou próximo ao conjunto Spratly. Em reação, o Comando do Teatro Sul do PLA organizou forças navais e aéreas para localizar e monitorar o rumo do navio estadunidense, para depois expulsá-lo com sucesso (YUANDAN e XUANZUN, 2020). A reação chinesa contou com dois bombardeiros de caça. Dentro da categorização de MID no capítulo um, o incidente se trata de uma exibição de força e o ato uma demonstração de força sem envolvimento em operações de combate.

Em abril de 2020, desde quando tripulações nos porta-aviões *USS Theodore Roosevelt* e *USS Nimitz* foram atingidos pelo coronavírus, Pequim e Washington estavam engajados em competição sobre maior quantidade de forças navais enviada para o MSC (CHAN, 2020c). Os EUA o fizeram para não deixar a China tirar vantagem do “vácuo de poder” no MSC, fruto do surto de COVID-19 em dois porta-aviões estadunidenses. Nesse processo, navios de guerra de ambos os países chegaram a 100 metros um do outro. A fonte não especificou quais navios

estavam envolvidos no encontro, mas como dito pelo ex-instrutor da academia naval em Taiwan, “navios de guerra só devem estar a 100 metros para reabastecimento ou treinamento”.

Segundo a fonte, os lados se contiveram no encontro, mas havia chance do incidente resultar em um erro de cálculo. Sobre o ocorrido, Hu Bo, do Centro de Estudos de Estratégia Marítima da Universidade de Pequim, disse que o “comportamento provocativo foi totalmente impulsionado por necessidades políticas destinadas a implantar e demonstrar força” (CHAN, 2020c). Temos, assim, fortes razões para encaixar o incidente como uma exibição de força, e o ato uma demonstração de força sem envolvimento em operações de combate.

5 CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objeto de análise as respostas político-militares chinesas às Operações de Liberdade de Navegação dos Estados Unidos entre 2017-2020. Concluímos que as respostas chinesas estão em curso e em pleno desenvolvimento, como consta nos Livros Brancos chineses, discursos oficiais chineses e estadunidenses, além das ações dos ramos das forças armadas da China.

Através do capítulo 2, concluímos que o nacionalismo chinês permanece institucionalmente vivo e é motor de uma abordagem mais pragmática desde a era Deng. Uma conjuntura favorável ao desenvolvimento levou a China a uma preponderância regional no século XXI. Com isso, o país vem mudando seus objetivos e já se enxerga como um ator econômico global. O maior papel chinês nas esferas econômica e militar põe em dúvida a questão da ascensão pacífica de Pequim. Além desta questão, a nível micro, a China também enfrenta um cenário de disputa, numa arena entendida como zona contestada. Apesar de esta zona trazer certas vantagens à ascendente potência analisada, as FONOPs estadunidenses, frequentes e incisivas como vêm sendo, podem dificultar planejamento e atividades de Pequim no MSC.

A declinante primazia militar dos Estados Unidos talvez possa favorecer a China mais à frente. No momento, contudo, Washington, ainda detentor do comando dos comuns, sente a ascensão chinesa e vem reagindo política e militarmente, conforme analisado no capítulo 3. Discursos oficiais demonstram insatisfação perante a rápida militarização chinesa do MSC. Dentro da estratégia *Free and Open Indo-Pacific* do governo Trump, elaboram-se abordagens militares endereçadas à China com pretexto legal de defesa da liberdade dos oceanos, convidando aliados ao engajamento. A estrutura de defesa avançada do Comando Indo-Pacífico favorece bastante a perseverança em preservar os comuns. As FONOPs dirigidas ao Mar do Sul da China são reflexo de incômodo com a ascensão e o projeto chinês, como também tentativa de constranger seu desenrolar.

A dinâmica da zona contestada e as frequentes atividades simultâneas de China, EUA e outros países propiciam encontros indesejados. A marinha estadunidense pode, além de demonstrar força no processo, espionar instalações e navios adversários. Em contrapartida, a PLAN entende ações adversárias como provocações. Dado que forças estadunidenses operam dentro de “mares territoriais de Pequim”, as FONOPs são um desafio para um *hegemon* em ascensão pela possibilidade de criarem disputas interestatais militarizadas (MIDs) com a China.

Observamos, no capítulo 4, que o Livro Branco chinês mais recente entende mares e oceanos como apoio para a paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável do país. No plano político, a nação, vinda de um plano econômico de décadas, agora tece duras críticas ao que chama de intervencionismo em zonas que entende como suas. Também estuda meios de formar uma estratégia de segurança asiática que favoreça seus planos para o MSC. Militarmente, Pequim já vê ações estratégicas dos EUA em sua vizinhança como diretamente direcionadas a si. As FONOPs são lidas como provocadoras e intensificadoras de concorrência entre grandes nações.

Com isso, mesmo que a China não deseje ser um *peer competitor* dos EUA e foque em uma vantagem coercitiva sobre seus vizinhos, sua estratégia depende da capacidade de constrangimento aos norte-americanos. O foco maior da China é em contra-intervenção, melhoria de capacidades de combate e ênfase sobre suas reivindicações; projeto que se endereça a contrabalancear, dentre outros países, os Estados Unidos. Nesse sentido, para defesa de seu perímetro e de territórios *offshore*, a administração Xi Jinping vem desenvolvendo meios para desafiar e dificultar a infiltração das FONOPs estadunidenses. Foi exposto que o sistema de anti-acesso/negação de área colabora para esse objetivo. Patrulhas de reconhecimento e operações conjuntas fazem parte de um sistema de vigilância anti-acesso. Também fazem parte do anti-acesso chinês a militarização das ilhas Paracel e Spratly, a construção e implantação gradativa de porta-aviões e a otimização de sistemas de comando e controle.

A respeito da estrutura de negação de área, Pequim emprega mísseis balísticos de alcance intermediário, mísseis táticos ar-superfície e mísseis de cruzeiro de longo alcance, já havendo instalado um exemplar deste último em resposta a uma FONOP. Agregados, as reivindicações territoriais, a expansão da força de foguetes e o desenvolvimento dos sistemas de armas da força aérea e da marinha transmitem estratégia estruturada para evitar intervenções externas. O plano A2/AD plenamente desenvolvido possibilita à China ameaçar bases dos EUA e desafiar como os EUA usam o poder marítimo. Entretanto, vimos que ainda não é o caso. FONOPs têm ocorrido com maior frequência na zona contestada ao longo dos anos 2017-2020, e no momento a maneira mais imediata de lidar com a questão é através do emprego das forças navais chinesas já existentes.

Apesar de já fazer páreo em ramos como marinha e tecnologia missilística, a China ainda tem um longo percurso até ter a chance de alcançar o poderio militar dos EUA. Isso porque, dentre outros aspectos, há de conquistar o comando dos comuns. Por outro lado, por estar massivamente presente no MSC, a China já se volta para novas e mais ambiciosas estratégias e práticas na defesa marinha. Dentre as novas abordagens, foi evidenciado que se

utiliza de ativos marinhos e aéreos para expulsar forças adversárias de áreas “historicamente chinesas”, o que acaba configurando MIDs. Através de modernos e mais avançados ativos aéreos e marinhos, e forças de apoio, como radares e satélites, a PLAN, favorecida pela zona contestada, consegue importunar a presença estadunidense no Mar do Sul da China. Posto o ímpeto dos dois países, ações mais provocativas podem estar em iminência. Entende-se aqui, contudo, os Estados Unidos como o primeiro agente causador de MIDs e, por conseguinte, o principal impedimento para a RPC no reordenamento regional.

Por fim, foram expostos episódios de MID com os Estados Unidos, e por ocorrerem simultaneamente em relação ao incremento da estratégia e do material bélico chinês, conclui-se aqui não apenas que a China especula FONOPs como atividades regulares, como também que estas não impactam significativamente nas ambições de Pequim de mecanização, modernização e transformação das forças armadas em forças de projeção global. Ainda é preciso, contudo, a realização desses esforços militares para atender às demandas de segurança nacional.

REFERÊNCIAS

- ALJAZEERA. **Philippines backs Vietnam after China sinks fishing boat**. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/9/philippines-backs-vietnam-after-china-sinks-fishing-boat>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- ALLISON, Graham. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*, London: Verso, 2007.
- ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **Airpower in the South China Sea**. 2015. Disponível em: <https://amti.csis.org/airstrips-scs/>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- _____. **Chinese Power Projection Capabilities in the South China Sea**. 2020. Disponível em: <https://amti.csis.org/chinese-power-projection/>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- ASIA REASSURANCE INITIATIVE ACT OF 2018. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/2736/text>. Acesso em: 18 out. 2020.
- BBC. **South China Sea dispute: China's pursuit of resources 'unlawful', says US**. 2020a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-53397673>. Acesso em: 07 dez. 2020.
- _____. **RECP: Asia Pacific countries form world's largest trading bloc**. 2020b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-54949260>. Acesso em: 07 dez. 2020.
- BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. *Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia*. **International Security**, v. 41, n. 1, p. 7-48, 2016.
- BODEEN, Christopher. *After latest FONOP, China fires 'stern complaints' at US*. **Navy Times**. 2019. Disponível em: <https://www.navytimes.com/news/your-navy/2019/01/07/after-latest-fonop-china-fires-stern-complaints-at-us/>. Acesso em 30 out. 2020.
- BO, Hu. *No One Lost the South China Sea (And No One Will Win)*. **The National Interest**. 2018. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/no-one-lost-south-china-sea-and-no-one-will-win-29337>. Acesso em 18 out. 2020.
- _____. *Increasingly Militarized US Policy on the South China Sea*. In: BO, Hu; LIN, Liu; PEI, Tang. **South China Sea Situations: Retrospect & Prospect**. South China Sea Strategic Situation (SCSPI), 2019. cap. 1-2, p. 1-10.
- BREMER, Stuart A. *Democracy and militarized interstate conflict, 1816–1965*. **International Interactions**, v. 18, n.3, p. 231-249, 1993.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The great chessboard: The United States' preliminary position and its geo-strategy**. China Institute of International Studies, ed., 4. Shanghai People's Publishing House, 1998.
- _____. **Strategic Vision – America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. **CLASH OF THE TITANS**. **Foreign Policy**, 00157228, Jan/Feb2005, Issue 146.

BURKE, Matthew M.; ICHIHASHI, Aya. Japanese destroyer is damaged in collision with Chinese fishing vessel in East China Sea. **Stars and Stripes**, 2020. Disponível em: <https://www.stripes.com/news/pacific/japanese-destroyer-is-damaged-in-collision-with-chinese-fishing-vessel-in-east-china-sea-1.624290>. Acesso em 16 out. 2020.

BUZAN, Barry. The logic and contradictions of ‘peaceful rise/development’ as China’s grand strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 4, p. 381-420, 2014.

CARRIÇO, Alexandre. Grande estratégia e o “sonho da China” de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, n.38, p. 23-33, 2013.

CHAN, Minnie. Chinese navy set to build fourth aircraft carrier, but plans for a more advanced ship are put on hold. **South China Morning Post**. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3039653/chinese-navy-set-build-fourth-aircraft-carrier-plans-more>. Acesso em: 04 nov. 2020.

_____. Looking beyond the coronavirus, military powers jostle for dominance in Indo-Pacific region. **South China Morning Post**. 2020a. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3081932/looking-beyond-pandemic-military-powers-jostle-dominance-indo>. Acesso em 19 out. 2020.

_____. Chinese military lashes out at American warship’s “intrusion” on South China Sea. **South China Morning Post**. 2020b. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3081970/chinese-military-lashes-out-american-warships-intrusion-south>. Acesso em 18 nov. 2020.

_____. PLA drill in South China Sea about combat readiness, not seizing Taiwanese islands, experts say. **South China Morning Post**. 2020c. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3085823/pla-drill-south-china-sea-about-combat-readiness-not-seizing>. Acesso em: 21 jun. 2020.

_____. China-US close encounters ‘raise conflict risk in South China Sea’. **South China Morning Post**. 2020d. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3089312/china-us-close-encounters-raise-conflict-risk-south-china-sea>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CHEN, Dingding. What China Thinks of the Indo-Pacific Strategy. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/05/what-china-thinks-of-the-indo-pacific-strategy/>. Acesso em 16 out. 2020.

CHINA DAILY. **Potential of the Chinese Dream**. 2014. Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/epaper/2014-03/26/content_17380146.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. **Research methods in education**. Routledge, 2013.

COLOMBAGE, Jayanath; SHICUN, Wu. **Indo-Pacific Strategy and China’s Response**. National Institute for South China Sea Studies, 2019.

COOPER, Zack; POLING, Gregory. America's Freedom of Navigation Operations Are Lost at Sea. **Foreign Policy**. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/01/08/americas-freedom-of-navigation-operations-are-lost-at-sea/>. Acesso em: 19 out. 2020.

CORDESMAN, Anthony H.; KENDALL, Joseph. Center for Strategic and International Studies (CSIS). **Chinese Strategy and Military Modernization: A Comparative Analysis**, 2017.

COSTELLO, John; MCREYNOLDS, Joe. **China's Strategic Support Force: A Force for a New Era**. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies (INSS). China Strategic Perspectives, No. 13. National Defense University Press Washington, D.C. 2018.

DAVIDSON, Philip. China Power: Up for Debate. **USINDOPACOM**. 2018. Disponível em: <https://www.pacom.mil/Media/Speeches-Testimony/Article/1702301/china-power-up-for-debate/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DESIERTO, Diane. China's 'One Belt, One Road' Initiative: Can A Bilaterally-Negotiated 'Globalization 2.0' Internalize Human Rights, Labor, and Environmental Standards? **EJIL:TALK!**. 2017. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/chinas-one-belt-one-road-initiative-can-a-bilaterally-negotiated-globalization-2-0-internalize-human-rights-labor-and-environmental-standards/>. Acesso em: 19 set. 2020.

DEUTSCHE WELLE. **China keeps building infrastructure on disputed islands in South China Sea**. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/china-keeps-building-infrastructure-on-disputed-islands-in-south-china-sea/a-41805980>. Acesso em: 04 nov. /2020.

DUARTE, Marco Túlio Souto Maior. **As estratégias contra a erosão da superioridade militar dos estados unidos nos governos Obama e Trump: a terceira Offset Strategy como resposta aos desafios de A2/AD**. 2019. – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 71 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

EARTH OBSERVATORY NASA. **Taking a Measure of Sea Level Rise: Land Motion**. 2020. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/147436/taking-a-measure-of-sea-level-rise-land-motion>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. **Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense**, 2012.

_____. Department of Defense. **Asia-Pacific Maritime Security Strategy: Achieving U.S. National Security Objectives in a Changing Environment**, 2015.

_____. **USA PACOM GUIDANCE**, 2016. Disponível em: https://www.pacom.mil/Portals/55/Documents/pdf/guidance_12_august_2016.pdf?ver=2016-08-16-140701-960.

_____. The White House. **National Security Strategy (2017)**. 2017a.

_____. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2017**, 2017b.

_____. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2018**, 2018.

_____. **The Department of Defense Indo-Pacific Strategy Report: Preparedness, Partnerships, and Promoting a Networked Region**, 2019a.

_____. Department of Defense. *Missile Defense Review*. Washington, 2019b. Disponível em: https://www.defense.gov/Portals/1/Interactive/2018/11-2019-Missile-Defense-Review/The%202019%20MDR_Executive%20Summary.pdf. Acesso em: 05/11/2020.

_____. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2019**, 2019c.

_____. Office of the Secretary of Defense. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China**. 2020.

FENBY, Jonathan. **Can China Rule the World?** *In*: From Deng to Xi: Economic Reform, the Silk Road, and the Return of the Middle Kingdom, 2017.

FORNER, Clarissa Nascimento; PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Reposicionamento Estratégico Sino-Estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 2, p. 127-151, 2017.

FRAVEL, M. Taylor. China's New Military Strategy: "Winning Informationized Local Wars". **China Brief Volume**, v. 15, n. 13, 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Real GDP growth – Annual percent change**. 2020. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/CHN?year=2020. Acesso em: 15 nov. 2020.

GOCHMAN, Charles S.; MAOZ, Zeev. Militarized Interstate Disputes, 1816-1976: Procedures, Patterns, and Insights. **Journal of Conflict Resolution**, v. 28, n. 4, p. 585-615. 1984.

GOLDENZIEL, Jill. The Diplomat. **International Law Is the Real Threat to China's South China Sea Claims**, 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/11/international-law-is-the-real-threat-to-chinas-southchina-sea-claims/>.

GOMEZ, Jim. Philippines slams sinking of boat by suspected China vessel. **Associated Press**, 2019. Disponível em: <https://apnews.com/article/1eee3f4a96854c64a18663d115662b64>. Acesso em: 16 out. 2020.

HANZHAO, Pang; TIANKAI, Cui. China-US Relations in China's Overall Diplomacy in the New Era – On China and US Working Together to Build a New-Type Relationship Between Major Countries. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. 2012. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/bmdyzs_664814/xwlb_664816/t953682.shtml. Acesso em: 22 out. 2020.

HUANG, Yingxu. **The threat of U.S. "C-shaped encirclement" to China being exaggerated**. Xuexi Shibao, 154, 2010. Disponível em: www.studytimes.com.cn/epaper/xsb/html/2010/06/21/07/0m. Acesso em: 29 out. 2020.

HUNG, Ho-fung. A Ascensão da China, a Ásia e o sul global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, 2018.

IISS. **The military balance 2018**. London, 2018.

_____. **The military balance 2019**. London, 2019.

_____. **The military balance 2020**. London, 2020.

JAMISON, Matthew. Countering China's Counter-Intervention Strategy. **The Strategy Bridge**. 2020. Disponível em: <https://thestrategybridge.org/thebridge/2020/8/11/countering-chinas-counter-intervention-strategy>. Acesso em: 02 nov. 2020.

JIAYAO, Li. China unveils Dongfeng-17 conventional missiles in military parade. **China Military**. 2019. Disponível em: http://eng.chinamil.com.cn/2019special/2019-10/01/content_9642195.htm. Acesso em 03 nov. 2020.

JOHNSON, Jesse. U.S. warship challenges Chinese claims in disputed South China Sea. **The Japan Times**. 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/09/14/asia-pacific/u-s-warship-challenges-chinese-claims-disputed-south-china-sea/#.Xvoob1BKjcf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KANIA, Elsa; WOOD, Peter. Major Themes in China's 2019 National Defense White Paper. **China Brief**, v. 19, n. 14, 2019.

KAPLAN, Robert D. **How we would fight China**. Atlantic Monthly, 2005. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2005/06/how-we-would-fight-china/303959/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power**. New York: Random House, 2010.

_____. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific** (New York: Random House, 2014)

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin, 2011.

LAKE, David A. Domination, Authority, and the Forms of Chinese Power. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 10, n. 4, p. 357–382, 2017.

LARTER, David B. In challenge China's claims in the South China Sea, the US Navy is getting more assertive. **Defense News**. 2020. Disponível em: <https://www.defensenews.com/naval/2020/02/05/in-challenging-chinas-claims-in-the-south-china-sea-the-us-navy-is-getting-more-assertive/>. Acesso em: 20 out. 2020.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the "Pax Americana," **International Studies Quarterly**, v. 56, n. 1, p. 203-213, 2012.

LONDON, Brad. Ballistic missile can hit moving ships, China says, but experts remain skeptical. **CNN**. 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/01/29/asia/china-df-26-missile-tests-video-intl/index.html>. Acesso em 03 nov. 2020.

LIU, Feng. The recalibration of Chinese assertiveness: China's responses to the Indo-Pacific challenge. **International Affairs**, v. 96, n. 1, p. 9–27, 2020.

LO, Kinling. US accuses Beijing of 'provocative militarisation' of South China Sea. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2127457/us-accuses-beijing-provocative-militarisation-south>. Acesso em 14 set. 2020.

MANGOSIN, Frances. New photos show China is nearly done with its militarization of South China Sea. **Inquirer.net**. 2018. Disponível em: <https://www.inquirer.net/specials/exclusive-china-militarization-south-china-sea>. Acesso em 18 out. 2020.

McCARTHY, Julie. Chinese trawler hits and sinks Filipino fishing boat. **NPR**. 2019. Disponível em: <https://www.npr.org/2019/06/29/737268828/chinese-trawler-hits-and-sinks-filipino-fishing-boat>. Acesso em: 20 jun. 2020.

McGRATH, Bryan; CROPSEY, Seth. The Real Reason China wants aircraft carriers. Hudson Institute. 2014. Disponível em: <https://www.hudson.org/research/10238-the-real-reason-china-wants-aircraft-carriers->. Acesso em: 05 nov. 2020.

MEARSHEIMER, John. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton and Company, 2001.

_____. **The Rise of China Will Not Be Peaceful at All**. *The Australian*, 2005.

_____. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, v. 105, nº. 690, p. 160-162, 2006.

_____. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 4, p. 381–396, 2010.

MILARE, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012.

MISSILE DEFENSE ADVOCACY. **China's Anti-Access Area Denial**, 2018. Disponível em: <http://missiledefenseadvocacy.org/missile-threatandproliferation/todays-missile-threat/china-anti-access-area-denial-coming-soon/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

MONTGOMERY, Evan Braden. Contested Primacy in the Western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection. **International Security**, v. 38, n. 4, p. 115–149, 2014.

MYERS, Steven Lee. American and Chinese Warships Narrowly Avoid High-Seas Collision. **The New York Times**. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/02/world/asia/china-us-warships-south-china-sea.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

O'CONNOR, Tom; JAMALI, Naveed. US, China's Geopolitical Battle for Asia Shapes New Power Dynamic for Region. **Newsweek**. 2020. Disponível em: <https://www.newsweek.com/us-china-geopolitical-battle-asia-shapes-power-dynamics-region-1541509>. Acesso em: 20 out. 2020.

O GLOBO. **Trump cria oficialmente a Força Espacial, novo ramo militar dos EUA**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-cria-oficialmente-forca-espacial-novo-ramo-militar-dos-eua-24153401>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**, 1982. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities**— Background and Issues for Congress. Congressional Research Service, 2020a.

_____. U.S.-China Strategic Competition in South and East China Seas Background and Issues for Congress, 2020b.

PANDA, Ankit. South China Sea: Fourth US FONOP in Five Months Suggests a New Operational Rhythm. **The Diplomat**. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/10/south-china-sea-fourth-us-fonop-in-five-months-suggests-a-new-operational-rhythm/>. Acesso em: 16 out. 2020.

_____. China Condemns US FONOP Near Mischief Reef in the South China Sea. **The Diplomat**. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/03/china-condemns-us-fonop-near-mischief-reef-in-the-south-china-sea/>. Acesso em: 16 out. 2020.

PEARSON, James; TORODE, Greg. Exclusive: Satellite images reveal show of force by Chinese navy in South China Sea. **Reuters**. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-defence/exclusive-satellite-images-reveal-show-of-force-by-chinese-navy-in-south-china-sea-idUSKBN1H3135>. Acesso em 20 out. 2020.

POMPEO, Michael R. U.S. Position on Maritime Claims in the South China Sea. **US Department of State**, 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-position-on-maritime-claims-in-the-south-china-sea/>. Acesso em 14 set. 2020.

POSEN, Barry R. **Command of the commons: the military foundation of US hegemony**. *International security*, v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

RACHMAN, Gideon. **China and its neighbours: the Return of the Middle Kingdom**. Im: *From Deng to Xi: Economic Reform, the Silk Road, and the Return of the Middle Kingdom*, 2017.

RAHN, Wesley. Will the US fight for oil in the South China Sea. *Deutsche Welle*, 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/will-the-us-fight-for-oil-in-the-south-china-sea/a-37677319>. Acesso em: 15 nov. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. State Council Information Office. **China's Military Strategy White Paper**, 2015. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/>.

_____. **Statement of the Government of the People's Republic of China on China's Territorial Sovereignty and Maritime Rights and Interests in the South China Sea**, 2016. Disponível em: <http://www.china-embassy.org/eng/zt/abc123/t1379704.htm>.

_____. State Council Information Office. **China's National Defense in the New Era**, 2019.

SCOTT, David. **China and the international system, 1840–1949: power, presence, and perceptions in a century of humiliation**. State University of New York Press, Albany, 2008.

_____. **The Indo-Pacific in US Strategy: Responding to Power Shifts**. *Rising Powers Quarterly* Volume 3, Issue 2, p. 19-43, 2018.

SHEN, Weilie. Thoughts on China's future geostrategy. **World Economics and Politics**, v. 9, p. 71–75, 2001.

SINGH, Prashant Kumar. **Changing Contexts of Chinese Military Strategy and Doctrine**. Institute for Defence Studies and Analyses, New Delhi, 2016.

South China Morning Post. **Trump's secretary of state nominee Tillerson wants to deny Beijing access to South China Sea islands**. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2061356/trumps-secretary-state-pick-tillerson-hits-out-china>. Acesso em 14 set. 2020.

SUGENO, Mikio; TAKAHASHI, Tetsuhi. US vs China: 2 leading experts fear conflict awaits. **NIKKEI ASIA**, 2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Editor-s-Picks/Interview/US-vs.-China-2-leading-experts-fear-conflict-awaits>. Acesso em: 01 nov. 2020.

TANGREDI, Sam J. Anti-Access Strategies in the Pacific: The United States and China. **Parameters**. v. 49, p. 1-2, 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M.; FERREIRA DA SILVA, P. China na ordem mundial contemporânea: grande estratégia, modernização militar e equilíbrio de poder. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 18 maio 2020.

THANG, Nguyen-Dand; THAO, Nguyen Hong. China's nine dotted lines in the South China Sea: the 2011 exchange of diplomatic notes between the Philippines and China. **Ocean Development and International Law**, v. 43 n. 1, p. 35-56, 2012.

THE ECONOMIST. **Neither war nor peace. The uses of constructive ambiguity**. 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2018/01/25/neither-war-nor-peace>. Acesso em: 17 aug. 2020.

THE GUARDIAN. **South China Sea: Chinese military tells US ship 10 times to turn around**. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/aug/11/south-china-sea-chinese-military-tells-us-ship-to-turn-around-10-times>. Acesso em: 23 out. 2020.

THE MARITIME POST. **Chinese Ship Intentionally Rams Vietnamese Fishing Vessel Near Parcel Islands**. 2020. Disponível em: <https://themaritimepost.com/2020/06/16/chinese-ship-intentionally-rams-vietnamese-fishing-vessel-near-parcel-islands/>. Acesso em: 16 out. 2020.

THE SOUTH CHINA ISSUE. **Statement of the Government of the People's Republic of China on China's Territorial Sovereignty and Maritime Rights and Interests in the South China Sea**. 2016. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj1/t1379493.htm>. Acesso em: 22 out. 2020.

THE STRAITS TIMES. **Beijing's airbases in South China Sea 'ready for use'**. 2017. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/beijings-airbases-in-south-china-sea-ready-for-use>. Acesso em: 12 nov. 2020.

TILLERSON, Rex. 'Defining our relationship with India for the next century'. **Center for Strategic and International Studies**. 2017. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/defining-our-relationship-india-next-century-address-us-secretary-state-rex-tillerson>. Acesso em: 15/09/2020.

TODAY'S MILITARY. **Bases around the world**. 2020. Disponível em: <https://www.todaysmilitary.com/ways-to-serve/bases-around-world>. Acesso em: 15 nov. 2020.

TON, Anh Duc. Code for unplanned encounters at sea and its practical limitations in the East and South China Seas. **Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs**, v. 9, n. 4, p. 227-239, 2017.

TRI, Ngo Min. China's A2/AD Challenge in the South China Sea: Securing the Air From the Ground. **The Diplomat**. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/05/chinas-a2ad-challenge-in-the-south-china-sea-securing-the-air-from-the-ground>. Acesso em: 21 jun. 2020.

UNCTAD. **Review of Maritime Transport**, 2018. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/rmt2018_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

USINDOPACOM. **Area of Responsibility**. 2020. Disponível em: <https://www.pacom.mil/About-USINDOPACOM/USPACOM-Area-of-Responsibility/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

VALENCIA, Mark J. Implications of the U.S. Navy's FONOP program. **The Japan Times**. 2016. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2016/01/27/commentary/world-commentary/implications-u-s-navys-fonop-program/>. Acesso em: 19 out. 2020.

_____. US-China clash of civilisations is being played out in the South China Sea. **South China Morning Post**. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2109792/us-china-clash-civilisations-being-played-out-south-china>. Acesso em: 19 out. 2020.

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 57, p. 210-224, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações diplomáticas da Ásia – Articulações Regionais e afirmação mundial**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

WERNER, Ben. Destroyer USS Decatur Has Close Encounter With Chinese Warship. **USNI News**. 2018. Disponível em: <https://news.usni.org/2018/10/01/37006>. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. China's newest aircraft carrier now conducting sea trials. **USNI News**. 2020. Disponível em: <https://news.usni.org/2020/06/01/chinas-newest-aircraft-carrier-now-conducting-sea-trials>. Acesso em: 21/06/2020.

WILLIAMS, Christopher B. **Major 110 years of humiliation from 1839 to 1949: China's grand strategy**. University of Maryland University College, 2016.

WONG, Catherine. US, Chinese warships within metres of collision in South China Sea, leaked pictures show. **South China Morning Post**. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/2166849/us-chinese-warships-within-metres-collision-south-china-sea>. Acesso em 17 jul. 2020.

XI, Jinping. **Secure a decisive victory in building a moderately prosperous society in all respects and strive for the great success of socialism with chinese characteristics for a new era**. 19th CPC national congress, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Strengthen the Foundation for Pursuing Peaceful Development, 2013. *In*: JINPING, Xi. *The Governance of China*, 2014.

XIAOBO, Liu. How China can resolve the Fonop deadlock in the south China sea. **Asia Maritime Transparency Initiative**. 2019. Disponível em: <https://amti.csis.org/how-china-can-resolve-fonop-deadlock/>. Acesso em: 17 out. 2020.

XINHUA. U.S. becoming biggest driver of militarization in South China Sea: Chinese FM. 2020. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2020-09/10/c_139356567.htm. Acesso em: 19 out. 2020.

XUANZUN, Liu. PLA Rocket Force launches DF-26 'aircraft carrier killer' missile in fast-reaction drills. **Global Times**. 2020. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/content/1196944.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2020.

XUETONG, YAN. **Leadership and the rise of great powers**, Princeton: Princeton University Press, 2019.

YEO, Mike. China upgrades military infrastructure on South China Sea islands, report claims. **Defense News**. 2017. Disponível em: <https://www.defensenews.com/naval/2017/02/09/china-upgrades-military-infrastructure-on-south-china-sea-islands-report-claims/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

_____. Show of force? China lands bombers on South China Sea airfield. **Defense News**. 2018. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2018/05/18/show-of-force-china-lands-bombers-on-south-china-sea-airfield/>. Acesso em 04 nov 2020.

YOSHIHARA, Toshi. **China's Vision of Its Seascape: The First Island Chain and Chinese Seapower**. U.S. Naval War College. Policy Studies Organization. Wiley Periodicals, Inc. AsianPolitics & Policy—Volume 4, Number 3, 2012.

YOU, Ji. Sino-US “Cat-and-Mouse” Game Concerning Freedom of Navigation and Overflight: An Analysis of Chinese Perspectives. **Journal of Strategic Studies**, v. 39, n. 5-6, p. 637-661, 2016.

YUANDAN, Guo; XUANZUN, Liu. Chinese air and naval forces expel US warship in South China Sea. **Global Times**. 2020. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/content/1177908.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2020.

ZHANG, Feng. China's Curious Nonchalance Towards the Indo-Pacific. **Survival**, v. 61, n. 3, p. 187-212, 2019.

ZHEN, Liu. **What's China's 'nine-dash line' and why has it created so much tension in the South China Sea?** 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1988596/whats-chinas-nine-dash-line-and-why-has-it-created-so>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ZHIHAO, Zang. PLA conducts “high-intensity exercises” in South China Sea. **China Daily**. 2020. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202007/30/WS5f228829a31083481725d30d.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ZHOU, Laura. US military operations in South China Sea increase risk of confrontation, think tank says. **South China Morning Post**, 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3077460/us-military-operations-south-china-sea-increase-risk>. Acesso em 15 out. 2020.

ZHU, Cuiping (Org.). **Annual Report on the Development of the Indian Ocean region**. Springer, 2019.

ZHUO, Chen. Chinese diplomat: US interference is source of risk in the south china sea. **China Military**. 2020 Disponível em: http://english.chinamil.com.cn/view/2020-09/03/content_9896051.htm. Acesso em: 19 out. 2020.

_____. What's behind tougher US stance on South China Sea? **China Military**. 2020. Disponível em: http://english.chinamil.com.cn/view/2020-09/03/content_9896094.htm. Acesso em: 18 out. 2020.